

Março 2021

MESTRADO EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

A participação da criança na relação escola-famílias-comunidade: um estudo de caso

RELATÓRIO DE ESTÁGIO APRESENTADO À
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PAULA FRASSINETTI
PARA A OBTENÇÃO DE
GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

DE

Maria Beatriz Regadas Bernardes

ORIENTAÇÃO

Doutora Maria Ivone Couto Monforte das Neves



PAULA
FRASSINETTI



Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

A participação da criança na relação escola-famílias- comunidade: um estudo de caso

Mestranda: Maria Beatriz Regadas Bernardes

Orientadora: Doutora Maria Ivone Couto Monforte das Neves

Porto

março de 2021



Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Educação de
Paula Frassinetti para a obtenção do grau de mestre em Educação
Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Porto

2021



Pois eu gosto de crianças!

Já fui criança também...

Não me lembro de o ter sido;

Mas só ver reproduzido

O que fui, sabe-me bem.

Miguel Torga, 1957

Agradecimentos

Na conclusão desta montanha russa que foram cinco anos de ESEPF, foram várias as pessoas que participaram neste percurso académico. Cada uma de forma única e singular, ajudaram, apoiaram, foram a rocha para todas as vezes em que o desânimo falou mais alto, foram o ombro amigo para todos os choros e, acima de tudo, foram os que nunca me deixaram desistir deste sonho, que nem sempre esteve tão presente em mim como deveria.

Antes de mais, um obrigada será sempre insuficiente para os meus pais, *Manuel e Luísa*, que me fizeram acreditar que o futuro sorria para mim, mesmo nos tempos mais cinzentos. Do fundo do meu coração, obrigada por me proporcionarem uma vida privilegiada, com acesso a educação de qualidade e por me terem transmitido todos os valores fundamentais para ser a mulher que sou hoje. Acima de tudo, obrigada por me ensinarem o valor do trabalho, da resiliência e do empenho.

Da mesma forma, agradeço às minhas irmãs, *Mariana e Marisa*, e aos meus cunhados, *Jorge e Carlos (os irmãos que nunca tive)*, que fizeram, fazem e farão sempre tudo o que é possível e imaginável por mim e movem montanhas para me ver e fazer feliz. Ao *Gonçalo*, obrigada, meu amor, por me fazeres acreditar e me ensinares um bocadinho sobre educação, todos os dias. O caminho tornou-se mais real e cheio de significado contigo e para ti.

A toda a minha *família*, por serem um porto de abrigo e um apoio incondicional, em todos os momentos.



Em 2020, vi renascer um sonho e uma visão. 20 crianças fizeram com que eu percebesse que pertencia no meio delas, no meio de uma sala de Jardim-de-Infância. A elas, devo tudo o que sei e tudo o que fiz ao longo deste semestre final e decisivo na minha vida. A estas 20 crianças, à *professora Luísa* e a toda equipa educativa do *Jardim-de-Infância de Baguim do Monte*, um eterno obrigada por me lembrarem tudo aquilo que estava esquecido. Um agradecimento muito especial à minha orientadora de estágio, a professora *Irene Cortesão* por, mesmo sem saber, proporcionar o apoio, o abraço e por partilhar comigo a característica mais especial que tem: o educar com amor. Por ser o exemplo que precisava este ano para terminar com a motivação de querer mais e mais. Obrigada por cada conversa.

Nestes anos de ESEPF, muitas foram as pessoas que conheci e que levo comigo para a vida, como amigos incondicionais. Antes de mais, a minha primeira e única escolha, a minha madrinha de praxe, *Mariana Ferreira*, que tenho hoje como amiga de todas as horas, por acreditar e motivar-me, mesmo quando a verdade e a justiça se sobrepõem ao carinho. Nós sabemos bem, obrigada. À *Rute Pereira* e à *Inês Almeida* por serem as colegas de turma e amigas para a vida toda, que acompanharam todas as histórias, as manhãs de mau humor, os muitos amuos antes do café e por me conhecerem melhor do que eu.

Com o primeiro ano, surgiu a *Educatuna*. Poucas são as palavras que restam para caracterizar o quanto sou grata por esta família. Assim, resumo as minhas palavras ao que já sabem há muito, obrigada do fundo do coração, a todos e a cada um, por contribuírem em grande medida para ser quem sou hoje bem como para o meu percurso académico, não apenas como um hobby, mas sim com noites mal dormidas de festa, e com motivação e ajuda quando necessário. Com esta família, destaco alguns dos que são os meus pilares: a *Catarina Monteiro*, a *Ana Branquinho*, a *Alexandra Moreira*, a *Beatriz Soares*, a *Inês Moreira*, o *César Pereira*, a *Sara Paiva*, a *Clara Sena Leite*, a *Sara Dias* e todos aqueles que me fizeram rir horas a fio, pelas noites e dias que levo para a vida.

Em 2019 integrei um projeto sem saber o quanto ia mudar a minha perspetiva em relação ao cuidar, gostar e criar relações com crianças e famílias. À *Raquel Mendes* um obrigada especial por me dar a conhecer a *Naninhas* e por me trazer momentos de tanta felicidade, com as famílias de quem tanto gosto.



Um agradecimento infinito também às mais antigas, a *Adriana Marques* e a *Helena Sá* por serem as minhas cheerleaders nestes últimos meses e por levar de 2012 para a vida, nos casamentos, nas festas e no chá, que nunca nos falte tema de conversa.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento muito especial à minha orientadora de relatório de investigação, a professora *Ivone Neves*. Várias foram as vezes em que questioneei o caminho a seguir, mas a determinação, a exigência e o profissionalismo da professora nunca me deixaram desistir, mesmo quando eu tentei. A partilha de conhecimentos e saberes aliado à face mais humana, fazem com que a professora tenha sido a melhor escolha para acompanhar dois anos de mestrado que me proporcionaram conhecimentos que levo para a vida. Esta fase está concluída muito graças à professora e este relatório ganha mais significado por ter sido orientado por si.

A todos, do fundo do meu coração, obrigada.



Resumo

O presente relatório foi desenvolvido no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada, integrado no Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico. Este intitula-se “A participação da criança na relação escola-famílias-comunidade: um estudo de caso”.

Este estudo realizou-se num jardim-de-infância da rede pública, situado no distrito do Porto. Teve como grande finalidade perceber de que modo as crianças dessa instituição participam na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Para o efeito da presente investigação foi adotada uma metodologia qualitativa, na qual se recorreu à utilização de técnicas e instrumentos de recolha de dados, como são a análise documental, a entrevista, o inquérito por questionário e o focus group de modo a responder à questão de partida. Os sujeitos participantes neste estudo foram duas educadoras de infância, sete crianças e dezassete encarregados de educação.

A Relação Escola-Famílias-Comunidade e a participação da criança na mesma constituem a grande temática deste estudo. Os dados obtidos revelam a importância de se estreitar esta relação, não podendo esquecer a criança como cidadão, que tem direito a ser escutado e a participar ativamente e não um mero destinatário desta relação.

Assim sendo, foi possível compreender, através dos dados recolhidos, que todas as educadoras de infância consideram que a criança deverá desempenhar um papel preponderante na relação da escola com as famílias, com responsabilidade e liberdade, sendo, idealmente, o autor do seu próprio percurso. Já os encarregados de educação entendem, da mesma forma, que a criança deverá participar na dinâmica entre a escola e a família, bem como serem ouvidas, considerando a sua opinião no desenvolvimento dessas dinâmicas. Por fim, as crianças vêm corroborar as opiniões dos participantes anteriores, referindo que gostam de estar envolvidos nas atividades do JI e em casa, dando exemplos de diversas formas de participação.

Palavras-Chave: Relação Escola-Famílias-Comunidade; Participação da criança; Cidadania da Criança



Abstract

This report was developed within the scope of supervised teaching practice, integrated in the Master's degree in Pre-School Education and Teaching of the 1st Cycle of Basic Education. This is entitled "The participation of the child in the school-families-community relationship: a case study".

This study was carried out in a kindergarten of the public network, located in the Oporto district. The great purpose was to understand how the children of this institution participate in the School-Families-Community Relationship.

For the purpose of this research, a qualitative methodology was adopted, in which the use of data collection techniques and instruments was used, such as documentary analysis, interview, questionnaire survey and focus group in order to answer the question of departure. The subjects participating in this study were two kindergarten educators, seven children and seventeen guardians.

The School-Families-Community Relationship and the participation of the child in it constitute the great theme of this study. The data obtained reveal the importance of strengthening this relationship, and cannot forget the child as a citizen, who has the right to be heard and to participate actively and not a mere recipient of this relationship.

Therefore, it was possible to understand, through the collected data, that all the educators of childhood consider that the child should play a preponderant role in the relationship of the school with the families, with responsibility and freedom, being, ideally, the author of its own path. The parents, on the other hand, understand, in the same way, that the child should participate in the dynamics between the school and the family, as well as be heard, considering their opinion in the development of these dynamics. Finally, the children corroborate the opinions of previous participants, stating that they like to be involved in school activities and at home, giving examples of various forms of participation.

Key-Words: School-Families-Community Relationship; child participation; child citizenship.



Índice

Índice de Tabelas	IX
Índice de Gráficos	IX
Índice de Figuras	IX
Índice de Quadros	IX
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
CAPÍTULO I - A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIAS-COMUNIDADE.....	12
1. Escola-Famílias-Comunidade.....	12
2. A Relação Escola-Famílias-Comunidade à luz da Legislação	15
3. O papel da Família.....	18
4. O papel da Escola	22
5. O papel da Comunidade	24
6. As vantagens e obstáculos ao envolvimento parental	28
CAPÍTULO II – A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NA RELAÇÃO ESCOLA- FAMÍLIAS-COMUNIDADE.....	32
1. A cidadania da criança.....	32
2. A participação da criança nas práticas pedagógicas no Jardim de Infância	35
2.1 Dimensões da participação da criança	39
3. Outros estudos relevantes para a temática.....	44
Parte II – Estudo Empírico	48
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO	49
1. Âmbito e finalidades da investigação	49
2. Pertinência do tema	50
3. Racionalidade Heurística que orienta o estudo.....	51
4. Estudo de Caso	52
5. Pergunta de partida e objetivos do estudo	53
6. Preocupações éticas	53



7. Contexto da investigação.....	54
7.1. Sujeitos participantes.....	55
8. Técnicas e instrumentos metodológicos.....	56
8.1. Análise documental.....	56
8.2. Entrevista.....	58
8.3. Inquérito por Questionário.....	59
8.4. Focus Group.....	60
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	62
1. Análise dos dados das entrevistas às educadoras.....	63
1.1. Formação em Relação Escola-Famílias-Comunidade.....	65
1.2. Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade.....	66
1.3. Formas de participação das famílias.....	66
1.5. Síntese.....	69
2. Análise dos dados do inquérito por questionário aos EE.....	70
2.1. Associação de pais.....	74
2.2. Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade.....	74
2.3. Promoção da participação da família.....	75
2.4. Atividades com participação dos EE.....	76
2.5. Abertura do JI às sugestões dos EE.....	77
2.6. Participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade.....	78
2.7. Síntese.....	80
3. Análise dos dados do focus group.....	83
3.1. Perceção das crianças sobre o envolvimento parental.....	85
3.2. Estratégias de participação entre a escola e a família.....	86
3.3. Recetividade dos adultos às sugestões da criança.....	86
3.4. Sugestões de participação das crianças.....	86
3.5. Síntese.....	87



CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
Referências Bibliográficas.....	92
APÊNDICES	99
ANEXOS	143

Índice de Tabelas

Apêndice 12 - Tabela 1 Dimensões de análise da entrevista.....	128
Apêndice 13 - Tabela 2 Dimensões de análise do inquérito por questionário	132
Apêndice 14 - Tabela 3 Dimensões de análise do focus group	139

Índice de Gráficos

Apêndice 7 – Gráfico 1 Género dos inquiridos	125
Apêndice 8 – Gráfico 2 Idade da mãe	125
Apêndice 9 – Gráfico 3 Idade do pai	126
Apêndice 10 – Gráfico 4 Estado civil dos inquiridos.....	126
Apêndice 11 – Gráfico 5 Relação dos EE com a instituição	127

Índice de Figuras

Figura 1 - Tipos de participação dos familiares e da comunidade	26
Figura 2 - Dimensões do Desenvolvimento Curricular dos Modelos Transmissivos	40

Índice de Quadros

Quadro 3 - Atividades de Enriquecimento Curricular.....	143
Quadro 4 - Visitas de Estudo	145



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

1º CEB	Primeiro Ciclo do Ensino Básico
C	Criança
CDC	Convenção dos Direitos da Criança
CREA	Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Supervisão de Desigualdades
DGE	Direção Geral da Educação
EE	Encarregado de Educação
EEn	Excerto Entrevista
EFG	Excerto Focus Group
EI	Educadora de Infância
EIQ	Excerto Inquérito por Questionário
EQUAP	Enhancing Quality in Early Childhood Education and Care
JI	Jardim de Infância
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
OCEPE	Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar
PAA	Plano Anual de Atividades
PE	Projeto Educativo
RI	Regulamento Interno
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal



PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO



CAPÍTULO I - A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIAS-COMUNIDADE

1. Escola-Famílias-Comunidade

“Pais, alunos e profissionais não têm a mesma ligação com a escola, mas têm em comum o serem imediatamente afetados por políticas de educação e por reformas.”

(Perrenoud, 2002, p.45)

Durante vários anos, “a escola constituiu-se como um espaço fechado e à margem da comunidade (...)” (Sousa & Sarmiento, 2010, p. 146). À escola apenas competia ensinar, sem qualquer vínculo ou ligação com o que a rodeia, ou seja, comunidade e famílias. Esta relação tornou-se negativa, na medida em que “(...) as famílias só eram chamadas à escola quando havia problemas com os filhos (Sousa & Sarmiento, 2010, p. 147).

De acordo com estes autores, não existia qualquer tipo de proximidade entre professores e famílias, existindo apenas uma relação negativa, muitas vezes interpretada pelas escolas como uma ameaça à forma como os professores exerciam a sua profissão. Por parte dos pais, estes apenas pediam satisfações à escola quando surgiam maus resultados ou insucesso, justificando-os com erros de método ou de conteúdos. Foi em meados do século XX que foi notório um crescimento e desenvolvimento da relação entre escolas, famílias e comunidades. Torna-se, assim, essencial a interação positiva entre as partes integrantes desta relação.

Tendo cada instituição, escola e famílias e comunidades, um papel distinto é importante neste momento compreender qual a possível relação entre todas as partes. De acordo com Carvalho et al (2011), os projetos escolares não poderão ser trabalhados isoladamente, sendo os atores desta relação, a escola, a família e a comunidade. Os mesmos assumem responsabilidades “(...) específicas e interdependentes (...)” (Carvalho et al, 2011, p. 1) na promoção do sucesso educativo de alunos e famílias. De igual modo, Sousa e Sarmiento (2010) afirmam que a “(...) ação educativa é tarefa de toda a sociedade, de todas as instâncias educativas por onde passa a criança.” (Sousa & Sarmiento, 2010, p. 148). Desta forma, é possível afirmar que cada instituição tem o seu papel individual, ou seja, cada uma irá influenciar a criança da sua forma particular e



própria, no entanto, trabalhando em cooperação, trará resultados ainda mais positivos para o sucesso educativo das crianças.

Da mesma forma, Barroso (1995) afirma que existe um consenso no que diz respeito às vantagens das relações entre a escola e a família para uma correta escolarização dos alunos. Afirma também que esta participação dos pais é feita tanto a nível individual junto dos professores e diretores de turma, quer a nível coletivo, através, por exemplo, de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação que os representam junto da direção das escolas.

Assim, é possível compreender que pais e encarregados de educação, em conjunto com as escolas formam uma relação que deve ser mantida e fomentada numa correspondência estreita. Em diversos estudos realizados é demonstrado que quanto mais os pais se envolvem na educação dos filhos, melhor o aproveitamento escolar dos mesmos. Das diversas variáveis estudadas, o envolvimento parental no processo educativo foi a que teve maior impacto, de acordo com o estudo de Picanço (2012), em que a mesma afirma que este impacto se verifica em todos os grupos sociais e culturais.

Por outro lado, Sousa e Sarmento (2010) apesar de considerarem uma interação multidimensional mencionam apenas como partes integrantes do desenvolvimento das crianças, a escola e a família. Referem ainda que os pais se devem manter “(...) atentos e se envolvam positivamente na vida escolar dos filhos.” (p. 147), já a escola deverá “tender para a prática de um novo modelo mais aberto que aceita os seus novos desafios e conflitos como factores de mudança e de progresso (...)” (Sousa & Sarmento, 2010, p. 147). Corroboramos assim que ambas as instituições, família e escola, devem manter uma relação de permanente confiança mútua de modo a partilhar de forma pacífica, as responsabilidades na educação das crianças e jovens.

Perrenoud (2002) advoga que é necessária uma mudança, sendo que podem ser negociadas entre os diferentes agentes educativos (escola, famílias e comunidade), sendo que cabe à escola o papel de as tornar mais visíveis e reais, ficando as famílias mais interessadas, próximas e conscientes da sua importância. Da mesma forma, Barroso (1995) afirma ainda que a participação dos pais é ainda muito limitada. De um modo geral, a participação consiste na presença dos representantes de alguns órgãos e no direito de serem informados acerca da escolarização dos filhos.



A questão que se impõe será quais as mudanças que poderão ser implementadas, em quê e quem será o maior interveniente nessa mesma mudança, os pais ou a escola, não deixando de parte a forma como são definidos os normativos legais sobre a gestão das escolas, bem como sobre os direitos e deveres de participação das famílias.

A legislação portuguesa tem vindo a definir diversos objetivos em torno da temática escola-família e dos deveres e direitos, bem como, quanto à participação dos pais na vida escolar dos filhos.



2. A Relação Escola-Famílias-Comunidade à luz da Legislação

“É indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais.”

(Dec-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril)

No decorrer dos anos, a legislação portuguesa tem vindo a deparar-se com diversas modificações no que consta ao envolvimento parental na escola. A Educação e o que a mesma representa, assenta, maioritariamente na Lei de Bases do Sistema Educativo [LBSE]. Este documento estabelece o quadro geral do sistema educativo desde 1986, sendo ainda hoje uma referência para a educação no seu todo no que diz respeito à organização, princípios gerais e objetivos de cada nível de ensino, desde a Educação Pré-Escolar, até ao Ensino Superior, mencionando também a formação profissional e a educação extraescolar.

No que diz respeito à Relação Escola-Famílias, a LBSE, no Art. 5.º relativo à Educação Pré-Escolar refere que a “(..) frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar.” (Art. 5.º, LBSE, 1986). Já no que diz respeito ao Ensino Básico, é referido como um objetivo o “Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias.” (Art. 7.º, LBSE, 1986). É de extrema importância referir que a participação das famílias na vida escolar dos seus educandos é, desde há vários anos, considerada na Legislação Portuguesa.

Previamente à LBSE, já o Dec-Lei n.º 769/A1976 menciona, pela primeira vez, a participação dos pais ou encarregados de educação na educação das crianças, quando se refere no Artigo 28.º

Quando os conselhos de ano ou de turma se reunirem para tratar de questões de natureza disciplinar, serão presididos pelo presidente do conselho pedagógico, deles fazendo parte dois representantes dos alunos do respectivo ano ou turma e, ainda um representante dos encarregados de educação, este sem voto deliberativo.

(Art. 28.º, Dec.-Lei n.º 769/A1976 de 20 de janeiro)

Este, surge na sequência do Dec.-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro, que revelou diversas falhas e vazios legais que era necessário preencher e solucionar. É relevante mencionar que o representante dos encarregados de educação não tem um voto deliberativo, ou seja, pode apenas fazer ouvir a sua opinião, sem que esta seja relevante



para a decisão final a ser tomada. Este facto não se demonstra muito favorável à construção de ligações entre a escola e as famílias, visto que, não sendo permitido aos representantes dos encarregados de educação ser ouvida a sua opinião, a mesma não será valorizada, mesmo que tenha sido escutada pela escola.

Apenas em 1990, com o Dec.-Lei n.º 372/90 de 27 de novembro são mencionadas, pela primeira vez, as associações de pais que,

(...) visam a defesa e a promoção dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos da educação pré-escolar ou dos ensinos básico ou secundário, público, particular ou cooperativo.

(Art. 2.º, Dec-Lei n.º 372/90 de 27 de novembro)

Neste Dec.-Lei é mencionado um novo termo, as associações de pais, que concede às famílias um novo envolvimento com as escolas e com a gestão e organização das mesmas. É de reconhecer que os mesmos passam a poder pronunciar-se acerca da definição da política educativa, participar na elaboração de legislação sobre a educação e ensino, participar nos órgãos pedagógicos, acompanhar e participar na atividade dos órgãos e reunir com órgãos diretivos do estabelecimento de ensino. Estas disposições são novamente espelhadas no Dec.-Lei n.º 115-A/98 de 4 de maio, mais propriamente nos artigos 40.º e 41.º, referindo novamente o direito de participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos alunos, bem como que a participação se concretiza através da organização e colaboração em iniciativas, “(...) visando a promoção da melhoria da qualidade e da humanização das escolas, em acções motivadoras de aprendizagens (...)” (Art. 41.º, Dec-Lei n.º 115-A/98 de 4 de maio).

O Dec.-Lei n.º 75/2008 vem, por outro lado, afirmar que está assegurada a participação

(...) de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das actividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino;

(Art. 3.º, Dec-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril)

Desta forma, aproxima-se ainda mais a participação das famílias com as escolas e, posteriormente, com a comunidade envolvente, contrariamente ao que sucedia previamente, onde não existiam ainda Associações de Pais bem como a opinião e contributo dos representantes existentes não era considerada. Já em 2012, é aprovado o Estatuto do Aluno e Ética Escolar que vem estabelecer os direitos e deveres do aluno de



todo o ensino básico e secundário, bem como estabelecer um compromisso dos pais e encarregados de educação com os restantes membros da comunidade educativa na educação dos alunos. Este documento está patente no Dec.-Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro e refere, no Art. 43.º as responsabilidades dos pais e encarregados de educação. O mesmo refere ainda que “[a]os pais ou encarregados de educação incumbe uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder-dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos no interesse destes e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos mesmos.” (Artigo 43.º, Dec-Lei nº 51/2012 de 5 de setembro). Referem-se seguidamente os deveres dos pais e encarregados de educação.

Por fim, e da mesma forma, as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar [OCEPE] (2016) referem a relação da escola com os pais e famílias como sendo de “coeducadores” da criança (p.28), sendo a mesma a “peça” central desta relação. Refere ainda que “(...) assenta numa comunicação que se realiza através de trocas informais (...) ou em momentos planeados.” (OCEPE, 2016, p. 28). Isto é, dos momentos que advêm destes momentos, é fomentada uma relação entre as duas partes fundamentais na educação da criança e permitem “(...) conhecer as suas necessidades e expectativas educativas, ouvir as suas opiniões e sugestões, incentivar a sua participação, e, ainda, para combinar as formas de participação que melhor correspondem às suas disponibilidades” (OCEPE, 2016, p. 28).

Tendo em consideração a evolução crescente da Legislação no que diz respeito à participação dos pais e encarregados de educação na educação dos filhos, qual será, então, o papel da família? De que forma os diferentes participantes podem atuar ativamente nas escolas? Importa, pois, aprofundar o papel da família e da escola, de modo a ser compreensível de que forma cada um dos atores interfere na vida da criança e como é que a influencia.



3. O papel da Família

“A cumplicidade entre família e escola moderna é assim muito estreita (...)”

(Almeida, 2005, p. 581)

A família constitui a primeira comunidade de referência para uma criança desde o seu nascimento. De acordo com Picanço (2012), este conceito tem origem na Roma Antiga com o termo *famulus* que significa “escravo doméstico”. Incluíam-se neste termo todos os membros que habitavam na mesma casa, tal como pessoas com laços de parentesco, servos e amigos íntimos. Na lei romana a família natural, ou seja, o agrupamento de pai e mãe (cônjuges) e filhos, cresce de importância e tem por base o casamento, relações jurídicas dele resultantes e vínculo de sangue.

Neste capítulo irá ser abordado o conceito de família, qual o seu papel e de que forma a mesma deverá atuar nos dias de hoje, tanto na educação das crianças, na vida diária dos filhos e na vida em sociedade da família. Para Murdock (1949) o conceito de família assenta no grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução. Inclui adultos de ambos os géneros, dois dos quais, pelo menos, mantêm uma relação sexual socialmente aprovada, e uma ou mais crianças dos adultos que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adotadas. Nos dias de hoje já não é possível verificar a veracidade desta afirmação de Murdock, visto que as famílias modernas têm diferentes tipos de constituição desde, por exemplo, as relações homossexuais até famílias monoparentais. Tal como refere Matos et al (2015), nos dias de hoje existem diferentes padrões de famílias, tais como “[f]amílias de pais heterossexuais, de pais do mesmo sexo, monoparentais, com filhos adotivos, com filhos concebidos por procriação medicamente assistida, etc.” (Matos, et al., 2015, p. 48). Desta forma, todas as famílias e cada uma em específico devem ser tidas em conta com uma atitude de compreensão, respeito e tolerância e, assim, ser a base pela qual são constituídas as famílias nucleares.

Cada família deve ser responsável pelas crianças que a constituem em todos os diferentes níveis, saúde, e educação, tal como refere Matos et al., “(...) a família é responsável por garantir o melhor interesse dos membros à sua guarda dentro do quadro de valores globalmente aceites pela sociedade.” (Matos, et al., 2015, p. 48). Assim, e



segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança “[c]abe aos pais a principal responsabilidade comum de educar a criança e o Estado deve ajudá-los a exercer esta responsabilidade.” (UNICEF, 2019, p. 13), bem como “[a] criança tem direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos.” (UNICEF, 2019, p. 17), ou seja, às crianças de uma família deve ser garantida uma qualidade de vida mínima, com educação e saúde asseguradas, o que por norma facilmente sucede em países desenvolvidos.

Para Giddens (2004) “[u]ma família é um grupo de pessoas unidas diretamente por laços de parentesco no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças.” (Giddens, 2004, p. 367), uma definição mais curta e focada no parentesco, do que a sugerida pelo autor anterior, no entanto, mais abrangente.

Da mesma forma, Lézine (2000) sugere que os pais devem encarar a sua tarefa pedagógica de forma otimista e confiante, para que as crianças possam ver neles um modelo a seguir. Sugere ainda alguns pontos que os pais poderão seguir, como um guião à tarefa pedagógica que estão a desempenhar. Primeiramente propõe a definição de objetivos a que se propõem, visto que cabe aos pais decidir em que é que consiste o seu ideal e, para isso, apelar ao sentido crítico dos seus filhos e à disciplina pessoal. De seguida, demonstra que ao conhecer bem os filhos, os pais percebem que interesses e aprendizagens apresentam as crianças, sem que sejam constantemente sugestões do adulto acerca do seu comportamento. Posteriormente, refere que devem ser oferecidos bons modelos às crianças, tal como formas de agir, reações e atitudes do adulto, que inevitavelmente são refletidas nas mesmas, que também demonstra necessidade de evoluir numa sociedade onde possa encontrar modelos ao seu alcance.

Lézine (2000) acrescenta ainda que o papel da mãe se demonstra e domina de forma mais significativa no período pré-escolar, enquanto o pai tem uma enorme importância nos primeiros anos do filho e é necessário que este tome consciência. O pai deve tentar compreender todas as mudanças e passos tanto da mulher, como da criança. Por fim sugere que é mais fácil reorientar uma criança, do que reprimi-la de algo que deseje fazer. Isto é, mesmo que a criança queira executar uma ação que os pais saibam à partida que é um erro, este deve ser reorientado, para outra forma de comportamento, em vez de ser reprimido antes mesmo de realizar algum tipo de ação.



Matos, et al. (2015) sugerem também um conjunto de considerações acerca do papel da família no contexto da nova ética social, ou seja, num contexto moderno que vivemos atualmente. Primeiramente, sugere que o ser humano não existe sozinho, mas sim desenvolve a sua personalidade em alteridade, com o outro e em relação com os demais membros da sociedade. Desta forma “(...) as relações interpessoais e intrafamiliares assumem uma especial importância.” (Matos, et al., p. 47), ou seja, as crianças suportam-se maioritariamente nestes pilares, apesar de também existir influência de outros fatores e externos como os diferentes membros da sociedade.

Por fim, os autores referem que a família tem uma responsabilidade acrescida na proteção dos membros que lhe pertencem e deve fazê-lo enquanto os indivíduos não têm condições de independência, bem como autonomia, devido a diversos fatores tais como a idade, a doença ou a deficiência.

Quando é transposto o papel da família para a escola e para o aproveitamento e sucesso escolar das crianças, então é possível compreender que a família tem um papel fundamental no processo escolar dos filhos, tal como refere Davies, et al. (1997) “(...) há enormes vantagens para os alunos quando os pais apoiam e encorajam as actividades escolares.” (p. 55). Assim, é possível constatar que quanto mais envolvimento existir por parte dos pais na vida académica dos filhos, mais possibilidades existem de este ser bem-sucedido. Este apoio, segundo o mesmo autor, provém de diversas estratégias, tais como o encorajamento, o apoio e colaboração nos trabalhos escolares e o envolvimento direto no apoio ao estudo.

Tal como referido anteriormente, existem, hoje, diversos tipos de família que encaram a educação dos filhos de diferentes formas. Assim, a família tradicional, constituída pelo pai que trabalha e que sustenta a família a nível financeiro e pela mãe que trabalha em casa e educa os filhos, é cada vez mais uma realidade minoritária. Atualmente as famílias adquiriram outras formas e as crianças já não crescem a partir do modelo padrão de família. Desta forma, existem hoje em dia crianças que são criadas pelos avós ou que estão afastadas dos pais biológicos.

Em consequência destas novas tipologias de família, as escolas partem do princípio de que os encarregados de educação destas crianças são mais difíceis de alcançar, segundo Davies, et al. (1997), que referem também que o problema está nos professores que adquirem este tipo de estereótipo acerca das famílias não tradicionais e



criam expectativas baixas nos docentes que se espelham, naturalmente, no aproveitamento escolar dos alunos. De forma a contrariar a tendência anteriormente referida, “[a]s famílias devem compreender e conhecer as escolas dos seus filhos e as escolas devem compreender as famílias que servem.” (Davies, et al. 1997, p. 57).

As escolas são parte integrante da educação das crianças a partir de determinado momento, no entanto, não terá necessariamente de ser um local exclusivo de aprendizagem, mas também um campo de ação no qual haverá continuidade da vida afetiva, insistindo em valores tais como a amizade, a importância do grupo social, questões afetivas e respeito ao próximo (Picanço, 2012). O papel da escola é, então, mais vasto do que apenas a responsabilidade de transmitir conhecimento científico. No próximo capítulo será abordado essa mesma responsabilidade para com a instituição que é a escola, quais as suas funções, de que forma se instituiu, alterou e evoluiu para o que conhecemos nos dias de hoje.



4. O papel da Escola

“A escola não deve ser só um lugar de aprendizagem, mas também um campo de ação no qual haverá continuidade da vida afetiva que deverá existir a 100% em casa”

(Picanço, 2012, p.15)

Para iniciar uma caracterização do que é a Escola e qual é o seu papel na relação escola-famílias-comunidade. A mesma irá ser definida numa perspetiva de pós-Revolução Industrial, momento em que existe uma mudança significativa naquilo que é a Educação e como se veem as escolas e os docentes.

Assim, segundo Canário (2005), a escola pode ser definida por três dimensões distintas, sendo estas a escola como forma, a escola como uma organização e a escola como uma instituição. A primeira refere-se a “(...) uma nova forma de conceber a aprendizagem, em rutura com os processos de continuidade com a experiência e de imersão social que prevaleciam anteriormente.” (Canário, 2005, p. 62). O autor refere que este novo modelo de aprendizagem possui autonomia e que, por isso, pode funcionar independentemente da organização e da instituição escolar.

“A escola não está situada no vazio. Pelo contrário, encontra-se imersa na sociedade. Dela recebe influência e exigências. É nela que cumpre o seu papel.” (Guerra, 2000, p. 18). Mas qual é, afinal, o papel da escola? Guerra defende que a escola tem uma função socializadora nas crianças referindo que é da sua função desenvolver a socialização dos cidadãos sem que, no entanto, se transforme numa “(...) cadeia de transmissão acrítica.” (Guerra, 2000, p. 19). Desta forma, a escola deve tornar o ambiente escolar, tranquilo e equilibrado. A escola é então um espaço de aprendizagem técnica (do saber) e moral, onde a criança é colocada em situações de interação com os seus pares, tornando-se então o local privilegiado de socialização (Almeida, 2005).

Por seu lado Canário (2005) afirma que a escola corresponde também a uma nova organização que abrange os modos de organização de “(...) espaços, os tempos, os agrupamentos dos alunos e as modalidades de relação com o saber.” (Canário, 2005, p. 62). Mas apesar de definir estas vertentes, a dimensão organizacional da escola é a que menos constitui debate na mesma. Assim, ao longo de cerca de dois séculos, ainda segundo o autor, a organização da escola sofreu um processo de “(...) naturalização, que



lhe confere um carácter inelutável e o faz parecer como “natural” (Canário, 2005, p. 62). Este processo confere à escola uma estabilidade, mas, por outro lado, limita em grande parte a discussão e o debate, bem como os processos de mudança, visto que as Escolas se regem pelo modelo existente e conduzem a uma invariância previsível que condenam à ineficácia as discussões sobre novos métodos pedagógicos. Por fim, acrescenta que a escola é uma instituição que “(...) funciona como uma fábrica de cidadãos (...)” (Canário, 2005, p. 62). Ou seja, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e integração social das crianças. No que diz respeito às escolas do passado, inevitavelmente se aborda o regime que vigorava no pré 25 de abril. Este regime é marcado pela disciplina, imposta tanto pelo professor, como pelo Reitor da escola, nomeado pelo poder central que garantia um funcionamento igualitário e sem grandes perturbações. Este regime nas escolas caracterizou-se por ser desejavelmente uniformizado, tanto pelo vestuário obrigatório nas escolas, como pela repressão que se fazia sentir nos liceus e escolas portuguesas no século XX. As famílias não questionavam os castigos atribuídos aos alunos, mesmo parecendo despropositados ou excessivos e, muitas vezes, violentos (Picanço, 2012). Posteriormente ao regime ditatorial, não existem características que possam ser transportadas para o século XXI, dado que as escolas têm mais liberdade de gestão e administração e encontram a possibilidade de assegurar a disciplina e a liberdade dos alunos, bem como a autoridade e cooperação, exigência e tolerância, tradição e inovação identidade histórica e multiculturalidade. Quanto ao último ponto, é muito comum nas escolas dos dias de hoje, existir uma variedade multicultural que nunca se tinha verificado anteriormente. Nas escolas encontramos crianças e jovens de todos os pontos do mundo, por exemplo, em programas de intercâmbio onde é possibilitado o conhecimento de diferentes culturas. Cada vez mais existem também famílias que se instalam em países ocidentais em busca de uma qualidade de vida melhor.

Partindo do papel de cada um dos atores intervenientes na vida escolar das crianças, é pertinente, neste momento, perceber qual o papel da comunidade, o terceiro ator na vida escolar e na relação a ser estudada – a relação escola-famílias-comunidade. Será importante perceber de que forma este terceiro ator desenvolve o seu papel e de que forma interage com as crianças.



5. O papel da Comunidade

“A participação da comunidade nas escolas também desempenha um papel muito importante na superação das desigualdades de género na educação (...)”.

(INCLUD-ED, 2009, p. 51)

A comunidade e tudo aquilo que a mesma representa, interfere na aprendizagem, vivência e modelação da personalidade e vivências das crianças. De acordo com a Direção-Geral da Educação [DGE], num documento elaborado em colaboração com a Universitat de Barcelona, é referido que a aprendizagem “(...) depende de todas as interações que se estabeleçam, tanto na aula, como no exterior.” (DGE, 2017, p. 2).

Neste ponto será então abordada a importância do papel da Comunidade na relação Escola-Famílias-Comunidade e de que forma é possível a mesma intervir na vida escolar das crianças. O ponto de partida será então compreender o conceito de comunidade e o que o mesmo envolve.

De acordo com Gómez, et al. (2007), comunidade:

designa uma entidade social e espacial determinada por um território e pelos seus habitantes, por uma estrutura social e códigos culturais singulares. É um espaço de vida onde se concretizam os problemas, as necessidades, os projectos e as esperanças de um amplo grupo de pessoas que, a partir da sua organização em diversas instituições, pretendem dar resposta aos desafios do seu meio. (p. 132)

Podemos, desta forma, compreender que a comunidade desempenha uma função, enquanto espaço de vida, sendo um campo delimitado que envolve aspetos territoriais, geográficos, sociais e culturais. Ainda segundo os mesmos autores, defendem que a comunidade pode ser um suporte entre o familiar e o social que se caracteriza por existir uma convivência e uma visão particular e partilhada acerca da vida e do mundo.

Já Sousa e Sarmiento (2010) referem-se à comunidade afirmando que traz diversos ganhos, quando refere que “(...) no respeitante à comunidade, podem ser significativos os ganhos em termos do desenvolvimento de valores de igualdade e democracia (...)” (p. 149).

Compreendido o conceito de comunidade, é também importante compreender qual o seu papel na educação. De modo a criar nas crianças o sentido de socialização, ou seja, que as mesmas não vivem isoladas, nem que a sua única realidade é a de casa e a escolar,



é importante a participação da escola na comunidade e o contrário. Assim, é importante ter em consideração que não é só a família e a escola que estão envolvidas no processo de aprendizagem, visto que a comunidade local exerce também uma importância significativa. Por isso, os três atores nesta relação são a Escola, as Famílias e a Comunidade.

No documento da autoria da Universidade de Barcelona (2017), previamente mencionado, é referenciado que para que sejam atingidas aprendizagens de alto nível, é necessário que as famílias e a comunidade estejam incluídas neste processo de ensino-aprendizagem e que os próprios alunos tragam as suas experiências para dentro da sala.

Num outro projeto de pesquisa coordenado pelo Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades [CREA], da Universidade de Barcelona, em que se tenta identificar atuações de êxito que contribuem para superar o fracasso e a evasão escolar, bem como superar o risco associado de exclusão noutras áreas como o emprego, saúde, habitação e participação política (Universidade de Barcelona, 2009). Neste documento, podemos encontrar uma figura onde são demonstrados cinco tipos de participação dos familiares e da comunidade e a sua relação com os resultados escolares obtidos. De seguida, é apresentado a mesma figura, da autoria do INCLUD-ED (2009):



Figura 1 - Tipos de participação dos familiares e da comunidade

<p style="text-align: center;">Dimensão informativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os pais são informados sobre as atividades escolares, o funcionamento da escola, e as decisões já tomadas. • Os pais não participam das decisões escolares. • As reuniões com os pais consistem em informar as famílias a respeito dessas decisões. 	<p>Menor probabilidade de conseguir êxito escolar e participação das famílias.</p>
<p style="text-align: center;">Dimensão consultiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os pais têm um impacto limitado sobre a tomada de decisão. • A participação se baseia em consultas com as famílias. • Eles participam através das entidades estatutárias da escola. 	
<p style="text-align: center;">Dimensão decisiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Membros da comunidade participam dos processos de tomada de decisão ao se tornarem representantes nas entidades de tomada de decisão. • Familiares e membros da comunidade monitoram a prestação de contas da escola em relação a seus resultados educacionais. 	<p>Maior probabilidade de conseguir êxito escolar e participação das famílias</p>
<p style="text-align: center;">Dimensão avaliativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Familiares e membros da comunidade participam dos processos de aprendizagem dos alunos ao ajudar a avaliar o progresso escolar das crianças. • Familiares e membros da comunidade participam da avaliação dos programas e currículo da escola 	
<p style="text-align: center;">Dimensão educativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Familiares e membros da comunidade participam das atividades de aprendizagem dos alunos durante o horário normal da escola e fora da escola. • Familiares e membros da comunidade participam de programas educacionais que respondem às suas necessidades 	

Fonte: INCLUD-ED, 2009, p. 54

Através da presente figura, é possível constatar que a participação da comunidade, bem como a participação ativa das famílias podem contribuir para o êxito escolar das



crianças nas escolas. Quando as comunidades participam na tomada de decisões e se tornam representantes nas instituições, bem como quando participam no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, dentro e fora da sala, os resultados são efetivamente positivos. Ou seja, as dimensões decisiva, avaliativa e educativa trazem notórios benefícios para a vida escolar das crianças.

Por outro lado, a comunidade é também beneficiada, segundo Silva (2009), na medida em que esta colaboração com a escola pode contribuir para a construção da sua identidade. Isto é, a comunidade ao participar nas atividades escolares, está a tornar a cooperação com as escolas, um símbolo de identidade local (Silva, 2009).

De acordo com Magalhães (2007) “[é] (...) na comunidade que as crianças fazem as suas primeiras experiências e aprendem a consequência dos seus comportamentos” (Magalhães, 2007, p.54). A criança faz parte de uma comunidade e, como tal, a comunidade deve ser vista como um recurso educacional e desempenhar um papel ativo na sua aprendizagem, sendo que se mostra importante que participe na construção do seu conhecimento e desenvolvimento. Numa outra perspetiva, as OCEPE (2016) afirmam que estas parcerias – entre os diferentes intervenientes da relação, “(...) para além de contribuírem para a realização das finalidades educativas do estabelecimento educativo, podem ainda facilitar a relação entre estes serviços e os pais/ famílias, através da disponibilização de informações sobre as suas funções e funcionamento.” (p.30). É possível, assim, compreender que a escola pode ser um veículo condutor de conhecimentos entre os diferentes atores, visto que poderá ser a escola a informar as famílias acerca das atividades e recursos disponíveis na comunidade.

Desta forma, percebemos qual o papel de cada um dos intervenientes da relação Escola-Famílias-Comunidade. Foi possível também compreender que o funcionamento de um dos atores depende e está profundamente interligado com os restantes. Deste modo, surgem algumas vantagens e obstáculos para esta relação. No próximo ponto, irá ser abordado de que forma o envolvimento parental e das comunidades se torna benéfico ou constitui um obstáculo à relação Escola-Famílias-Comunidade.



6. As vantagens e obstáculos ao envolvimento parental

“Tanto os pais como as escolas beneficiam desta relação, na medida em que os pais melhoram a relação com os filhos tornando-a mais forte e próxima e as escolas proporcionam aprendizagens mais significativas.”

(Leite & Fernandes, 2019, p. 211)

Ainda que se demonstre necessário que o envolvimento parental seja uma constante nas escolas e jardins-de-infância, de modo a promover o crescimento saudável da criança, bem como o seu sucesso escolar, existem vantagens e obstáculos ao envolvimento parental. É fundamental que os intervenientes envolvidos nesta relação escola/família/comunidade, tenham a consciência de que são diversos os benefícios possíveis para a educação das crianças, bem como são muitas as barreiras a ultrapassar na implementação do envolvimento parental. Silva (2008) defende uma teoria deveras concreta e objetiva, “(...) quanto mais estreita a relação entre escolas e famílias, maior o sucesso educativo das crianças e jovens (...)” (Silva, 2008, p. 116).

Para Davies (1989), a maior razão que incentiva o envolvimento parental é o desenvolvimento da criança. Num estudo realizado, o autor afirma que os pais, quando questionados acerca das principais contribuições da família em relação à educação das crianças, tanto em casa como na escola, os mesmos incidiram maioritariamente em duas vertentes, sendo estas o bom ambiente familiar e a disciplina e supervisão. Em relação ao primeiro ponto, os pais mencionam a importância do carinho dado à criança, dos cuidados básicos como a saúde, comida e a ajuda. No que concerne ao segundo ponto, mencionam as boas maneiras, a higiene, a supervisão dos trabalhos de casa, o comportamento social e as tarefas domésticas.

Da mesma forma, Sousa e Sarmento (2010), afirma que cabe à família “(...) a primeira e permanente responsabilidade de orientar e desenvolver competências que permitam a construção de um projeto de vida (...)” (Sousa & Sarmento, 2010, p. 148). Isto é, são os pais que desenvolvem competências para o exercício da cidadania, referências culturais. Os pais são, assim, os atores mais bem posicionados nesta relação, visto que têm conhecimentos acerca das suas potencialidades e características específicas dos seus educandos que a escola não terá à partida (Sousa & Sarmento, 2010). Tendo em vista o sucesso escolar da criança, os pais poderão, por isso, ajudar os professores no



desenvolvimento de projetos e estratégias mais adequadas, “(...) continuando os pais a ser os primeiros, permanentes e mais importantes professores das crianças.” (Sousa & Sarmiento, 2010, p. 148).

O envolvimento parental traz, conseqüentemente, vantagens para as famílias, designadamente, para os pais e encarregados de educação, bem como para os professores e mesmo para as crianças, que são o centro desta relação.

Para os pais e encarregados de educação, as vantagens envolvem maioritariamente o aumento da sua afluência na tomada de decisões relacionadas com os seus filhos, na escola, a melhoria no seu papel enquanto pais, o fortalecimento dos laços sociais, o acesso a fontes de informação e formação e, por fim, melhoram a sua autoestima (Davies, 1989). Já no caso das crianças, o centro desta relação, os benefícios relacionam-se maioritariamente com o desenvolvimento de competências e ao sucesso escolar das crianças (Davies, 1989).

Para os docentes, as vantagens assentam no reconhecimento do seu trabalho desenvolvido com as crianças, na partilha de preocupações e procura de soluções para as questões que surgem nas salas e ainda um maior apoio das famílias o que traz menos desconfianças de parte a parte (Davies, 1989). Já segundo Hoover-Dempsey e Walker (2002), os benefícios para os pais incidem maioritariamente na melhoria da sua perceção relativamente ao sucesso dos filhos. Sentem-se também mais habilitados para a colaboração com a escola na educação dos filhos e obtêm mais estratégias de apoio à aprendizagem dos seus filhos.

No que concerne aos obstáculos que ainda existem para o envolvimento parental, Silva (2008) afirma que os mesmos geralmente permanecem na penumbra ou mesmo que são considerados inexistentes. A insegurança permanece por parte dos professores que, na sua formação não são, nem nunca foram, preparados para esse tipo de envolvimento. Por outro lado, refere também que docentes e instituições escolares, embora raramente, se intrometem nas competências educativas familiares (Silva, 2008).

Ainda no que diz respeito aos obstáculos à participação dos pais na vida escolar dos alunos, Loureiro (2017) afirma que a organização do tempo familiar constitui uma condicionante para muitas famílias e também os horários de funcionamento das escolas e as reuniões de pais que frequentemente coincidem com os seus horários laborais. Desta forma, torna-se uma tarefa de difícil gestão, visto que os pais não conseguem ter



disponibilidade para se envolverem com as instituições, mesmo que seja da sua vontade. Os pais que menos participam na vida escolar, justificam-no com a incompatibilidade de horários de trabalho com os horários das atividades, afirmando só se integrarem nos eventos festivos/temáticos que a escola promove, sendo estes eventos de cariz mais esporádico e não tão frequente (Loureiro, 2017).

Por outro lado, residem as questões socioeconómicas. Ou seja, as famílias de nível socioeconómico e socioeducativo mais vulnerável são também as que mais dificuldades demonstram na colaboração com as escolas, em prejuízo dos seus educandos. Da mesma forma, alguns pais têm dificuldade em ajudar os filhos, na medida em que não compreendem de que forma os podem apoiar no processo educativo, com determinadas explicações ou ajudas nos trabalhos de casa (Loureiro, 2017).

Deste modo e segundo Silva (2008), da participação das famílias, sai reforçada a satisfação profissional dos professores, uma vez que, segundo Sousa e Sarmento (2010), “(...) o objetivo do seu esforço é o eficaz aproveitamento dos alunos; (...)” (p. 149), já no que diz respeito aos pais e encarregados de educação, sentem-se socialmente mais valorizados, o que representa um fator de considerável importância nas classes ditas populares, levando, desta forma, a um reforço do papel das associações de pais e da sua legitimação social (Sousa & Sarmento, 2010).

Também as comunidades beneficiam da participação dos pais e encarregados de educação nas escolas, uma vez que contribui para a construção da sua identidade e porque “(...) o estreitamento das relações entre escola, família e comunidade, ao implicar uma atitude de comunicação e participação dos vários actores, induz a uma cultura de cidadania e a um aprofundamento democrático.” (Sousa & Sarmento, 2010, p. 149). Assim, segundo Silva (2003), as três entidades desta relação aprendem a colaborar e esta prática consubstancia-se num aumento da democratização da escola e da comunidade envolvente, destacando-se o “papel mobilizador que a escola pode desempenhar nas comunidades, enquanto agência de desenvolvimento das mesmas.” (Silva, 2003, p. 149).

O envolvimento parental é fundamental nas escolas e jardins-de-infância, na medida em que promove o sucesso escolar das crianças, bem como traz benefícios para pais e encarregados de educação, educadores e professores e também para a comunidade que rodeia as instituições. Estas vantagens, como anteriormente abordado, englobam, por exemplo, a melhoria no papel de pais, o desenvolvimento de competências quando



referimos as crianças ou o reconhecimento do trabalho no que toca aos docentes. Desta forma, todos os atores desta relação podem sair beneficiados quando se desenvolve uma relação saudável e equilibrada. Mostra-se fundamental agora, compreender quais as diferenças e as semelhanças no que diz respeito à Relação Escola-Famílias-Comunidade nas valências de JI e no 1º Ciclo do Ensino Básico [1º CEB].



CAPÍTULO II – A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIAS-COMUNIDADE

1. A cidadania da criança

“A criança tanto fala quanto escuta, assim como o adulto simultaneamente deve tanto falar quanto escutar.”

(Sarmento, 2018, p. 8)

Tendo sido abordado o papel de todos os atores na Relação Escola-Famílias-Comunidade, torna-se agora fulcral compreender qual o papel que desempenha o ator principal e o centro desta relação: a criança. Antes de mais importa, primeiramente, compreender qual o conceito de criança de modo a desenvolver o restante ponto.

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, a criança é, “[n]os termos da presente Convenção, (...) todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (Art. 1º, 2019, p. 8).

Segundo Sarmento e Marques (2006), a influência da criança na vida dos adultos é ainda uma realidade que nem sempre é notada e consciencializada por parte dos pais e comunidade em geral. Esta influência, segundo os autores, passa por áreas tão diversas como a saúde, a nível económico e a organização do tempo.

Sarmento (2018) afirma que o entendimento da criança como cidadã faz com que seja remetida para a abordagem da mesma como ator social, ou seja, que seja reconhecida, que participe no mundo que a rodeia e que afirme e sejam afirmados os seus direitos e valores. A atribuição da importância à voz da criança é uma ideia recente, contudo, segundo a autora, não pode ser generalizável no campo da educação (Sarmento, 2018). Da mesma forma, Jans (2004), afirma que dar voz à criança e ouvir a sua opinião é essencial para o reconhecimento do papel da criança na sociedade.

No entanto, a criança nem sempre foi entendida como tal. Na Idade Média, as crianças eram entendidas como adultos em miniatura e, segundo Pinto (2000), “(...) trabalham, comem, divertem-se e dormem no meio dos adultos.” (Pinto, 2000, p. 60). Já Samagaio (2016), afirma que no século XVIII a infância se demonstra autónoma e



dissociada da vida adulta, no entanto afirma ainda que neste século as ideias que anteriormente vigoravam acerca da infância ainda estavam muito presentes.

O conceito de criança como assim o conhecemos começou a ser considerado a partir do século XX e o conceito de infância enquanto construção social resultante de um determinado espaço e tempo históricos (Prout, 2005).

Ainda segundo Samagaio (2016),

[o] sentimento da infância, a representação da criança como ser específico e diferente face ao adulto, resultante de um processo de privatização e sentimentalização da vida familiar, (...) levado a efeito por uma burguesia em ascensão social, possibilitam atribuir à criança um estatuto próprio e lugares específicos no âmbito do processo de socialização (p. 8).

Esta perceção da criança como ator social diferenciado do adulto surge então no século XX com a ideia de que a infância e as crianças deverão ser valorizadas, não como uma vida adulta, mas sim como um período de formação e adaptação de um novo elemento da sociedade. Por outro lado, considerar a criança como ser individualizado é um desafio. Samagaio (2016) refere que “(...) normalmente, o que sabemos sobre a criança é construído pelo mundo adulto, dos adultos e pelos adultos.” (p. 9) o que constitui um obstáculo se quisermos compreender a perspectiva de crianças pequenas que ainda não sabem expressar os seus pontos de vista, contrariamente, por exemplo, às crianças em idade pré-escolar que são capazes de formular uma opinião sobre as suas experiências. Como poderemos, então, considerar o papel da criança enquanto cidadã?

Segundo Sarmiento (2018) “(...) é necessário promover uma verdadeira cidadania da criança, assumindo que esse cenário é um processo caracterizado por desigualdades e barreiras.” (p. 50), sendo necessário, desta forma, ultrapassar os obstáculos existentes entre adultos e crianças, bem como considerar as diferenças estruturais da vida social e de natureza económica, o que traz implicações relevantes no que diz respeito à visibilidade das crianças e da organização da sua vida diária (Sarmiento, 2018). Desta forma, é essencial considerar a criança como pessoa que detém a plena posse dos seus direitos e reconhecê-la como um ser social que tem de usufruir de uma cidadania semelhante à do adulto.

Sendo primeiro contexto social da criança a escola, mais concretamente o JI, é de salientar que o mesmo é importante como contexto social e educativo “(...) privilegiado para a aprendizagem das normas democráticas por parte das crianças (...)” (Samagaio,



2016, p. 10). É possível então, desde já, compreender que a participação da criança só será possível se “(...) todos (...) têm espaço de participação, e em que às crianças, particularmente, (...) seja assegurado o direito a uma educação informada (Sarmiento e Marques, 2006, p. 64), ou seja, uma educação em que lhe seja dada uma voz nos processos que a envolvem.

O papel da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade pode iniciar-se na sua participação nas práticas pedagógicas nos contextos em que se inserem, como por exemplo, no JI. É, então, essencial compreender de que forma é que esta participação pode ocorrer, e se efetivamente ocorre, nas salas de JI e posteriormente nas salas do 1º CEB. No próximo ponto serão abordadas diversas perspectivas teóricas acerca do que sucede nas diversas salas e como é possível envolver as crianças na tomada de decisões e na escolha de práticas pedagógicas nas duas valências em estudo.



2. A participação da criança nas práticas pedagógicas no Jardim de Infância

“[f]alar de participação, numa acepção imediata, é falar de uma actividade espontânea, que etimologicamente se caracteriza como a acção de fazer parte (...)”

(Dornelles e Fernandes, 2005, p. 116)

Compreendemos agora o papel da criança e de que forma se envolve com a família e com a sociedade que a rodeia. Emerge agora a necessidade de compreender de que forma a criança participa nas práticas pedagógicas, tentando também esclarecer quais as diferenças dessa mesma participação em contexto de JI e no 1º CEB, ou se, por outro lado existem maioritariamente semelhanças.

Primeiramente, a participação da criança é tida como uma noção recente, visto que nos últimos anos assistiu-se a mudanças de paradigma, designadamente na forma de olhar para criança, a maneira de a concetualizar. De acordo com Freire-Ribeiro (2011), o mais importante não é apenas proteger as crianças, mas sim reconhecê-las como pessoa capaz de participar e como uma pessoa de direitos. Deste modo, “quando se refere que a criança deve ser ouvida e participar, implica que o processo deva ser considerado no contexto escolar e na relação com os restantes actores do espaço educativo” (Tomás & Gama, 2011, p.3).

Numa breve contextualização histórica, o JI surgiu como espaço de atendimento às crianças, ou seja, um espaço que atendia às necessidades das famílias, resultante da nova organização do trabalho das sociedades contemporâneas (Sarmiento & Marques, 2006). A industrialização e, simultaneamente, a ida dos homens para a guerra colonial e ainda os surtos migratórios demonstraram que a participação da mulher no mundo do trabalho seria de extrema necessidade. Desta forma, fora do contexto doméstico, as mães necessitariam de um local seguro onde deixar as crianças (Sarmiento & Marques, 2006).

A necessidade de criação dos Jardins-de-Infância ocorreu então por razões maioritariamente assistenciais, para tomar conta das crianças, enquanto as mães trabalhavam. Acompanhando esta evolução do papel da mulher na sociedade, outras áreas também evoluíram, nomeadamente a saúde e as ciências da educação. “A difusão das



ideias pedagógicas (...) vem introduzir novas concepções sobre a infância e as possibilidades de intervir com esta no sentido de potenciar o seu desenvolvimento individual e a sua inserção social de formas plurais e equilibradas.” (Sarmiento e Marques, 2006, p. 71).

Ainda segundo os mesmos autores, numa perspetiva mais recente, “[a]s funções de acompanhamento das crianças no JI, sempre a par da interação com as famílias, poderá ter facilitado uma maior percepção da criança como ser humano em desenvolvimento integral – cognitivo sim, mas também social e emocional (...)” (Sarmiento & Marques, 2006, p. 77). Isto é, a participação da família no processo de ensino-aprendizagem nos Jardins-de-Infância facilita em muito o reconhecimento da criança como ser humano, visto que consegue ter as duas vertentes – familiar e escolar, num mesmo local. As vantagens desta participação devem-se aos diferentes papéis e posturas que cada ator desempenha, como já abordado anteriormente. A família desempenha um papel de maior proximidade, contrariamente às escolas que desenvolvem uma relação de maior formalidade e distanciamento, mas com maior responsabilidade na construção de conhecimentos.

Posteriormente a esta evolução no que diz respeito aos Jardins-de-Infância, da noção de criança e da sua participação em sociedade, os seus direitos foram também surgindo, como pessoa individual e distinta de um adulto. Surge assim a Convenção dos Direitos da Criança [CDC], em 1989, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificado por Portugal em 1990. Neste documento, é explanado, entre outros, o direito de participação da criança, onde é referido que,

[o]s Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade (p. 13).

Ainda no mesmo documento, é referido que a criança tem o direito de “(...) ver essa opinião [ser] tomada em consideração.” (CDC, 1990, p.13). No mesmo sentido, são ainda direitos das crianças o da liberdade de expressão e o de pensamento, consciência e religião. Por outro lado, segundo Sarmiento e Marques (2006) afirmam que esta Convenção e os direitos lá expostos e acordados por todos os países das Nações Unidas são pouco evidentes no quotidiano das crianças. Segundo Dornelles e Fernandes (2005), participação é sinónimo de voz e construção da autonomia e o conceito de criança, no entanto, contrariamente, é etimologicamente, aquele que não fala.



No que diz respeito à participação das crianças nas práticas do JI, Prout (2000) afirma que

(...) a condição singular do Jardim de Infância, que antecede a escolaridade obrigatória, o que, entretanto não o dispensa de orientações curriculares e de uma organização em torno de rotinas diárias e semanais, não pode representar um cerceamento ao exercício da cidadania infantil (p. 19).

Para Silva e Farenzena (2012), este facto torna-se um desafio no sentido de garantir que as crianças, ao envolverem-se na construção do seu próprio currículo, em interação com os pares e com os adultos do contexto, planeiem, desenvolvam e partilhem processos, comuniquem estratégias e resultados através das diversas linguagens e adicionem saberes aos seus projetos. Para as mesmas autoras, este “(...) fazer (co) participado (...)” (Silva & Farenzena, 2012, p. 78) e de gestão democrática das pequenas e grandes decisões da sala no quotidiano, consubstancia-se no *corpus* de uma cultura de infância datada e referenciada na macroestrutura da cultura.

Desta forma, podemos compreender que a criança é condutora do seu conhecimento e a educadora de infância torna-se um interlocutor. De acordo com Folque (2014, p.72) “(...) a Zona de Desenvolvimento Proximal [ZDP] define-se como a zona em que o apoio de outros intervenientes pode levar a criança a realizar uma tarefa que não conseguiria executar sozinha” ou seja, o adulto ajuda a criança a solucionar um problema que, de outra forma, não conseguiria resolver sozinha. Com o auxílio do adulto, a criança será capaz de realizar esta mesma tarefa, desenvolvendo assim a autonomia e a resiliência da criança.

Na perspetiva da Educação de Infância, podemos então concluir que o educador de infância desenvolve um trabalho maioritariamente de auxílio no que diz respeito à condução de ideias das crianças, sendo “(...) responsável por organizar, avaliar e planear as atividades.” (Folque, 1999, p. 8). Os interesses das crianças começaram a ser valorizados e o “(...) conteúdo curricular decorre naturalmente das experiências das crianças e das experiências-chave, consideradas essenciais para a construção de conhecimento em diferentes contextos” (Jesus & França, 2014, p.45).

Já no que diz respeito ao 1º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com Sarmento e Marques (2006), consideram que, nesta valência, a participação se traduz numa certa tendência para que se confina a um tomar parte com “características escolarizadas e



escolarizantes” (p. 78), isto é, uma participação que decorre e se enforma enquanto resultado de um contexto formalmente organizado de aprendizagem vincadamente direcionado para saberes construídos pelos outros (Marques, 2016). Ou seja, a participação do aluno está camuflada por um sistema de ensino em que as decisões são tomadas por terceiros, deixando pouca margem de decisão para os principais atores do processo de ensino. Dahlberg, et al (2003), entendem as escolas como fóruns, ou seja, como um

(...) conjunto concreto de condições de aprendizagem onde as pessoas se reúnem para falar, para se envolver em diálogo, para compartilhar suas histórias e para lutar juntas, através de relações sociais que fortaleçam, em vez de enfraquecer, as possibilidades de uma cidadania activa. (p. 101).

Este conceito implica o reconhecimento do direito das crianças a desempenharem um papel ativo e criativo na sua vida e percurso escolar, num processo pedagógico onde a “(...) aprendizagem é construída, numa co-construção entre crianças e adultos, já não apenas enquanto esforço resposta de adequação das primeiras face às expectativas das segundas, mas como resultado de processos múltiplos de socialização intergeracional (...)” (Sarmiento & Marques, 2006, p. 78).

Em suma, o apoio e a atenção do educador/professor é fundamental para serem possíveis momentos de promoção da participação da criança, com base nos seus interesses e necessidades que, posteriormente combatam as dificuldades sentidas. Segundo Vieira (2015), o docente tem a responsabilidade de:

implementar uma série de ajustamentos ao plano traçado previamente, em função das aprendizagens alcançadas ou não pelos alunos. Se os alunos não aprenderam deverá o professor repensar o próprio processo de ensino mas tal só será possível se o ensino for acompanhado pela constante avaliação das aprendizagens (p. 15).

Já segundo Sarmiento e Marques (2006), o desejável seria uma participação enquanto exercício de uma cidadania ativa na intervenção no mundo, “(...) através da análise permanente da realidade e de uma acção cada vez mais consciente sobre ela.” (Sarmiento & Marques, 2006, p. 78). No próximo ponto serão abordadas as dimensões da participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



2.1 Dimensões da participação da criança

“A participação infantil é (...) um direito civil e político básico para todas as crianças e é, portanto, um fim em si mesmo”.

(Crowley, citado em Fernandes, 2009, p. 117).

Após uma análise do papel da criança e de que modo a criança participa no contexto de JI, é notória a importância de compreender em que dimensões é que a participação da mesma é realizada dentro da Relação Escola-Famílias-Comunidade. Deste modo e como nota introdutória a este ponto, é de referir Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013), que referem que na Pedagogia em Participação “(...) os ofícios do aluno e de professor são reconstruídos com base na reconceptualização da pessoa (a pessoa do aluno e a pessoa do professor (...))” (Oliveira-Formosinho, et al., 2013, p. 12). Este “pensar novamente” na pessoa como detentora de competência e agência “(...) de capacidade e gosto pela colaboração e portadora de um direito à participação. Assim, os autores afirmam que as crianças e adultos que desenvolvem atividades e projetos dizem-se “coatores” da aprendizagem como uma base para a construção do saber.

Por outro lado, se pensarmos numa perspetiva de confrontação entre Modelo de Participação e Modelo Transmissivo, Neves (2006) apresenta uma análise comparativa dos modelos “(...) que sustentam o modo transmissivo e o modo participativo.” (Neves, 2006, p. 100), suportada por Oliveira-Formosinho (1998) por via de um quadro, intitulado de “Dimensões do Desenvolvimento Curricular dos Modelos Transmissivos”.



Figura 2 - Dimensões do Desenvolvimento Curricular dos Modelos Transmissivos

1. Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• adquirir capacidades pré académicas• acelerar as aprendizagens• compensar os “deficits”
2. Conteúdos	<ul style="list-style-type: none">• capacidades pré-académicas• persistência• linguagem adulta
3. Motivação	<ul style="list-style-type: none">• reforços selectivos vindos do exterior (professor)
4. Método	<ul style="list-style-type: none">• académico e transmissivo• centrado no professor• centrado na transmissão• centrado nos produtos
5. Processo de aprendizagem concebido como	<ul style="list-style-type: none">• mudança comportamental observável,• realizada através do ensino
6. Etapas da aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">• simples-complexo• concreto abstrato
7. Actividade da criança	<ul style="list-style-type: none">• discriminar estímulos exteriores• evitar erros• corrigir erros• função respondente
8. Papel do Professor	<ul style="list-style-type: none">• diagnosticar• prescrever objetivos e tarefas• moldar e reforçar• dar informação• avaliar os produtos
9. Materiais	<ul style="list-style-type: none">• estruturados• utilização regulada por normas emanadas do professor
10. Interação professor-criança criança-criança criança-material	<ul style="list-style-type: none">• alta• baixa• baixa



11. Tipos de agrupamento	<ul style="list-style-type: none">• pequeno grupo
12. Avaliação	<ul style="list-style-type: none">• centrada nos produtos• comparação das realizações das crianças individuais com médias
13. Modelos Curriculares Concretos (Programas)	<ul style="list-style-type: none">• DISTAR (Direct Instruction on Arithmetic and Reading)• DARCEE (Miller e Dyer, 1975)
14. Teóricos	<ul style="list-style-type: none">• Pavlov; Watson; Skinner

Oliveira-Formosinho (adaptado 1998) cit. Neves (2005)

Ainda na perspetiva de comparação entre as duas pedagogias, importa referir novamente Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013) que referem que a “(...) pedagogia de transmissão centra-se no conhecimento que quer veicular (...)” (p. 8), já a pedagogia de participação pressupõe que os atores são “coconstrutores” do conhecimento, “(...) participando nos processos de aprendizagem.” (Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2013, p. 8). Os autores afirmam ainda que a distinção das pedagogias se realiza analisando:

- Os objetivos que cada um propõe;
- A imagem de criança que cada uma pressupõe;
- A imagem de professor que cada uma pressupõe;
- O processo de ensino-aprendizagem que é adotado;
- O espaço de aprendizagem;
- O tempo de aprendizagem vivido;
- As atividades e projetos desenvolvidos;
- As aprendizagens realizadas e documentadas;
- A cultura do envolvimento das famílias;
- A preocupação com a diversidade e a inclusão.

Centrando agora o presente ponto na Pedagogia Participativa, Trevisan (2014), afirma a participação enquanto “processo híbrido e complexo” que “(...) pretende capturar a ideia de que não sucede do mesmo modo, em todos os momentos e, sobretudo, que as crianças não a veem como um processo uniforme” (Trevisan, 2014, p. 154), assim, a autora refere que identificar a participação como um processo híbrido, permite



“observar diferentes formas de a experienciar, com diferentes intensidades e diferentes níveis de importância atribuídos pelas crianças.” (Trevisan, 2014, p. 154). Da mesma forma, Sarmiento e Marques (2006), afirmam que “(...) as formas de estar e de intervir das crianças nem sempre são as mesmas dos adultos, o entendimento desta participação leva o seu tempo a ser decodificado (...)” (Marques, 2006, p. 61). Assim, é possível afirmar que, ainda que as crianças estejam envolvidas no seu próprio processo de aprendizagem, sendo pessoas individuais, poderão não reagir da mesma forma ao um único estímulo. Este facto poderá dever-se à “(...) tendência (...) de valorizar essencialmente aquelas que decorrem da acção pedagógica intencionalizada do adulto-educador.” (Marques, 2006, p. 61). Deste modo, torna-se essencial “(...) os educadores situarem a criança nos seus contextos, para assim reunirem as condições que permitam analisar e compreender melhor a criança nas esferas de vida a que pertencem.” (Neves, 2016, p. 99).

Já quando analisamos uma perspectiva socio construtivista e ecológica, Sanches (2012) refere que esta perspectiva acentua “(...) o papel ativo que a criança assume na construção do seu próprio conhecimento e a importância que revestem as interações com o meio sociocultural enquanto mecanismos de aprendizagem.” (Sanches, 2012, p. 72). Da mesma forma, Neves (2016) alerta acerca da importância do brincar para a criança, afirmando ser “(...) indiscutível que a criança tem direitos e deveres enquanto cidadã, mas é importante ressaltar o direito ao tempo de ser criança, que na sua essência se encontra no direito de brincar (...)” (Neves, 2016, p. 95). Afirma ainda que, desta forma, a criança “aprende, cria, inventa a vida, desenvolve competências.” (Neves, 2016, p. 95). Vasconcelos (2014), citado por Neves (2016), defende a preservação da infância, aliada aos seus direitos enquanto cidadã e afirma:

[o] paradigma recente da Investigação com Crianças convida-nos (numa perspectiva investigativa) a escutar a sua voz, as suas ideias sobre como o mundo funciona, as suas experiências; como se organizam as crianças no jardim de infância independentemente do adulto; como as crianças vêm os direitos da criança; como se organizam para brincar ou como se organizam para as aprendizagens básicas; como negociam a sua participação individual na vida da comunidade que é o jardim de infância“ (Neves, 2016, p. 60).



Tavares e Alarcão (2001) refletem ainda acerca de uma perspetiva de “currículo em espiral” e afirma que a finalidade da mesma assenta em favorecer a construção progressiva da autonomia dos educandos. Afirma ainda que

“[p]ara promovê-la é fundamental ter em conta a dimensão globalizante que assume o desenvolvimento integral do ser humano e, por conseguinte, atender às vertentes afectiva, social, cognitiva, emocional e física que o integram” (Sanchez, 2012, p. 73).

Acentua, ao nível das metodologias, a aprendizagem por descoberta, a resolução de problemas e a investigação, como principais focos e afirma que “(...) o conhecimento se constrói a partir dos problemas que se levantam, das expectativas que se criam, das hipóteses que se formulam e verificam, e das descobertas que se fazem” (Tavares & Alarcão, 2001).

Compreendendo, deste modo, a criança como um ser social, em plena posse das suas decisões e escolhas, torna-se necessário enquadrar o estado de arte, na realidade vivida diariamente nas instituições. Desta forma, avançamos para o estudo empírico, de modo a compreender a perspetiva dos diferentes atores na Relação Escola-Famílias-Comunidade. O próximo capítulo aborda, assim, a perspetiva de educadoras de infância, crianças e pais e encarregados de educação, acerca dos diversos assuntos abordados ao longo deste estudo.



3. Outros estudos relevantes para a temática

Para a elaboração deste relatório de investigação revelou-se fundamental elaborar uma pesquisa dos estudos que foram realizados no âmbito desta temática: a participação da criança na relação escola-família e também acerca dos vários parâmetros que a constituem, tais como o papel da família e da escola, a relação escola-família e como a mesma se desenvolve no Jardim de Infância e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

No âmbito da relação escola-famílias-comunidade, Ferreira (2017) elaborou um estudo em que pretende observar quais as práticas de envolvimento parental nos contextos de Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como investigar a conceção existente por parte da comunidade educativa, ou seja, educadora, professora e encarregados de educação no que concerne às práticas de envolvimento parental existentes nas instituições onde implementou o seu estudo. Para consumir o estudo, utilizou uma abordagem qualitativa, baseada na observação direta, nos questionários e entrevistas realizadas.

Da mesma forma, Borges (2017) elaborou o seu estudo acerca na temática Relação Família/Jardim de Infância. No seu estudo, a autora tem como objetivo compreender de que forma se desenvolve esta relação no JI, conhecer o modo como a família se relaciona com o JI, perceber a importância atribuída pelas famílias à sua participação nas atividades propostas pelo Jardim de Infância e, finalmente, compreender a importância atribuída pelos educadores à participação das famílias nas atividades do JI. De modo a concretizar este estudo, utilizou o inquérito por questionário para obter a opinião dos pais e encarregados de educação acerca do seu envolvimento na instituição de Educação Pré-Escolar e a entrevista para recolher a opinião das educadoras acerca da colaboração entre a família e o JI.

Convergindo com a anterior autora, Cabaço (2018), no seu estudo teve como maior objetivo a compreensão da importância do envolvimento e da participação das famílias no Jardim-de Infância, abordando também na sua pesquisa a relação entre a escola e a família, a relação e a participação da família com o JI, o papel do educador e as suas estratégias. Na sua investigação apresenta algumas reflexões baseadas em referenciais teóricos acerca do envolvimento e colaboração da família com o JI, bem como algumas dificuldades que se apresentam e, ainda, o seu impacto na aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Para concluir o seu estudo, e de modo a proceder à



recolha e tratamento de dados, utilizou uma metodologia qualitativa com a intenção de compreender aquilo que é percebido pelos participantes, bem como as observações dos seus comportamentos. Utilizou, por isso, técnicas de inquérito por questionário e entrevista, observações e análise documental dos Projetos Educativos e Curriculares, das descrições e avaliações das atividades implementadas do projeto realizado com as famílias. Conclui, por fim, que o envolvimento das famílias no dia-a-dia das crianças é muito positivo e a participação das mesmas em projetos e atividades é ativa.

Em relação às vantagens e inconvenientes da Relação Escola-Famílias-Comunidade, Vasconcelos (2018) no seu estudo, focou o seu objetivo na demonstração dos benefícios que o envolvimento parental inclui para o desenvolvimento da criança. Optou por uma metodologia quantitativa e qualitativa, aplicando inquéritos por questionário realizados aos encarregados de educação, entrevistas às educadoras e registos de atividades. Através dos resultados obtidos foi possível à autora apurar que todos os agentes educativos apreciam e valorizam a relação que é criada entre as famílias e as instituições e que se vivencia, entre os profissionais e os encarregados de educação, uma perceção de que o envolvimento e participação da família promove o sucesso educativo da criança.

Sá (2018), tentou compreender de que forma os dispositivos pedagógicos criados pelo educador, têm impacto na relação escola-famílias nas duas valências em que ocorreu a prática de ensino supervisionada onde se realizou esta investigação. Esta relação tem sido o enfoque de vários estudos que, segundo a autora, têm reiterado a sua importância e benefícios no desenvolvimento global da criança. A autora utilizou uma metodologia mista, utilizando instrumentos tais como a observação direta, a análise documental, o inquérito por questionário atribuído aos encarregados de educação e as entrevistas realizadas às educadoras cooperantes, com o intuito de proceder à recolha de dados. Posteriormente a uma análise e tratamento de dados, a autora constatou que é essencial o educador criar relações saudáveis com as famílias, de forma a permitir que as mesmas se sintam acolhidas, integradas e participantes ativos na escola, bem como revelou que a importância de o educador criar dinâmicas e estratégias pedagógicas que se adaptem às características do grupo e respetivas famílias, de forma a estreitar esta relação. Por fim, o estudo demonstrou que se torna mais fácil motivar as famílias a serem parceiras da escola através de dispositivos e atividades pedagógicas.



Por outro lado, Gondar (2019), no seu estudo, tentou compreender quais os desafios à comunicação entre a escola e as famílias, num estudo de caso num JI, envolvendo um grupo de 5 anos e vinte e cinco famílias. A investigação, que tem como objetivo geral obter um maior conhecimento acerca das relações existentes entre a escola e a família e, em particular, quais as formas de comunicação que potenciam a Relação Escola-Famílias, recorreu a uma metodologia de investigação qualitativa, utilizando os inquéritos por questionário dirigidos às famílias e, entrevista realizada à educadora cooperante e as atividades desenvolvidas com as crianças e as famílias. Os resultados da investigação evidenciaram que as famílias valorizam o seu envolvimento e destacam como meios de comunicação preferenciais, a plataforma da instituição, utilizada para comunicar entre a instituição e os encarregados de educação e o email. As atividades realizadas com as famílias potenciaram a voz das crianças, tanto na escolha das atividades como na sua realização. Conclui-se com este estudo que a comunicação é uma forma de melhorar a relação entre as escolas e as famílias e que a participação das mesmas nas atividades do JI, fortalece o envolvimento parental.

O projeto EQuaP - Enhancing Quality in Early Childhood Education and Care (2017) foi um dos projetos internacional que se iniciou em 2015 , em parceria com diversos contextos educativos pertencentes a vários países e que pretendia contribuir para o aumento da qualidade da Educação de Infância, através de “(...) um acrescido reconhecimento da importância da qualidade das relações entre famílias e educadores.” (Gomes, Neves, & Silva, 2017, p. 1). O projeto foi aglutinado num artigo onde são especificadas as quatro atividades principais realizadas ao longo do projeto, sendo elas a investigação acerca do envolvimento parental, a construção de indicadores de qualidade, a identificação e partilha de boas práticas e *Jobshadowing*. Os autores do projeto, que visa a qualidade na educação de infância através do envolvimento parental afirmam que a escola, a família e a comunidade são, efetivamente, as maiores instituições para as crianças e que as mesmas partilham responsabilidades para com a criança e, assim sendo, contribuem para o seu sucesso pessoal e educativo. Os investigadores afirmam que a participação e envolvimento dos pais e encarregados de educação deve ser reconhecida como elementos chave para a construção de uma Educação de Infância de qualidade.

Por fim, em relação à participação da criança na relação escola-famílias-comunidade, Reis (2018) realizou um estudo no âmbito da participação da criança na relação escola-família. Neste estudo, a autora refere que apesar de já existirem vários



estudos que abordam a temática da relação escola-família, muitos não dão a devida importância ao sujeito principal desta relação que é a criança. Assim, com a pesquisa, a autora pretende compreender qual é o papel da criança nesta relação. Para isso analisou como é que as crianças envolvidas no estudo são ouvidas na escola e em ambiente familiar. A investigação decorreu no contexto de Educação Pré-Escolar com quarenta e duas crianças e três educadores, quatro professores do 1º Ciclo do Ensino Básico e trinta e um encarregados de educação. O mesmo desenvolveu-se utilizando uma metodologia mista, utilizando a observação direta, a análise documental, dispositivos pedagógicos, questionários e *focus group*. As conclusões do estudo foram que é atribuída muita importância às práticas de parceria entre escolas e famílias para o sucesso pessoal e académico da criança, no entanto a criança tem um papel passivo em todo este processo.



Parte II – Estudo Empírico



CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

1. Âmbito e finalidades da investigação

A presente investigação foi realizada no ano letivo 2020/2021 e tem como finalidade compreender a importância atribuída à participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade. Assim, o desenho metodológico inicial desta pesquisa passava por uma observação e participação dos diferentes intervenientes em dois contextos: Jardim-de-Infância e 1º CEB. Não tendo sido possível a implementação no segundo contexto devido à situação pandémica causada pela COVID-19 no ano letivo de 2019/2020, a implementação do estudo foi apenas realizada no Jardim-de-Infância de setembro de 2020 a fevereiro de 2021.

No contexto de jardim-de-infância o estudo centrou-se na perspectiva da importância da participação da Criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade, tendo sido considerada a intervenção das duas educadoras titulares da instituição onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada, de sete crianças com cinco e seis anos da Sala 1 da mesma instituição e ainda na perspectiva dos Pais e Encarregados de Educação de todas as crianças da sala onde foi desenvolvido o estágio. Deste modo, foi possível enriquecer o estudo e complementar a impossibilidade de incluir o contexto do 1º CEB.

Assim, o presente capítulo relativo à componente empírica deste estudo, será organizado apresentando, primeiramente, a pertinência do tema da investigação, onde, de seguida, é apresentada a justificação do estudo de caso e a pergunta de partida e respetivos objetivos do estudo. Posteriormente é descrita a instituição onde decorreu o presente estudo, bem como são apresentados os sujeitos participantes do mesmo. Finalizando este capítulo, são brevemente descritos as técnicas e instrumentos de investigação utilizados neste trabalho, sendo posteriormente analisados os dados e realizada a triangulação dos mesmos.



2. Pertinência do tema

Ao iniciar a procura de possíveis problemáticas a abordar no Relatório de Estágio, no âmbito do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, pela Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, alguns aspetos foram tomando a sua importância no que diz respeito à Relação Escola-Famílias-Comunidade. Sendo uma área já profundamente estudada, o sujeito central desta mesma relação, a criança, não parece ser tão referido no que concerne à sua participação nesta tríade. Desta forma, surgiu a motivação de abordar a temática da Participação da Criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

A investigação iniciou-se, pois, em setembro de 2020, terminando em fevereiro de 2021, numa instituição de pública de ensino que adiante iremos caracterizar com maior pormenor.

Após alguma pesquisa e leituras foi possível compreender que a temática não tem sido muito abordada ao longo dos anos. Tornou-se, então, importante perceber se as crianças estão incluídas nesta relação que tanto lhe diz respeito e de que forma está incluída, bem como compreender de que forma são realizadas as tomadas de decisões pelas mesmas, nesta que parece ser uma relação apenas focada nos adultos responsáveis pela educação das crianças.

Esta participação torna-se pertinente na medida em que as crianças têm direitos que devem ser respeitados, tal como o direito cívico à participação na sociedade que as envolve, ou a participação na sala de Jardim-de-Infância onde são acolhidas diariamente. Como refere Sarmiento (2012), a este propósito, existem diferentes tipos de cidadania, sendo estes, a cidadania institucional, a cidadania cognitiva e a cidadania íntima. Assim sendo, a cidadania só poderá ganhar sentido se se constituir como “cidadania institucional”, ou seja, no interior das organizações e instituições onde a criança age, como por exemplo, a escola; como “cidadania cognitiva” enquanto reconhecimento da voz da criança como expressão das culturas infantis, através das quais as crianças interpretam o mundo e são válidas em si mesmas “(...) nas suas múltiplas expressões, lúdicas, plásticas, verbais (...)” (Sarmiento, 2012, p. 46); ou como cidadania íntima enquanto expressão de aceitação e respeito no espaço familiar, que, sendo íntimo, não pode nunca “ser excluído das obrigações e exigências que se consagram à condição mais geral, societária, da vida comum” (Sarmiento, 2012, p. 46).



Deste modo, numa perspetiva de participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade, era fundamental refletir acerca dos três diferentes tipos de cidadania referidas por Sarmiento (2012) (cidadania institucional, cognitiva e íntima), sendo que a primeira refere a cidadania nas instituições onde a criança se integra, a segunda sendo o reconhecimento da voz da criança nas suas diversas formas de expressão (a criança como cidadã e portadora de direitos e deveres) e, por último, o reconhecimento da criança no seu seio familiar, onde também deverá existir participação e tomada de decisões por parte da criança.

Em modo de conclusão, tornou-se relevante o estudo da problemática da Participação da Criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade, na medida em que a mesma, tal como já referido, tem esse direito e, fundamentalmente, deve ser valorizada. Deste modo, a sua presença ativa em tudo o que a rodeia deve ser evidenciada em todo o momento.

3. Racionalidade Heurística que orienta o estudo

A investigação em educação, como em qualquer área passiva de investigação, é imprescindível para provocar mudanças, sobretudo para confrontar o educador, que deve manter atualizado todo o seu conhecimento. “A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento por uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais.” Bardin (2002, p.115)

Assim, em termos metodológicos, o presente estudo integra-se de forma pragmática numa abordagem de cariz qualitativo, tendo em conta que o objeto de estudo aqui apresentado consiste essencialmente em tentar compreender a participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade, se efetivamente acontece essa participação e de que forma é percebida pelos pais, educadores e pelas próprias crianças.

Neste sentido, a proveniência dos dados refere-se claramente ao ambiente natural, constituindo-se assim o investigador como instrumento principal, como referem Bogdan e Biklen (1994). Isto porque, para estes investigadores, “as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente natural de ocorrência” (p.48).

Os mesmos autores reconhecem cinco particularidades que uma investigação qualitativa deve conter. A primeira refere que a fonte direta de dados é o ambiente natural,



instituindo o investigador como instrumento principal. De seguida, os dados recolhidos são naturalmente de carácter descritivo. Os investigadores qualitativos dão maior importância aos processos do que aos resultados ou produtos. Os investigadores qualitativos têm tendência a analisar os dados de um modo indutivo. E, por fim, é dado um especial interesse ao ponto de vista dos participantes.

4. Estudo de Caso

A estratégia de investigação escolhida para implementar no presente relatório de investigação foi o estudo de caso que, segundo Becker (1996, citado por Morgado, 2012) é um “(...) modelo no qual o investigador atua como artesão intelectual, uma vez que adequa e personaliza os instrumentos de acordo com o seu objetivo em específico de investigação” (p. 55).

Sendo uma estratégia investigativa com a qual se procura analisar, descrever e compreender determinados casos particulares, é também considerado por McKernan (1999, citado por Morgado, 2012), uma técnica utilizada de forma a explicar os aspetos mais importantes de um certo acontecimento ou situação.

O estudo de caso é, assim, um processo que implica o envolvimento pessoal do investigador, que interage com o contexto em que a ação decorre, de forma a observar, com a visão mais real possível, o desenvolvimento dos acontecimentos.

Desta forma, tal como Morgado (2008) afirma, esta estratégia de investigação é um processo de investigação empírica que oferece a possibilidade de estudar fenómenos reais, nos quais o investigador não tem poder de controlo, procurando, assim, apreender a totalidade da situação em estudo e descrever, compreender e interpretar a sua complexidade, produzindo novos conhecimentos sobre a mesma de modo reflexivo, criativo e inovador.



5. Pergunta de partida e objetivos do estudo

De modo a iniciar a investigação e estabelecer um fio condutor da intencionalidade da investigação, foi elaborada a seguinte pergunta de partida:

- De que forma as crianças de um Jardim-de-Infância participam na Relação Escola-Famílias-Comunidade?

A partir da pergunta de partida surgiram os seguintes objetivos decorrentes deste estudo:

- Percecionar a importância que o Educador de Infância atribui à participação da Criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade;

- Percecionar a perspectiva dos Encarregados de Educação quanto à participação dos seus educandos na Relação Escola-Famílias-Comunidade;

- Identificar as perceções das crianças acerca da sua participação na relação Escola-Famílias-Comunidade.

6. Preocupações éticas

Tendo o presente estudo contado com a ajuda e participação de vários intervenientes e, conseqüentemente, com a utilização de dados pessoais ou a gravação de vídeo para captura de imagem, foram levantadas algumas preocupações éticas no que concerne ao tratamento dos dados recolhidos. É de salientar a preocupação demonstrada no que diz respeito ao anonimato e proteção de dados dos sujeitos implicados ao longo da investigação, bem como a identificação da instituição envolvida. Ao nível da instituição de Jardim-de-Infância, foi obtido um consentimento informado que permitiu a existência da presente pesquisa. Para isso, foram comunicados os objetivos do estudo e os procedimentos envolvidos para os alcançar.



7. Contexto da investigação

Relativamente ao contexto em que decorreu a investigação, é possível afirmar que o mesmo é de carácter público, na valência de jardim de infância e situa-se no distrito do Porto. Esta instituição é a mesma onde foi realizado o estágio profissionalizante em Educação Pré-Escolar.

A instituição integra um Mega Agrupamento que contempla as diversas valências, o que significa que não possui direção própria, contando apenas com uma coordenadora do estabelecimento. A mesma acumula funções de “coordenar as atividades educativas, em articulação com o diretor; cumprir e fazer cumprir as decisões do diretor e exercer as competências que por este lhe forem delegadas; transmitir as informações relativas a pessoal docente e não-docente e aos alunos” (RI, 2018-2021, p. 9).

O Projeto Educativo (PE) do Agrupamento, visa que a(s) escola(s) têm a necessidade de (re)conhecer não apenas os elementos que a compõem, mas sim os que nela incidem e, por isso, convocar todos os intervenientes para participar em prol de uma atuação conjunta, num “esforço de articulação e corresponsabilidade, para criar um modelo educativo mais flexível e mais aberto a novas metodologias e novos cenários de aprendizagem” (PE, 2018-2021, p. 4).

Os grandes princípios orientadores do agrupamento são, segundo o mesmo documento: desenvolver a autonomia; envolver de toda a comunidade nos processos educativos; a inovação e melhoria contínua das práticas pedagógicas; garantir a melhoria das aprendizagens; promover o trabalho colaborativo no sentido da construção de práticas profissionais de qualidade; promover a escola pública inclusiva e a igualdade de oportunidades no sucesso educativo; promover a humanização; Ano Letivo 2020/2021 promover a dimensão ética de toda a comunidade escolar (PE, 2018-2021, p. 4).

É importante destacar que todos os princípios orientadores acima referidos são visíveis no dia-a-dia, por exemplo nas diversas atividades de sala é notório o respeito pelo ritmo e escolhas de cada criança e é dada a oportunidade a cada criança para que apresente a sua opinião e mostre as suas curiosidades, ou seja, é dada uma voz ativa às crianças.

A presente investigação decorre, então, numa instituição pública de jardim de infância, mais concretamente numa sala mista de três, quatro e cinco anos, com crianças provenientes dos mais diversos contextos socioeconómicos e sociais.



O Regulamento Interno [RI], é o “(...) documento que define o regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar; (...)” (Ministério da Educação, Decreto de lei nº 115-A/98 de 4 de maio, alínea b, art. 3º). O mesmo é dirigido a toda a comunidade educativa e a todos que com ela interagem, tais como, entidade titular, crianças, profissionais da educação, pessoal administrativo e os encarregados de educação que estabeleça um vínculo com o agrupamento.

7.1. Sujeitos participantes

Os sujeitos participantes neste estudo foram duas educadoras de infância da instituição onde se desenvolveu a Prática de Ensino Supervisionada em Educação Pré-Escolar II; o grupo onde foi desenvolvido o estágio profissionalizante, sendo que o Focus Group foi realizado com 6 crianças de cinco e seis anos, visto serem as crianças com maior poder de argumentação. Foram ainda considerados os Pais e Encarregados de Educação de todas as crianças da instituição que aceitaram, perante declaração escrita, participar no presente estudo. Desta forma será possível alargar a análise de dados do presente relatório de estágio e adquirir uma visão mais ampla daquilo que é a perspetiva dos diferentes intervenientes da Relação Escola-Famílias-Comunidade, bem como a conceção do sujeito central deste estudo: a criança.

As crianças que participaram do estudo, integram um grupo misto de vinte crianças com idades entre os três e os seis anos. O grupo caracteriza-se por ser extremamente colaborativo e participativo, sendo da mesma forma criativo quando sugerem atividades e dinâmicas em sala de acordo com o que vivem diariamente. As interações entre as crianças são também algo notório no grupo, visto que as crianças cooperam entre si desde as brincadeiras livres, às atividades orientadas pelo adulto, o grupo mostra-se afetuoso, compreensivo e colaborativo entre si, preocupando-se com o bem-estar e sucesso do outro. É um grupo perspicaz e curioso, maioritariamente no domínio das ciências, linguagem oral e abordagem à escrita e expressões artísticas. A música é uma área que as crianças gostam particularmente, mostrando-se extremamente entusiasmadas quando aprendem através desta expressão.



As OCEPE (2016) referem que “(...) o desenvolvimento e aprendizagem da criança ocorrem num contexto de interação social, em que a criança desempenha um papel dinâmico” (p. 9) deste modo, a criança é visto como sujeito e agente no seu processo educativo, tendo voz e opinião ao longo do seu dia-a-dia de aprendizagem, sendo possuidora de “(...) um enorme potencial de energia, de uma curiosidade natural para compreender e dar sentido ao mundo que as rodeia, sendo competentes nas relações e interações com os outros e abertas ao que é novo e diferente.” (OCEPE, 2016, p. 9).

O papel ativo das crianças é uma constante na sala de estágio e essa participação por parte da criança garante o exercício dos seus direitos e torna-a o principal agente da sua aprendizagem, garantindo a oportunidade de ser escutada e participar nas decisões relativas ao processo educativo, “(...) demonstrando confiança na sua capacidade para orientar a sua aprendizagem e contribuir para a aprendizagem dos outros” (OCEPE, 2016, p. 9). O grupo tem oportunidade diariamente de contribuir com sugestões de atividades e dinâmicas sendo que, por vezes, não se demonstra necessário questionar as crianças, visto que, autonomamente, as crianças participam.

8. Técnicas e instrumentos metodológicos

Na intervenção em contexto de Jardim-de-Infância, recorreremos a técnicas e instrumentos para a recolha de dados significativos que permitem responder à pergunta de partida e aos objetivos traçados em relação à mesma. Assim, as técnicas e instrumentos utilizados foram a análise documental, a entrevista, o focus group e o inquérito por questionário. Posteriormente será realizada uma análise e triangulação de dados, de modo a dar resposta aos objetivos e pergunta de partida que orientaram este percurso investigativo.

8.1. Análise documental

Sendo o documento um “(...) termo geral que designa uma impressão deixada num objeto físico por um ser humano (...)” (Bell, 2010, p. 103), o processo de análise dos mesmos permite “(...) passar de um documento primário (em bruto) para um documento secundário (sintetização do primeiro)” (Bell, 2010, p. 103), isto é, o objetivo da análise documental consiste em “representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente



da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação” (Sousa, 2009, p. 262).

Para iniciar a intervenção em Contexto de Jardim-de-Infância, foi relevante a análise dos documentos pelos quais a instituição se rege e guia. Deste modo, foram examinados o Regulamento Interno [RI], o Projeto Educativo [PE] e o Plano Anual de Atividades [PAA]. Este “(...) tratamento da informação contida nos documentos (...)” (Bardin, 2011, p. 47), “tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação” (Bardin, 2011, p. 47), bem como “traduzirá o tratamento prévio fundamental e indispensável que permitirá posteriormente a realização da análise do conteúdo” (Cardoso, et al., 2010, p. 36).

A instituição situa-se no distrito do Porto e está inserida num mega agrupamento. Dada a impossibilidade de acesso às fichas de anamnese de cada criança, para caracterizar cada uma das crianças, foi feita uma investigação, em conjunto com a auxiliar de ação educativa, de modo a completar o estudo.

A análise documental iniciou-se pelo RI que refere como princípio orientador do agrupamento, o “envolvimento de toda a comunidade nos processos educativos” (RI, 2018-2021, p. 3), sendo, por isso, incluídas todas as crianças e alunos do agrupamento. Por outro lado, no art 99.º, ponto 1 c), é referido que o aluno ou criança apenas poderá escolher e usufruir, “(...) o projeto educativo que lhe proporcione as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico e para a formação da sua personalidade” (p. 23).

Da mesma forma, é ainda indicado que o aluno ou criança deverá ser “informado” do modo de organização do seu plano de estudos/curso, dos processos e critérios de avaliação, das atividades e iniciativas relativas ao projeto educativo do agrupamento, o que impede, de alguma forma a sua participação ou iniciativa de criação, ou seja, a participação da criança ou aluno no seu processo de aprendizagem.

Já no que diz respeito ao PE, o agrupamento apresenta três dimensões estratégicas de intervenção, presentes na visão organizativa do mesmo, em que inclui a cidadania ativa, participada e responsável da comunidade escolar, o que providencia a possibilidade da participação da criança ou aluno. Do mesmo modo, os princípios orientadores da missão do agrupamento, incluem o envolvimento de toda a comunidade nos processos educativos, que, posteriormente, se converte num objetivo estratégico de tornar cada



escola “(...) num local de socialização que promova uma cidadania ativa e estilos de vida saudáveis”, (PE, 2018-2021, p. 6), o que não envolve necessariamente a criança, ou fomenta a sua participação.

No que se refere ao PAA confrontar anexo 1 e 2, aponta várias iniciativas diversificadas que envolvem quer as famílias individualmente, quer a comunidade envolvente.

8.2. Entrevista

Na investigação qualitativa, a entrevista é uma das técnicas de recolha de informação mais usuais, supondo “um encontro interpessoal que se desenrola num contexto e numa situação social determinadas, implicando a presença de um profissional e de um leigo” (Ghiglione & Matalon, 2005, p. 64).

Partindo do princípio que se pretende ouvir e compreender a opinião das duas educadoras cooperantes da instituição de estágio relativamente ao tema em estudo, foram concretizadas entrevistas semidiretivas, “(...) no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas.” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 192). Deste modo, foi possível responder a questões que permitem dar resposta ao objetivo estabelecido:

- Percecionar a importância que o Educador de Infância atribui à Participação da Criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade;

Ou seja, é pretendido com a presente entrevista compreender a perceção das educadoras da instituição quanto à participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade, bem como percecionar a importância que lhe atribuem.

O presente instrumento foi selecionado por trazer algumas vantagens que os restantes não apresentavam e por se enquadrar da melhor forma ao sujeito a ser ouvido, as educadoras-de-infância da instituição cooperante. Desta forma, as vantagens enquadram-se numa perspetiva de possibilitar alguma discussão entre os intervenientes, no caso, o entrevistador e o entrevistado. Ou seja, possibilita “(...) a apreensão dos comportamentos e acontecimentos no próprio momento em que se reproduzem.” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 192).



A entrevista¹ foi dividida em blocos de perguntas, de modo a organizar a mesma em temáticas. Assim sendo, o primeiro bloco, pretende identificar as educadoras, sendo questionada a idade, grau académico e anos de serviço. De seguida, encontra-se um bloco de perguntas inteiramente ligado à importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade, tendo como objetivo compreender como se processa a Relação na instituição onde exerce a sua profissão, quais as vantagens e desvantagens e de modo a fazer ponte com o próximo e último bloco de questões que incide na importância da participação da criança na relação referida acima. Neste ponto, sendo o principal enfoque do estudo, pretende-se compreender a importância dada pelas educadoras à participação das crianças, se a mesma é implementada e de que forma se processa. A transcrição das presentes entrevistas poderá ser confrontada no apêndice 2 e 3.

8.3. Inquérito por Questionário

No que diz respeito aos pais e encarregados de educação, consideramos pertinente realizar um inquérito por questionário² aos mesmos, de modo a validar ou não o objetivo colocado para estes intervenientes, ou seja:

- Percecionar a perspetiva dos Encarregados de Educação quanto à participação dos seus educandos na Relação Escola-Famílias-Comunidade;

O inquérito foi disponibilizado aos pais da sala onde se desenvolveu o estágio profissionalizante, integrado no ciclo de estudos³. O guião do questionário caracteriza-se como semiaberto, visto que contem perguntas de resposta aberta e fechada, através de escolha múltipla e caixas de verificação e texto curto ou respostas longas.

O inquérito foi disponibilizado sob formato de *Google Forms*, uma vez que pelo conhecimento que obtivemos das famílias, todas têm fácil acesso à internet. O mesmo está organizado em quatro dimensões: a primeira com o objetivo de identificar os sujeitos participantes, no que concerne a dados como a idade, o género e as habilitações académicas. De seguida, uma abordagem à importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade, numa perspetiva de reconhecimento e avaliação da mesma na instituição que os seus educandos frequentam. Posteriormente, o foco central do estudo, encontra-se

¹ Confrontar apêndice 1 – Guião da Entrevista às Educadoras de Infância

² Confrontar Apêndice 4 – Guião do Inquérito por questionário

³ Confrontar Anexo 2 a 18 – Respostas aos Inquéritos por Questionário



a conceção dos encarregados de educação, acerca da participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade. Por fim, a importância da cidadania da criança, por permitir enriquecer a abordagem concetual e analítica da temática desta pesquisa

Este instrumento metodológico foi alvo de uma observação indireta, dado que o investigador se dirige ao sujeito para obter a informação procurada (Quivy & Campenhoudt, 2005) e adquire a “autenticidade, credibilidade, representatividade e significado” apresentados por Flick (2009, p. 233). Após a recolha das diversas respostas dos questionários devolvidos e de uma primeira leitura dos mesmos pelo investigador, de acordo com Carmo e Ferreira (1998), o investigador encontra-se em condições para proceder ao tratamento e análise dos dados.

8.4. Focus Group

O focus group, ou grupo de discussão focalizada, “(...) é uma técnica que visa a recolha de dados, podendo ser utilizada em diferentes momentos do processo de investigação.” (Silva et al, 2014, p. 177). Deste modo, os focus group são um instrumento metodológico

sendo que aquilo que os define e os distingue de outros tipos de grupo é o facto de serem dirigidos à recolha de dados qualitativos junto de pessoas com algum tipo de semelhança, numa situação de grupo, através de uma discussão focada.

(Silva et al, 2014, p. 178)

Este instrumento foi, por isso, utilizado com crianças de um dos grupos da instituição de estágio, sendo que o grupo entrevistado era constituído por sete crianças de 5 e 6 anos. Stewart, et al. (2007) referem que o focus group tem diferentes usos, sendo que o que será utilizado no presente estudo será a “obtenção de informação sobre um tópico de interesse” (p. 178).

O planeamento deste focus group⁴, teve em consideração as características do mesmo. Sendo assim, começamos por responder às questões a que é necessário dar respostas e que visam os seguintes aspetos:

“Quais são os objetivos orientadores da realização do projecto de investigação em geral e do focus group, em particular?” (Silva et al, 2014, p. 180)

⁴ Confrontar Apêndice 5 – Guião do Focus Group



Assim, os objetivos específicos para a realização deste focus group são os já enunciados anteriormente e relativos às crianças participantes do estudo, ou seja, “Identificar as percepções das crianças acerca da sua participação nas práticas de Relação Escola-Famílias-Comunidade.”

Este focus group tem, por isso, a finalidade de escutar a percepção das crianças em relação à sua própria participação na Relação Escola-Famílias-Comunidade⁵.

⁵ Confrontar Apêndice 6 – Transcrição do focus group



CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados os dados recolhidos e a análise realizada aos mesmos, de forma a dar resposta à pergunta de partida e aos objetivos definidos. Nesta fase, “Os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos” (Bardin, 2011, p. 127).

Deste modo, realizou-se a análise e interpretação dos dados, através a procura de relações entre os dados obtidos e as teorias apresentadas na primeira parte e de forma profunda e continuada, de modo a poder ou não encontrar relações entre os mesmos e, simultaneamente, confrontar com a revisão da literatura efetuada e o quadro concetual já exposto nos capítulos referentes ao estado da arte.

“A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas (...), com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhes permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou (...)” (Bogdan & Biklen, 1994, p.205). Assim sendo, a análise “(...) envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese (...), descoberta dos aspetos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão do que vai ser transmitido aos outros” (Bogdan & Biklen, 1994, p.205).

Como foi sido referido ao longo do estudo, à medida que foram apresentados os procedimentos de recolha de dados e o processo de análise a que submetemos os resultados, existem três dispositivos que foram utilizados, a entrevista, o focus group e o inquérito por questionário. Será por esta ordem que os dados obtidos serão apresentados e discutidos nos próximos pontos.



1. Análise dos dados das entrevistas às educadoras

Foram realizadas, como referido anteriormente, entrevistas de investigação caráter semiestruturadas duas educadoras titulares da instituição, com o intuito de compreender a percepção das mesmas relativamente a alguns aspetos abordados teoricamente ao longo desta investigação. Deste modo, tendo em vista estas finalidades, foi organizado o processo de análise de conteúdo dos discursos produzidos na referida entrevista, o qual esteve na origem de uma abordagem que se construiu, inicialmente, numa abordagem resumida, do perfil das entrevistadas, numa perspetiva de contextualização das mesmas perante o estudo e, posteriormente, em torno de quatro categorias: (i) Formação em Relação Escola-Famílias-Comunidade; (ii) Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade; (iii) Formas de participação das famílias; (iv) Papel da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade. Será no decurso desta análise e da reflexão que a mesma irá suscitar que se poderão estabelecer conexões e confrontos com os dados e as conclusões da análise dos dados relacionados posteriormente com os inquéritos por questionário e o focus group.

As categorias referidas dividem-se por blocos de questões, mais ou menos extensas, em que cada educadora teve a oportunidade de comentar, por um curto período, de acordo com a sua opinião e o que vivencia no Jardim-de-Infância onde desenvolve a sua prática.

Importa referir que quanto ao perfil das entrevistadas foram replicadas questões acerca da idade, género, habilitações literárias, anos de serviço e anos de serviço na presente instituição. Assim sendo, e por serem apenas duas entrevistadas, os dados serão analisados por via escrita. De modo a salvaguardar a identidade e privacidade das educadoras, iremos denominar as mesmas como EI.1 e EI.2 apresentando os dados de forma contínua por esta ordem respetivamente.

Assim, no que diz respeito à idade, as educadoras de infância têm ambas 61 anos. Já no que concerne ao grau académico, possuem Mestrado em Educação de Infância, exercendo respetivamente há 36 e 41 anos. Na instituição em estudo, as educadoras de infância exercem a sua profissão há 11 (EI1) e 20 anos (EI2).

Revelou-se fundamental a análise dos dados da entrevista realizada às educadoras de infância da instituição investigada, de modo a fazer cumprir os objetivos já mencionados nas suas diversas frentes de averiguação. Desde modo, serão analisados os dados através de uma tabela de dimensões de análise que se apresenta de seguida.



Tabela 1 – Dimensões de análise das entrevistas

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
<i>Formação em Relação Escola-Famílias-Comunidade</i>	Frequência de ações de formação/seminários	-
<i>Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade</i>	Primordial;	-
	Enriquece os intervenientes	-
<i>Formas de participação das famílias</i>	Intervenção da Associação de Pais	Dinamização de atividades pós letivas;
		Visitas de estudo;
		Aquisição de material;
		Melhoria nas instalações;
	Envio de trabalhos para casa com as crianças	Continuidade do trabalho realizado em sala;
		Pesquisas em família;
	Atividades abertas à comunidade	Feira de outono;
		Elaboração de painéis e panfletos pelas crianças;
	Participação das famílias em projetos do JI	Eco-Escolas;
		Leitura vai e vem;
	Vantagens	Sentido de pertença;
		Ambiente seguro;
Criação de oportunidades de aprendizagem;		



	Inconvenientes	Pouca disponibilidade dos pais;
		Demora na entrega de trabalhos;
		Desconsideração pelo trabalho da equipa educativa;
<i>Papel da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade</i>	Preponderante;	-
	Protagonista na comunicação;	-
	Mensageira entre a escola e a família;	-
	Direito de cidadania da criança;	-

1.1. Formação em Relação Escola-Famílias-Comunidade

A primeira categoria formulada nesta entrevista, surgiu no âmbito da formação das educadoras ao longo do seu percurso académico. Os discursos das mesmas, revelam que as educadoras têm formação na área, no entanto ambas se inscreveram de forma voluntária como pode ser comprovado pelos testemunhos das educadoras:

“Tive (...) pequenas ações e seminários alusivos a essa temática.” (EEn, EI.1., p. 100)

“Sim. Mas nunca unidades curriculares, sempre pequenas formações nas quais me inscrevia.” (EEn EI.2. – 16.12.2020);” (EEI, EI.2., p. 104)

A Eurydice (2021), organismo da Comissão Europeia que esclarece a forma de funcionamento dos sistemas de educação na Europa, afirma que a formação inicial de educadores de infância “(...) visa dotar os candidatos à profissão das competências e conhecimentos científicos, técnicos e pedagógicos de base para o desempenho profissional da prática docente nas [...] dimensões: [...] participação na escola e relação com a comunidade (...)” (2021, p. 1). Deste modo, podemos compreender que existem indicações diretas para a existência de formação no sentido de dotar os futuros educadores de infância e professores, de competências na área do envolvimento parental.



1.2. Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

De seguida, foi questionado às educadoras de infância qual a importância que atribuíam à Relação Escola-Famílias-Comunidade, tendo os testemunhos sido organizados em duas subcategorias: (i) Primordial; (ii) Enriquecimento dos intervenientes.

No que se refere à primeira subcategoria, destacamos o testemunho da Educadora de Infância 1 que menciona que a dinâmica tem um papel fundamental na sua prática.

“É uma relação de primordial importância (...)” (EEn EEI, p. 101)

Já no que diz respeito à segunda subcategoria, referimos novamente a Educadora de Infância 1 que afirma que a Relação Escola-Famílias-Comunidade oferece benefícios a todos os intervenientes.

“(...) enriquece todos quantos nela se envolvem.” (EEn, EI.1., p. 101)

Ambas as subcategorias mostram-nos que a importância atribuída pelas educadoras à Relação Escola-Famílias-Comunidade é fundamental e, tal como refere Homem (2002, p.36), “(...) desperta para a vida como pessoa, onde interioriza valores, atitudes e papéis e onde se desenvolve, de forma espontânea, o processo fundamental da transmissão de conhecimentos, de costumes e de tradições que constituem o seu património cultural.”.

1.3. Formas de participação das famílias

A seguinte categoria pretende identificar, nas práticas das educadoras de infância, formas de efetivar esta que demonstra ser uma prática comum no jardim-de-infância em estudo. Desta forma, foram delineadas seis subcategorias: (i) Intervenção da Associação de Pais; (ii) Envio de trabalhos para casa com as crianças; (iii) Atividades abertas à comunidade; (iv) Participação das famílias em projetos do JI; (v) Vantagens; (vi) Inconvenientes.

No que concerne à primeira subcategoria, confrontar com a tabela presente no apêndice 12, os indicadores formulados para a mesma. Sintetizando, podemos compreender que a intervenção da associação de pais do JI se realiza em várias frentes, sempre com a finalidade de melhorar o percurso educativo das crianças que frequentam a instituição.



De seguida, a segunda subcategoria, refere-se ao envio de trabalhos para casa, de modo a serem realizadas com as crianças, tendo em vista a continuidade do trabalho desenvolvido em sala. O testemunho da EI.2 corrobora precisamente esta visão, quando afirma:

“Posso dar o exemplo das sugestões que as crianças às vezes levam para casa, dando lugar a uma oportunidade de continuação, valorização e sustentação das experiências vividas.” (EEn EI.2., p. 106)

As educadoras referem as atividades abertas à comunidade, como a seguinte subcategoria, referente às formas de participação parental, referindo a feira de outono como um exemplo das atividades realizadas. Da mesma forma, referem a participação das famílias em projetos do JI e, conseqüentemente, projetos como a Eco-Escolas e a Leitura vai e vem, como dinâmicas nas quais os pais participam frequentemente.

As vantagens da participação parental foram um tópico de abordagem essencial, uma vez que é importante compreender a perspetiva das educadoras acerca do envolvimento dos pais. Primeiramente, foi referido o sentido de pertença como um dos benefícios da participação dos pais. Por fim, referem o ambiente seguro e a criação de oportunidades de aprendizagem para a criança, como as restantes vantagens para a participação parental. Por fim, apontam como inconvenientes a pouca disponibilidade dos pais, a demora na entrega de trabalhos e a desconsideração pelo trabalho da equipa educativa. As evidências que comprovam as desvantagens referidas pelas entrevistadas encontram-se no apêndice 12.

1.4. Papel da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade

A última categoria refere-se ao Papel da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade. Quando questionadas acerca de qual deve ser o papel da criança nesta relação, as educadoras indicam ser um papel preponderante neste processo, como refere a educadora de infância 1, quando afirma:

“A relação com as famílias só tem um real sentido se a criança tiver um papel preponderante em todo o processo.” (EEn, EI.1., p. 102);

De seguida referem que a criança deverá ser protagonista na comunicação afirmando que

“O papel da criança (...) seria o de ator e autor de uma imensidão de laços de comunicação que favoreceriam em primeira instância a ela própria.” (EEn EI.2. p. 106)



Referem ainda que a criança se deverá tornar, da mesma forma, mensageira entre a escola e a família, uma vez que a própria criança faz a gestão do “go between” entre a escola e a casa, como referido pela educadora de infância 2.

O direito de cidadania da criança foi também um dos fatores apontados no que diz respeito ao papel da criança na relação escola-famílias-comunidade. As seguintes evidências corroboram que a criança deverá ser incentivada a manter um papel ativo na comunidade que as envolve e desde pequenas que poderão participar em diversas dinâmicas.

“A cidadania é um direito que deve ser exercido desde muito pequenos.” (EEn EI.1, p. 103)

“Só assim a criança conseguirá interiorizar os valores e regras da boa convivência na sociedade à qual pertence.” (EEn EI.1, p. 103)

“(…) pode ser desenvolvida desde o início da sua existência, começando pela família e depois no Jardim-de-Infância, na escola e em outros contextos que frequente.” (EEn EI.2, p. 108)

Por último, na presente categoria – Papel da criança na relação escola-famílias-comunidade – as educadoras referem formas de participação da criança, afirmando a participação ativa na sala como principal.

“(…) procuro que as crianças participem nele ativamente (…)” (EEn EI.1., p. 102);

“(…) a elaboração do Portefólio Individual, que reúne grande parte das produções de cada criança, e que exhibe de forma clara o empenho de cada uma na sua própria evolução.” (EEn EI.2, p. 107)

Podemos compreender que as educadoras valorizam a atividade participativa das crianças, criando dinâmicas na sala, de modo a não serem, por si só, as únicas dinamizadoras de conhecimento, aprendizagem e permitindo a cada criança seguir e criar o seu próprio percurso.



1.5. Síntese

Terminando a análise da entrevista às educadoras de infância, podemos concluir, remetendo novamente à análise da tabela que se encontra no apêndice 12, que ambas as educadoras valorizam em grande medida a Relação Escola-Famílias-Comunidade, considerando a sua prática como primordial e afirmando que enriquece os intervenientes. Ora, na medida em que a criança é o centro desta relação, podemos verificar que a sua participação é orientada pelos adultos que são responsáveis por ela, sejam eles pais ou as educadoras de infância. Assim, a sua participação é inegável e é efetivada, de entre várias formas, através da associação de pais que aprovisiona desde a dinamização de atividades pós-letivas e visitas de estudo, que constituem intervenções diretas, como a aquisição de material e a melhoria das instalações que constituem intervenções indiretas, mas igualmente importantes no desenvolvimento da criança.

Como refere Formosinho (1999), citado por Carvalho et al (2011), “A intervenção dos pais no processo educativo é fundamental, na medida em que o principal fundamento da participação dos pais (e encarregados de educação) na escola é o facto de serem os pais, por direito natural, os principais responsáveis pela educação dos filhos”. Deste modo, podemos compreender que a participação se torna natural e beneficiadora para as crianças, sendo possível retirar diversas vantagens da mesma. As educadoras entrevistadas apontam também alguns inconvenientes, tais como a pouca disponibilidade dos pais e a demora na entrega dos trabalhos.

Finalmente, quando questionadas acerca do papel da criança na relação escola-famílias-comunidade, as educadoras referem ser preponderante, bem como apontam a criança como a protagonista na comunicação e a mensageira entre a escola e a família, sendo possível, desta forma, responder ao objetivo delineado.

Referem por fim o direito cívico da criança que, nas suas perspetivas, deverá ser exercido desde tenra idade, de modo a serem interiorizados valores e regras de convivência social, na comunidade a que pertence. Corroborando com a perspetiva das entrevistadas, Freire (2011) afirma que a criança “(...) deve ter a hipótese de poder ser chamada a participar nos assuntos que lhe digam respeito, sendo-lhe facilmente permitido o direito ao diálogo e à partilha de opiniões, bem como a tomada consciente de decisões.” (p.18).



2. Análise dos dados do inquérito por questionário aos EE

Nesta investigação, como referido previamente, foi elaborado um inquérito por questionário, enviado aos pais/encarregados de educação das crianças da sala onde decorreu o estágio profissionalizante, ou seja, a sala mista das crianças de três, quatro e cinco anos em contexto de Jardim-de-Infância. Foram disponibilizados um inquérito por questionário por família, totalizando vinte inquéritos enviados, tendo sido devolvidos dezasseis respostas que se encontram nos anexos 3 a 17.

Através das respostas aos inquéritos, foi possível obter dados que se consideram fundamentais para um maior e mais abrangente reflexão e interpretação dos mesmos.

Os dados que passamos a discutir, na próxima análise, referem-se às respostas obtidas nos inquéritos, pela ordem dos blocos de questões. Primeiramente, aos dados pessoais e contextuais dos participantes, posteriormente, a análise os dados relativos à importância da Relação Escola-Famílias-Comunidades e, por fim, os dados referentes à participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidades na instituição.

Relativamente ao processo de análise de conteúdo dos inquéritos por questionário, importa referir que o mesmo se traduziu em alguns passos, sendo eles, em primeiro lugar, a análise dos inquéritos, posteriormente a categorização do conteúdo dos inquéritos e por fim, a definição de categorias e indicadores, que permitiu a elaboração de uma grelha de análise.

Conforme já mencionado, os dados recolhidos foram analisados de maneira a serem confrontados com as informações da análise documental, das entrevistas e do focus group realizados, o que possibilitou realçar as conceções, interpretações e também as consonâncias e divergências dos sujeitos participantes no estudo sustentado pelo quadro teórico de referência.

Os inquéritos por questionário foram enviados pela educadora titular de sala e estagiária, via Google Forms, para os EE, no total de vinte sujeitos. As respostas foram obtidas, então, de dezasseis Encarregados de Educação.

Foi importante questionar os pais e encarregados de educação em relação ao género, idade, estado civil, idade do educando no momento do preenchimento do inquérito por questionário, bem como o género do educando, para identificar o grupo de pais e encarregados de educação.



No que concerne ao género dos inquiridos, comprovou-se que 87,5% são do sexo feminino (n=14) e 12,5% são do sexo masculino (n=2)⁶. Quanto à idade da mãe, é possível observar que 43,8% tem entre 20 e 30 anos (n=7), 31,4% tem entre 31 e 40 anos (n=5) e 25,1% tem entre 41 e 50 anos (n=4)⁷. No que diz respeito à idade do pai, podemos verificar que 37,6% têm entre 20 e 30 anos (n=6), 43,9% têm idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos (n=7) e que 18,9% têm entre os 41 e os 50 anos de idade (n=3)⁸.

Já no que respeita ao estado civil dos inquiridos, podemos observar que 50% dos mesmos são casados (n=8), 31,3% vivem em união de facto com o/a parceiro/a (n=5) e 18,8% são solteiros (n=3).

Quando interpelados acerca da idade dos seus educandos, à data do preenchimento do inquérito por questionário, 37,5% dos inquiridos afirmam que o seu educando tem 3 anos (n=6), 25% afirma que o seu educando tem 4 anos (n=4) e 37,5% indica que o seu educando tem 5 anos (n=6). Por fim, no que respeita ao género dos seus educandos, 50% indicam crianças do sexo feminino (n=8) e 50% indicam crianças do sexo masculino (n=8).

De seguida, é apresentada a Tabela referente às dimensões de análise do presente instrumento. De modo a representar os inquiridos de forma anónima ao longo da análise dos dados, os mesmos serão mencionados da seguinte forma: I.1 (...) I.16.

⁶ Confrontar Apêndice 6 – Gráfico 1 – Género dos Inquiridos

⁷ Confrontar Apêndice 7 – Gráfico 2 – Idade da mãe

⁸ Confrontar Apêndice 8 – Gráfico 3 – Idade do pai



Tabela 2 – Dimensões de análise dos inquéritos por questionário aos EE

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
<i>Avaliação do desempenho da Associação de Pais</i>	Positiva	-
	Razoável	-
<i>Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade</i>	Criança	Motivação;
		Qualidade de vida;
		Confiança;
	Perceção dos EE acerca do JI	Desenvolvimento;
		Influencia o interesse das crianças nas atividades;
	Acompanhamento das crianças no JI;	
<i>Participação da família nas atividades no JI</i>	Atividades no JI	-
	Atividades que levam para casa	-
	Atividades do PAA	-
<i>Atividades com participação dos EE</i>	Atividades da iniciativa da escola	-
	Atividades da iniciativa da Associação de Pais	-
<i>Avaliação das atividades em que participaram os EE</i>	Positiva	-
<i>Abertura do JI às sugestões dos EE</i>	Abertura por parte da equipa pedagógica	-



	Abertura por parte da Associação de Pais	-
<i>Sugestões dos EE</i>	Convívios	
	Workshop/formações sobre a Relação Escola-Famílias-Comunidade;	
	O JI desenvolver projetos de sala;	
	Reuniões da associação de pais;	
Participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade	Em casa	Trabalhos de casa;
		Dizer uma quadra que aprendeu na escola;
	No JI	Festas da escola;
		Peças de teatro;
		Reuniões em grande grupo;
	Na comunidade	Projetos culturais e sociais
		Participação de crianças com necessidades especiais



Foi importante questionar os inquiridos em várias áreas semelhantes às abordadas com as educadoras, tais como a avaliação da ação da associação de pais da instituição, o reconhecimento do conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade, qual a importância que dão a esta dinâmica, como caracterizam a relação que estabelecem com a instituição, de que forma é promovida a participação da família no jardim-de-infância, quais as atividades em que já participou e/ou colaborou no jardim-de-infância e como as avalia.

2.1. Associação de pais

Como se constata pela análise da Tabela 3, a primeira categoria que destacamos refere-se à ação da Associação de Pais, na qual foi questionado aos inquiridos qual a avaliação, na sua perspectiva, da ação. Os resultados dividem-se entre uma avaliação positiva e razoável. Destacamos os testemunhos dos EE que referem uma avaliação positiva da ação da Associação de Pais.

À semelhança das educadoras de infância, os EE referem a ação da Associação de Pais como uma mais valia. Por outro lado, alguns inquiridos referem uma ação razoável, referindo que poderia ser mais desenvolvida no âmbito dos pais, numa dinâmica de inclusão.

Lembrando Perrenoud (2002), que afirma ser função da escola tornar mais visível e real a importância de uma participação por parte dos pais. Refere ser necessária uma mudança e que a mesma deverá negociada entre os diferentes agentes educativos, sendo eles a escola, as famílias e a comunidade.

Quando questionados acerca do conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade, mais concretamente se reconhecem o mesmo, todos os EE referem que sim, ou seja, 100% dos inquiridos (n=16). O mesmo sucede quando questionados sobre a importância da dinâmica Escola-Famílias-Comunidade, dado que 100% dos inquiridos concordam ser “Muito importante” (n=16).

2.2. Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade



Quando solicitados para justificar a sua resposta acerca da importância que atribuem à Relação Escola-Famílias-Comunidade, os EE referem diferentes aspetos, salientando dois principais favorecidos, as crianças, e os próprios, tendo sido criadas duas subcategorias, sendo elas: (i) Criança; (ii) Perceção dos EE do JI.

No que diz respeito à primeira subcategoria, os inquiridos referem seis indicadores, que podem ser confrontados no apêndice 13 e pelos quais a Relação Escola-Famílias-Comunidade se demonstra importante em torno da criança. O primeiro refere-se à motivação da mesma, afirmando que a relação motiva a criança para a escola, visto que se mostra mais positiva e com vontade de aprender. Destacamos as evidências coletadas do discurso dos inquiridos.

“A própria criança sente-se mais motivada para ir para a escola, vai de forma mais positiva para e em relação à escola, a sua auto-estima aumenta e estas têm mais vontade de aprender, a interação com os seus pares melhora assim como o seu desempenho.” (EIQ.11, p. 200)

De seguida, referem a qualidade de vida, a confiança e o desenvolvimento das crianças como fatores igualmente importantes quando se refere a importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade. É possível compreender, então, que existe algum consenso entre os EE acerca da importância da relação entre todos os intervenientes na vida da criança, na medida em que, tal como refere Carvalho, et al (2011), todos assumem responsabilidades específicas na educação e promoção do sucesso educativo das crianças. Recordando a análise de dados das entrevistas realizadas às educadoras, também estas consideram primordial a tríade escola-famílias-comunidade, referindo que a mesma enriquece todos aqueles que nela se envolvem.

2.3. Promoção da participação da família

Através da análise à Tabela 2, foi criada a terceira categoria – Promoção da participação da família – foi possível compreender que os EE referem que a mesma é efetivada através de atividades, sendo estas no JI, em casa e as presentes no PAA do agrupamento.

No que concerne às atividades realizadas no jardim-de-infância, os EE referem que já foram chamados, por diversas ocasiões, a colaborar em atividades desenvolvidas na sala dos seus educandos. Mencionam também o desenvolvimento de tarefas em casa, enviadas pela educadora titular. Por fim, as atividades presentes no plano anual de



atividades, nas quais os inquiridos afirmam participar, maioritariamente, quando se trata de festas ou feiras.

2.4. Atividades com participação dos EE

A seguinte categoria quer-se referir às atividades nas quais os inquiridos já participaram, de quem foi a iniciativa das mesmas e qual a avaliação que fazem das mesmas. Assim sendo, foram delineadas as seguintes subcategorias: (i) Iniciativa da escola; (ii) Iniciativa da Associação de Pais; (iii) Avaliação.

No que concerne à primeira, com base nos discursos dos inquiridos, foram retiradas as seguintes evidências:

“Com os trabalhos manuais, feitos em parceria com a criança, para atividades da escola.” (EIQ.15, p. 216)

“Leitura vai e vem; festa de natal; feira do outono; teatros da sala; atividades temáticas a desenvolver em casa; desfile de carnaval. Iniciativa da escola” (EIQ.16, p. 221)

“Já fomos à sala contar histórias e fazer atividades com o grupo da sala, a iniciativa foi por parte da escola.” (EIQ.11, p. 201)

“Na elaboração de uma História. Iniciativa da escola.” (EIQ.6)

Através da interpretação das evidências, podemos constatar que os EE são bastante ativos na participação em atividades com a iniciativa da escola. Da mesma forma sucede quando se trata de atividades com a iniciativa da associação de pais.

“Na festa de Final de ano... E foi através da associação de pais.” (EIQ.4, p. 165)

“Feira de outono, a iniciativa foi por parte das educadoras em conjunto com a associação de pais.” (EIQ.14, p. 211)

“Nas festas de final de ano, colaborando a pedido da Associação de Pais, com comida para vender e colaborando na organização e animação da festa.” (EIQ.15, p. 216)

Por fim, no que diz respeito à categoria em análise, a avaliação feita pelos inquiridos às atividades nas quais participaram é claramente positiva, em todos os testemunhos recolhidos.

“Boa. Neste contexto de pandemia torna se mais difícil, mas penso que quando passar, vai haver maior proximidade com a escola.” (EIQ.6, p. 175)

“Muito bem organizadas, tinham a sala desde logo preparada para atividade que iria ser realizada.” (EIQ.11, p. 201)

“São importantes para a relação escola-família-comunidade, na medida em que envolve os pais” (EIQ.10, p. 196)

“São formidáveis para uma maior envolvimento dos pais com a escola e seus educandos” (EIQ.2, p. 154)

“Muito pedagógico e de extrema importância para as crianças.” (EIQ.14, p. 211)



“Muito enriquecedoras.” (EIQ.9, p. 191)

De um modo geral, podemos compreender que a avaliação das atividades é positiva, o que nos indica que os pais apreciam a participação neste tipo de dinâmicas, sejam elas iniciativa do JI ou da associação de pais. Alguns inquiridos afirmam mesmo que são fundamentais para a promoção da participação parental, bem como elogiam a pedagogia utilizada pela educadora.

2.5. Abertura do JI às sugestões dos EE

A seguinte questão colocada aos inquiridos, prende-se com a perspetiva dos mesmos acerca da recetividade do jardim-de-infância às suas sugestões, ou seja, se a equipa educativa e associação de pais estão disponíveis para escutar sugestões e preocupações dos encarregados de educação e, em caso afirmativo, solicitamos alguns exemplos de atividades possíveis.

Os inquiridos referem desde logo que a equipa educativa e a Associação de Pais estão disponíveis a todo o momento para escutar e referem os convívios, workshops, formações, projetos de sala e reuniões como dinâmicas possíveis para estreitar e reforçar esta relação entre os pais e o JI.



2.6. Participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade

Quando questionados sobre de que forma é efetivada a participação da criança, os pais e encarregados de educação das crianças referem, novamente a família, o jardim-de-infância, bem como na comunidade, como principais fontes de participação para as crianças.

No que diz respeito à subcategoria – em casa – destacamos algumas evidências registadas através dos discursos dos inquiridos.

“Quando são enviadas tarefas que em conjuntos com os pais têm que as realizar” (EIQ.1, p. 161)

“(…) as escritas que me chegam da escola sobre a temática a desenvolver em casa (...)” (EIQ.14, p. 212)

“(…) peço-lhe sempre que me diga o que foi falado na escola de forma a podermos desenvolver o tema em casa.” (EIQ.14, p. 212)

“Perguntamos à criança quais as atividades que gostaria de ter na escola.” (IQ.5, p. 171)

“Através de pesquisas e de trabalhos.” (EIQ.9, p. 191)

Questionados também acerca da tomada de decisões em casa por parte das crianças, os EE referem que é pertinente na medida em que é dada a oportunidade aos educandos de participar na tomada de decisões em casa, no entanto referem que adequam a natureza da decisão, à idade da criança.

Já no que concerne à subcategoria – no JI – os EE referem os projetos de sala como um fator fundamental para a efetivação da participação da criança, que podemos comprovar através das evidências retiradas dos discursos dos mesmos.

“Nos projetos da sala, quando é pedida a opinião da criança e quando os educadores perguntam o que estas gostariam de fazer para os presentes do dia da mãe ou do pai.” (EIQ.11, p. 202)

Podemos, novamente, compreender que o trabalho em cooperação com o JI e a família constitui uma grande parte do que é a participação da criança. Os encarregados de educação reforçam o envio de tarefas e os projetos vivenciados em sala como principais fatores da participação ativa da criança no seu próprio processo de aprendizagem, corroborando, desta forma, a perspetiva das educadoras, que referem, da mesma forma, a participação ativa da criança na sala como principal fator de inclusão. Esta participação ativa “[b]aseia-se no envolvimento das crianças na coconstrução das situações de aprendizagem e dos percursos educativos e, logo, na co-construção de conhecimento.” (Formosinho, 2018, p.83)



No que concerne à participação da criança na comunidade, podemos compreender que os EE valorizam a integração e participação ativa dos seus educandos na sociedade que integram, na medida em que gostariam de vê-los integrar dinâmicas diversificadas, incluindo até a cultura como possibilidade de integração. Abordam também as crianças com necessidades especiais, visto que estas também deverão ser incluídas na comunidade da mesma forma como as outras crianças, o que o inquirido afirma não sentir com o seu educando.

“O meu filho é um menino com autismo, o que limita atualmente a expressar-se (...) no JI é completamente respeitado e integrado, na sociedade fora do JI não sinto isso.” (EIQ 3, p. 132)

De um modo geral, podemos concluir que os EE, novamente, concordam com as educadoras entrevistadas, no que diz respeito ao direito cívico da criança. Ambos referem que a criança tem na sua posse direitos e deveres que deverá cumprir e fazer cumprir, de modo a adquirir uma cidadania plena e uma pertença na sociedade em que se insere, “(...) através de relações sociais que fortaleçam, em vez de enfraquecer, as possibilidades de uma cidadania activa” (Dahlberg, et al., 2003, p. 101).”

Para concluir a análise de dados do presente inquérito por questionário, solicitamos aos EE que dessem algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade. As propostas dos mesmos envolvem reuniões, projetos educativos e sociais ou trabalhos de casa desenvolvidos em conjunto com a família, o que permite uma comunicação entre a escola e a família.

“Reuniões que possam gerar mais ideias de conteúdos com este tema.” (EIQ 2, p. 127)

“(...) incutir gradualmente maior responsabilidade na criança, para que possa ser um auxílio na comunicação entre a escola e as famílias.” (EIQ 10, p. 175)

“Trabalhos de casa desenvolvidos em conjunto, o que obriga a criança a comunicar quer em casa, quer na escola (...)” (EIQ 14, p. 190)

“A comunidade poderia abrir-se mais para receber mais atividades promovidas pela escola (...)” (EIQ 14, p. 195)

Podemos compreender que os EE concordam e gostariam de fomentar a participação ativa, também dentro da Relação Escola-Famílias-Comunidade. A integração da criança mostra uma das dinâmicas mais relevantes para os sujeitos participantes até agora.



2.7.Síntese

No fecho da análise dos inquéritos por questionário respondidos pelos encarregados de educação e remetendo novamente para a tabela que se encontra no apêndice 13, para uma melhor contextualização, podemos concluir que pais e educadoras de infância partilham em grande medida a perspetiva sobre determinados assuntos.

Primeiramente, e analisando o início do inquérito, podemos concluir que a investigação efetuada à associação de pais, mais concretamente, a avaliação da ação da mesma, é positiva. Os EE, na grande maioria referem que a ação da associação é importante no trabalho desenvolvido no JI, o que vai ao encontro do referido pelas educadoras quando referem a mesma como um parceiro fundamental.

De seguida, abordamos a importância da relação Escola-Famílias-Comunidade, mais concretamente para a criança e na perspetiva dos EE acerca do JI. No que diz respeito à criança, os inquiridos referem que a tríade de participantes a influenciam em diversas frentes, tal como a motivação, a qualidade de vida, a confiança e o desenvolvimento da mesma. Atribuem um papel diferente a cada um dos participantes – escola, família e comunidade – e afirmam que, por outro lado, o facto de conseguirem ter a perceção do que está a ser desenvolvido no JI, permite ter uma visão mais alargada de como podem ajudar e participar no processo educativo.

Quando comparamos a perspetiva dos EE com a das educadoras, podemos verificar que a importância atribuída, apesar de focar aspetos diferentes, visto que as educadoras afirmam que a Relação Escola-Famílias-Comunidade tem uma importância primordial e de enriquecimento dos intervenientes, é semelhante. Ora, “[o]s pais/famílias, como principais responsáveis pela educação dos filhos/as, têm também o direito de participar no desenvolvimento do seu percurso pedagógico, não só sendo informados do que se passa no jardim de infância, como tendo também oportunidade de dar contributos que enriqueçam o planeamento e a avaliação da prática educativa” (Silva, et al., 2016, p.16 cit. por Silva & Neves, 2019, p. 34). Neste seguimento, confrontando com a tabela em apêndice, como já referido, questionamos os pais acerca da sua perspetiva da promoção da participação da família no JI e de que forma é efetuada tendo estas respostas confluído com as da questão seguinte, quando questionamos em que atividades já participou no âmbito da Relação Escola-Famílias-Comunidade, quando referem terem



participado em atividades no JI e em casa e que as mesmas partiram, por vezes, da iniciativa da escola e outras vezes, por iniciativa da Associação de Pais.

A avaliação que fazem destas dinâmicas criadas em função da Relação Escola-Famílias-Comunidade é bastante positiva, afirmando que são bem organizadas, importantes para a relação, na medida em que envolvem os pais e pedagógico e enriquecedor para as crianças.

Numa perspetiva de abertura do JI às sugestões dos encarregados de educação às suas sugestões, os inquiridos afirmam que o JI está sempre de braços abertos para escutar o que os pais têm para dizer, salientando as educadoras e auxiliares de ação educativa como principais agentes, bem como, novamente, a Associação de Pais. Quando solicitados para exemplificarem algumas atividades possíveis, referem convívios, workshops e formações, projetos de sala e reuniões como principais formas de participação. As educadoras de infância referem alguns pontos semelhantes no que concerne às formas de participação das famílias, na medida em que mencionam a intervenção da Associação de Pais, o envio de trabalhos, as atividades abertas à comunidade e a participação das famílias em projetos do JI como principais formas de participação.

Remetendo ao quadro 1 presente no enquadramento teórico, em que são referidos os vários tipos de participação dos familiares e da comunidade, segundo o projeto INCLUD-ED (2009), podemos verificar que a participação parental, no JI em estudo, se situa, não só na dimensão decisiva, em que membros da comunidade participam dos processos de tomada de decisão ao se tornarem representantes nas entidades que lhes dizem respeito (como é o caso da associação de pai), bem como monitorizam a prestação de contas da escola em relação aos seus resultados educacionais. Inserem-se também na dimensão educativa, na medida em que, segundo os autores, os familiares e membros da comunidade participam das atividades de aprendizagem dos alunos durante o horário normal da escola e fora da escola. Podemos considerar, da mesma forma, que os mesmos intervenientes participam de programas educacionais que respondem às suas necessidades.

Por outro lado, pais e educadoras, estão de acordo no que concerne à efetivação da participação da criança, quando referem os trabalhos enviados para casa e os projetos e atividades realizados em sala como grandes fontes de envolvimento da criança.



Concluindo a presente análise, é possível compreender que as opiniões e perspectivas confluem, na sua grande maioria, com a das educadoras de infância na análise prévia da entrevista realizada. Confrontando com o objetivo delineado para o inquérito por questionário – perceber a perspectiva dos Encarregados de Educação quanto à participação dos seus educandos na Relação Escola-Famílias-Comunidade – podemos concluir que a perspectiva dos EE perante a participação da criança na tríade consiste na valorização da voz da criança, bem como dar-lhes ferramentas para construir o seu próprio caminho.



3. Análise dos dados do focus group

Foi crucial no desenvolvimento desta investigação consultar também as crianças e a sua opinião acerca da sua própria participação na dinâmica da Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Assim sendo, foi realizada uma sessão de focus group com sete crianças de cinco e seis anos da sala onde foi desenvolvido o estágio profissionalizante. O guião que conduziu o focus group atendeu ao objetivo delineado para o efeito, sendo importante lembrar o mesmo, “Identificar as perceções das crianças acerca da sua participação nas práticas de Relação Escola-Famílias-Comunidade”. A transcrição do mesmo encontra-se anexada. Foram colocadas questões abertas de modo a criar uma discussão entre as crianças, com a finalidade de darem a sua opinião acerca do que vivenciam diariamente no JI e em casa com os EE.

Deste modo, iremos identificar as crianças ao longo desta análise de dados, recorrendo às seguintes siglas: C1, C2, C3, C4, C5, C6 e C7, por forma a conservar a identidade de cada criança. A análise dos dados será realizada pela ordem pela qual foram realizadas as questões e foram delineadas as seguintes dimensões de análise: (i) Perceção das crianças sobre o envolvimento parental; (ii) Estratégias de comunicação entre a escola e a família; (iii) Participação da criança.

Tabela 3 – Dimensões de análise do focus group

<i>Categories</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
<i>Perceção das crianças sobre o envolvimento parental</i>	Presença dos EE no JI	-
	Atividades preferenciais das crianças com os EE no JI	Brincadeiras livres;
		Atividades planificadas;
Estratégias de participação entre a escola e a família	Atividades enviadas para casa	-



Recetividade dos adultos às sugestões da criança	Recetividade do educador	Por vezes escutam;
		Outras vezes não;
		Escutam sempre;
	Recetividade da família	Por vezes brincam:
		Outras vezes não;
	Sugestões de participação das crianças	No JI
Ajudar a tomar conta das crianças com necessidades especiais:		
Tomar decisões;		
Ajudar a professora a decidir o que fazer;		
Em casa		Fazer refeições;
		Limpar;
		Decidir o que vestir;



3.1. Percepção das crianças sobre o envolvimento parental

A primeira categoria delineada através dos testemunhos das crianças é a percepção das crianças sobre o envolvimento parental na qual, quando questionadas sobre a presença dos EE no JI, unanimemente afirmam que gostam.

“Eu gosto muito” (EFG, C1., p. 112)

“Eu adoro!” (EFG, C2., p. 112).

“Eu gosto sempre que a mamã venha à escola e o papá também.” (EFG, C3., p. 112).

Já quando questionadas acerca das atividades que realizam com os EE quando se encontram no JI, as mesmas apontam as brincadeiras livres e atividades previamente planificadas e preparadas com a educadora, como sendo as preferenciais. No que diz respeito às brincadeiras livres, as crianças afirmam que gostam de brincar no exterior e na sala, fazer construções e brincar com os restantes amigos.

“Eu gosto muito que eles brinquem comigo na sala e lá fora.” (EFG, C1., p. 112)

“Eu gosto que os pais “construem” coisas comigo.” (EFG, C3., p. 112)

“Eu gosto que eles “vêm” cá e brinquem comigo e com os meus amigos.” (EFG, C5., p. 113)

“Eu gosto que os pais venham dar amor aos meninos.” (EFG, C7., p. 113)

No que se refere às atividades planificadas, as crianças referem teatros que realizaram em anos anteriores.

Eu gosto quando os pais vêm ver um teatro aqui na escola. E os irmãos também.” (EFG, C4., p. 112)

“Eu gostei daquele dia no ano passado em que a minha mãe viu um teatro na outra sala onde eu estava. E ela gostou muito.” (EFG, C6., p. 113)

Picanço (2012) refere que a família desempenha os primeiros cuidados e estímulos para o desenvolvimento da criança, tendo também o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando a sua socialização. O envolvimento da família na escola será, por isso, uma transição natural, visto que a educação dos seus educandos é uma preocupação. Assim, Marques (2001) refere ainda que as razões que justificam o envolvimento dos pais no apoio ao processo educativo, são que em primeiro lugar nota-se uma melhoria nos resultados escolares sempre que os pais apoiam os filhos em casa. Em segundo lugar, os pais passam a compreender e a valorizar melhor os professores; os pais e os professores aprendem a apoiar-se mutuamente na tarefa comum que é a educação dos alunos; por último e em quarto lugar, os pais aprendem a comunicar melhor com os filhos e a valorizar, ainda mais, o seu esforço e todo o seu trabalho (Marques, 2001, p.104).



3.2. Estratégias de participação entre a escola e a família

A categoria seguinte – estratégias de comunicação entre a escola e a família – foi questionado às crianças sobre costumavam levar atividades do JI para casa, de modo a realizarem as mesmas com os EE e quais se lembravam de realizar.

“Eu gosto de fazer desafios com os pais.” (EFG, C1., p. 113)

“(...) o desafio do duende!” (EFG, C3., p. 113)

“Nós levamos uma história para fazer com os pais e eu trouxe num frasco.” (EFG, C2., p. 114)

“(...) a história do natal que está na sala.” (EFG, C1., p. 114)

Para Avelino (2007), a escola deve assumir um papel preponderante no desenvolvimento de estratégias que envolvam todas as famílias. Estas poderão passar desde ações de sensibilização e formação, apoios mais diretos e individualizados, até reuniões temáticas de pais, festas convívios, teatros ou visitas de estudo, referindo ainda que a comunicação deve ser uma prática constante.

3.3. Recetividade dos adultos às sugestões da criança

Por último, na categoria referente à recetividade do adulto para escutar a criança questionamos as crianças que participaram no estudo sobre se os adultos, tanto a educadora no JI como os EE em casa, escutavam as sugestões colocadas pelas mesmas. No que diz respeito à escuta por parte da educadora, as crianças referem que por vezes escuta e outras vezes não escutam as suas sugestões e, por outro lado, que dizem sempre que sim às propostas feitas pelas crianças.

Já no que diz respeito à escuta por parte da família, a C1. afirma que nem sempre quando pede à mãe para brincar, esta se disponibiliza.

3.4. Sugestões de participação das crianças

Por fim, no que diz respeito às formas de participação da criança, tanto no JI como em casa, as crianças referem diversas sugestões quando questionadas sobre de que forma poderiam participar mais em ambos os contextos. No que concerne ao JI, referem tarefas práticas, como ajudar outras crianças, colocar desinfetante ou, por outro lado, na tomada de decisões, tais como ajudar os adultos na planificação.



“Podemos ajudar a pôr o desinfetante e a desinfetar as coisas” (EFG, C1., p. 116)

“Podemos ajudar a tomar conta do D. e do M.” (EFG, C6., p. 116)

“Podemos tomar as decisões de quando fazer alguma coisa para os amigos.” (EFG, C2., p. 116)

“A gente pode ajudar os adultos a fazer as coisas que não estão a perceber e se a gente ajudar a fazer, eles já vão perceber.” (EFG, C1., p. 116)

“Podemos ajudar a professora a decidir o que fazemos no dia das experiências com dois meninos em vez de ser só um.” (EFG, C5., p. 116)

“Podemos decidir o que fazer todas as semanas e ajudar a professora a não ter trabalho.” (EFG, C3., p. 116)

Já quando se encontram em casa, as crianças referem apenas tarefas domésticas de modo a poderem ajudar de forma prática os EE, tal como ajudar na elaboração de refeições, limpezas e decidir o que vão vestir.

“Podemos ajudar a fazer a comida” (EFG, C7., p. 116)

“Podemos ajudar a fazer a cama e a limpar às vezes.” (EFG, C4., p. 116)

“E também a decidir o que vamos vestir.” (EFG, C1., p. 116)

Silva (2009), refere que o estreitamento das relações entre a escola, a família e a comunidade, ao implicar uma atitude de comunicação e participação dos vários atores, induz a uma cultura de cidadania e a um aprofundamento democrático. Desta democracia, deverá, por isso, existir uma valorização da palavra da criança, que decide o seu percurso sempre orientada pelo adulto que a guia para o sucesso.

3.5. Síntese

Finalizando a análise dos dados deste focus group, remetendo novamente à tabela presente no apêndice 14 para um melhor enquadramento, podemos concluir que as sete crianças, apesar de jovens, tendo cinco e seis anos, percecionam a vivência de jardim-de-infância de forma bastante consciente. Deste modo, no que concerne à perceção das crianças em relação ao envolvimento parental, as crianças apreciam a presença dos EE no JI e recordam as atividades realizadas com os mesmos.

De seguida, referem as atividades em casa no âmbito das estratégias de comunicação entre a escola e a família. No caso desta categoria e conseqüente subcategoria, as crianças referem os desafios e as histórias que levaram para casa e elaboraram com a ajuda dos pais.

Por fim, quando falam da sua própria participação e quando questionados sobre sua perspetiva acerca da valorização do adulto em relação às suas sugestões. No que concerne



à valorização pela educadora, algumas crianças afirmam que por vezes a educadora dá atenção e por vezes não consegue perceber as crianças visto que se encontram todas a falar em simultâneo. Outras crianças afirmam que a educadora aceita sempre as suas sugestões. Quanto à valorização por parte da família, as crianças afirmam que os pais acedem aos seus pedidos apenas por vezes. Tal como refere Formosinho (2018), “[n]este modo participativo dar voz às crianças no processo educativo é, ao mesmo tempo, um meio e um fim.” (p. 83)

Por fim, no que concerne às formas de participação no JI, as crianças referem algumas tarefas nas quais podem ajudar e realizar sem supervisão, tais como colocar desinfetante, ajudar a tomar conta de crianças com necessidades especiais, tomar decisões, no que concerne às atividades a realizar semanalmente. No que toca à participação em casa, referem as tarefas domésticas, a preparação de refeições e a escolha da roupa como possíveis tarefas.

Em consonância com as opiniões das educadoras de infância e dos EE, também as crianças deste focus group tomam uma consciência gradual da importância crucial que representa o envolvimento parental e a sua própria participação no seu percurso escolar, não sendo necessário serem os adultos a comandar o seu caminho, tal como refere Formosinho (2018) “(...) permite consubstanciar a coconstrução pela criança da sua própria jornada de aprendizagem (...)” (p. 83). As crianças referem no seu discurso, diversas formas através das quais podem participar, no JI e em casa, referindo frequentemente que podem ser as próprias a decidir, ajudar e criar o seu próprio percurso.

No que diz respeito ao objetivo delineado – identificar as perceções das crianças acerca da sua participação na relação Escola-Famílias-Comunidade – podemos concluir que as crianças consideram que devem ajudar os adultos – pais e educadoras de infância – na tomada de decisões, sejam elas atividades a realizar na sala, ajuda em tarefas no JI, como colocar desinfetante, tomar conta de crianças com necessidades especiais ou, por outro lado, em casa ajudar os EE em tarefas domésticas e na decisão do que irão vestir no dia seguinte. Podemos observar alguma diferença nas formas de participação referidas pelas crianças. Quando se referem ao JI, afirmam imediatamente a tomada de decisões – em dias específicos, como o dia das experiências, ou em atividades semanais, já no que diz respeito à participação em casa, referem maioritariamente tarefas caseiras, como ajudar na confeção de refeições ou na limpeza.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforçando a análise e a triangulação de dados apresentadas anteriormente, importa refletir sobre a pergunta de partida que originou e orientou o estudo: De que forma as crianças de um Jardim-de-Infância participam na Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Compreendemos que “[a] voz das crianças no processo educativo só ganha relevo numa pedagogia que valoriza a sua participação na construção da aprendizagem como apropriação da sua jornada do conhecimento” (Toggon, et al., 2017, p.81). Desta forma, propusemo-nos a investigar de que forma é efetivada a participação da criança na relação Escola-Famílias-Comunidade, a partir das várias perspetivas dos atores da relação – EE; Educadoras-de-Infância, Comunidade e Crianças.

Com a ajuda de alguns instrumentos de investigação – análise documental, entrevista, inquérito por questionário e focus group – e da análise dos seus dados, foi possível retirar algumas conclusões, que iremos apresentar no presente ponto. No entanto, antes de procedermos à explanação das mesmas, procedemos, primeiramente, à apresentação das limitações sentidas ao longo da elaboração do relatório de investigação.

Assumindo, então, que um estudo desta natureza pretende a existência de diversos dados para a possibilidade da leitura e triangulação dos mesmos, a primeira limitação sentida passou pela recente situação pandémica pela qual atravessamos. A COVID-19 impediu que, no ano letivo de 2019-2020, se procedesse à implementação do presente estudo na valência de 1º CEB. Por outro lado, na valência de JI, sentimos também alguns constrangimentos na obtenção de respostas no que concerne ao inquérito por questionário, visto que, num total desejável de vinte respostas, obtivemos apenas dezasseis.

Consideramos, ainda, que o estudo teria adquirido proporções de outra ordem caso tivesse sido levado a cabo incluindo a observação participante, através de registos de observação, uma vez que é pertinente uma observação direta da participação diária da criança no jardim-de-infância.

Não obstante, entendemos que os inquéritos por questionário efetuados, revelaram ser um instrumento de análise eficaz no qual, através das respostas obtidas, na sua generalidade diretas e concisas, foi fácil perceber as perceções e opiniões dos EE.



Para este estudo delineamos alguns objetivos que relembramos nesta fase: (i) Percecionar a importância que o Educador de Infância atribui à participação da Criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade; (ii) Percecionar a perspectiva dos Encarregados de Educação quanto à participação dos seus educandos na Relação Escola-Famílias-Comunidade; (iii) Identificar as percepções das crianças acerca da sua participação na relação Escola-Famílias-Comunidade.

Através dos diferentes instrumentos, foi-nos possível responder a cada um, da forma mais completa que nos foi possível, através da análise dos dados dos mesmos.

A análise dos documentos da instituição permitiu-nos perceber que os EE, bem como a comunidade, são envolvidos nas dinâmicas do JI. Podemos compreender que a sua participação se inclui, de acordo com o projeto INCLUD-ED (2009), nas dimensões decisiva e educativa, onde temos maior probabilidade de conseguir êxito escolar e participação das famílias (INCLUD-ED, 2009). Permitiu-nos também compreender de que forma são organizadas as atividades que envolvem as famílias e a comunidade e como se distribuem ao longo do ano. Permitiu também criar algumas linhas orientadoras para a criação dos guiões dos restantes instrumentos – entrevista; inquérito por questionário e focus group. Tal como confirma Bardin (2011, p. 47) “a análise documental tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação”

Nesta linha de pensamento, recordamos os dados mais relevantes obtidos através do estudo, tendo como base os objetivos definidos. Desta forma, podemos considerar que as educadoras de infância estavam de acordo, tanto com os EE, como com as crianças, no que diz respeito à importância da participação da criança na relação Escola-Famílias-Comunidade, mais concretamente, no Jardim-de-Infância em estudo. Recordando Trevisan (2014), concordamos que a participação da criança se desenvolve como um processo híbrido, visto que educadoras, EE e crianças abordam formas diferentes de efetivar essa participação, seja nas dinâmicas já vivenciadas, ou nas sugestões propostas em cada um dos instrumentos. Como já referido anteriormente, não existiram pontos de discórdia ao longo da investigação, no entanto, EE e educadoras focam, por vezes diferentes perspetivas, nomeadamente, na importância atribuída à Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Podemos, assim, invocar Sarmiento e Marques (2006) quando advogam que



(...) a relação entre uma criança e um adulto consiste na relação entre dois seres humanos, com experiências de vida diferentes, com níveis de maturidade diversos, com perspectivas e olhares divergentes sobre o mundo, instituídos de poderes assimétricos, a influência que estas circunstâncias podem ter na vida dos adultos difere em cada contexto de vida. (p. 62)

significando, precisamente, que existem perspectivas diferentes, de pessoas diferentes, dependendo das suas experiências e níveis de maturidade.

Deste modo, a importância atribuída à participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade, por parte das educadoras, assenta na participação ativa na sala. Já no que concerne à perspectiva dos EE quanto à participação dos seus educandos na mesma relação, os mesmos referem que poderia ser efetuada através de trabalhos enviados do JI para casa, projetos na comunidade em que se inserem e reuniões com a participação de todos os intervenientes – crianças, educadoras de infância, pais e elementos da comunidade. Por fim, as crianças referem que a sua participação poderia ser realizada através de tarefas que são capazes de realizar no JI, bem como em casa.

Os dados obtidos salientam também a importância dada pelos adultos à cidadania e à voz da criança, sendo portadora de direitos e deveres, afirmando repetidamente que é fundamental a integração reforçada da criança em dinâmicas sociais.

Este estudo revelou-se bastante interessante e pertinente, na medida em que foi um desafio. Um desafio visto que a criança, sendo o centro à volta do qual gira a Relação Escola-Famílias-Comunidade, parece não ser mencionada com a frequência desejada, uma vez que ainda não é dado o peso à sua voz, como efetivamente deveria suceder. Ou seja, a criança pode ser responsabilizada de forma a sentir-se comandante do seu percurso educativo.

Com isto, concluímos que este estudo merecia uma continuidade no sentido de compreender como é efetivada a participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade de forma mais prolongada no tempo, de forma a envolver desde o início do estudo todos os atores desde logo as crianças, as famílias, a equipa pedagógica e as associações de pais e elementos da comunidade envolvente. Seria interessante desenvolver um projeto comum onde todos fossem ouvidos não esquecendo que as crianças são também parceiras nesta relação e têm direito a ter um papel ativo e interventivo.



Referências Bibliográficas

- Abreu, D. (2016). *A Relação Escola - Família Como Potenciadora Do Sucesso Educativo*. Mestrado. Escola Superior De Educação De Paula Frassinetti.
- Almeida, A. N. (2005). *O Que As Famílias Fazem À Escola... Pistas Para Um Debate. Análise Social*, Pp. 579-593.
- Azcue, J. (2012). *A Escola Onde Se Aprende*. Principia.
- Barcelona, U. (2009). *Estratégias para a inclusão e coesão social na Europa a partir da inclusão*.
- Bardin, L. (1977). *A análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barroso, J. (1995). *Para O Desenvolvimento De Uma Cultura De Participação Na Escola*. Lisboa: Instituto De Inovação Educacional.
- Bell, J. (2010). *Doing Your Research Project: A guide for first-time researchers in education, health and social science*. New York City, New York: Open University Press
- BOGDAN, C. ROBERT. BIKLEN, KNOPP, SARI. *Investigação Qualitativa em Educação, Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora, 1994.
- Borges, T. (2017). *A Relação Família/Jardim De Infância*. Mestrado. Escola Superior De Educação De Coimbra.
- Cabaço, A. (2018). *O Jardim De Infância E A Família: Uma Relação Que Se Tece Ao Longo Do Tempo*. Mestrado. Escola Superior De Educadores De Infância Maria Ulrich.
- Canário, R. (2005). *O Que É A Escola? Um "Olhar" Sociológico*. Porto Editora.
- Cardoso, T., Alarcão, I. & Celorico, J. (2010). *Revisão da literatura e sistematização do conhecimento*. Porto Editora
- Carvalho, A. D., Samagaio, F., Trevisan, G., Neves, M. I., & Brás, C. (2011). *Relações Escola-Famílias E Contrução Complexa De Identidades: Análise De Um Projeto Desenvolvido No Âmbito De Um Contrato Local De Desenvolvimento Social*.
- Dahlberg, G., Moss, P., & Pence, A. (2003). *Qualidade Na Educação Da Primeira Infância: Perspectivas Pós-Modernas*. Porto Alegre: Artmed.



- Davies, D. (1989). *As Escolas E As Famílias Em Portugal - Realidade E Perspetivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Davies, D., Marques, R., & Silva, P. (1997). *Os Professores E As Famílias - A Colaboração Possível*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Dornelles, L. V. & Fernandes, N. (2005) *Perspetivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras*. Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho. Braga.
- Ferreira, T. (2017). *Práticas De Envolvimento Parental : Expetativas Da Comunidade Educativa - Um Estudo De Caso*. Mestrado. Escola Superior De Educação Jean Piaget.
- Folque, M. A. (1999). *A Influência De Vygotsky No Modelo Curricular Do Movimento Da Escola Moderna Portuguesa*. *Escola Moderna*, 5ª Série (5), 5-12. Disponível Em: <https://Dspace.Uevora.Pt/Rdpc/Handle/10174/3523>.
- Folque, M. A. (2014). *O Aprender A Aprender No Pré-Escolar: O Modelo Pedagógico Do Movimento Da Escola Moderna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Freire-Ribeiro, I. (2011). *Cidadania Da Criança: Escola E Sociedade Como Palcos De Participação*. EDUSER: Revista De Educação, 3, 17-26. Bragança: Instituto Politécnico De Bragança, Escola Superior De Educação.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O inquérito: teoria e prática*. Celta Editora. Porto
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, M. P., Neves, M. I., & Silva, B. (2017). *Qualidade Na Educação De Infância Através Do Envolvimento Parental - Projeto Equip*. *Revista De Estudios E Investigación En Psicología Y Educación*, Pp. 264-268.
- Gómez, José António Caride, Freitas, Orlando Manuel Pereira de, Callejas, Germán Vargas (2007): *Educação E Desenvolvimento Comunitário Local – Perspectivas Pedagógicas E Sociais De Sustentabilidade*, Maia: Profedições
- Gondar, A. (2019). *A Participação Da Criança Na Relação Escola – Famílias: Um Estudo De Caso*. Mestrado. Escola Superior De Educação De Paula Frassinetti.
- Guerra, M. S. (2000). *A Escola Que Aprende*. Lisboa: Ediciones Morata S. L.



- Hoover-Dempsey, K., & Walker, J. (2002). *Family-School Communication*. Nashville: Comittee Of The Metropolitan Nashville/Davidson County Board Of Public Education.
- Jans, M. (2004) *Children as Citizens: Towards a Contemporary Notion of Child Participation*. Consultar em: [Children as Citizens: Towards a Contemporary Notion of Child Participation - Marc Jans, 2004 \(sagepub.com\)](http://www.sagepub.com)
- Jesus, M, S; França, A. M. (2014). *Que Avaliação Na Educação De Infância? Revista-Jornal*. Interações. NO. 32, PP.40-53.
- Leite, C., & Fernandes, P. (2019). *Currículo, Avaliação, Formação E Tecnologias Educativas (Cafte)*. Porto: Centro De Investigação E Intervenção Educativas (CIIE) Da Faculdade De Psicologia E De Ciências Da Educação (FPCE) Da Universidade Do Porto (Uporto). Obtido De [Http://Repositorio.Esepf.Pt/Bitstream/20.500.11796/2815/1/Cafte2019arelacaoenvolvimento.Pdf](http://Repositorio.Esepf.Pt/Bitstream/20.500.11796/2815/1/Cafte2019arelacaoenvolvimento.Pdf)
- Lézine, I. (2000). *Problemas Quotidianos De Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Loureiro, M. A. (2017). *Relação Família-Escola: Educação Dividida Ou Partilhada?* Obtido De [Psicologia.Pt](http://www.Psicologia.Pt) - O Portal Dos Psicólogos : [Https://Www.Psicologia.Pt/Artigos/Textos/A1162.Pdf](https://Www.Psicologia.Pt/Artigos/Textos/A1162.Pdf)
- Magalhães, G. (2007). *Modelo De Colaboração Jardim-De-Infância/Família*. Instituto Piaget.
- Matos, A. C., Maia, C., Mota, C. P., Sá, E., Milheiro, G., Osswald, H., . . . Fleming, M. (2015). *A Família Portuguesa No Século XXI*. Parsifal.
- Morgado, J. C., & Martins, F. B. (2008). *Projecto curricular: mudança de práticas ou oportunidade perdida?* Revista de Estudos Curriculares, 6(1) , pp. 3-19
- Murdock, G. P. (1949). *Social Structure*. Toronto, Ontario : Collier-Macmillan Canada, Ltd.
- Neves, I. (2006). *O Desenvolvimento De Competências Práticas No Contexto Teórico Do Profissional Reflexivo – Um Estudo De Caso*. Universidade Do Minho.



- Neves, I. (2016). *Supervisão E Formação De Profissionais De Educação Reflexivos: Estudo De Caso Num Estágio De Um Curso De Formação Inicial De Educadores De Infância*. Universidade Lusófona De Humanidades E Tecnologias.
- Nugent, J. K. (Agosto De 2018). *Modelo Touchpoints E Educação De Infância - "Reconheça O Que Traz Para A Interação"* Cadernos Da Educação De Infância, Pp. 6-10.
- Oliveira-Formosinho, J. & Formosinho, J. (2013) *Pedagogia-em-Participação: A Perspetiva Educativa da Associação Criança*. Porto Editora. Porto.
- Perrenoud, P. (2002). *Aprender A Negociar A Mudança Em Educação*. Novas Estratégias De Inovação. Porto: ASA Editores.
- Picanço, A. B. (2012). *A Relação Entre Escola E Família - As Suas Implicações No Processo De Ensino-Aprendizagem*. Lisboa.
- Prout, A. (2000). *The Body, Childhood And Society*. London: Macmillan Press
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Reis, P. (2018). *A Participação Da Criança Na Relação Escola – Famílias: Um Estudo De Caso*. Mestrado. Escola Superior De Educação De Paula Frassinetti.
- Sá, A. (2018). *Estreitar A Relação Escola - Famílias: Descrição De Um Percurso Vivido No Contexto De Jardim De Infância e Creche*. Mestrado. Escola Superior De Educação De Paula Frassinetti.
- Samagaio, F. (2016) *Considerações sobre a importância da família na socialização: o que dizem as crianças*. Instituto Sociologia. Porto
- Sarmiento, M. J. (2012). *A criança cidadã: vias e encruzilhadas* in Imprópria. Política e pensamento crítico. UNIPOP
- Sarmiento, M. J. (2018). *Quem está na escuta? Diálogos, Reflexões e Trocas de Especialistas que dão vez e voz às crianças*. Mapa da Infância Brasileira.
- Silva, M. & Farenzena, R. (2012). *Participação Infantil E Autonomia No Jardim De Infância: Uma Questão De Cidadania*. In Dornelles, L. & Fernandes, N. (2012), *Perspetivas Sociológicas E Educacionais Em Estudos Da Criança: As Marcas Das*



- Dialogicidades Luso-Brasileiras. Centro De Investigação Em Estudos Da Criança, Universidade Do Minho, Braga.
- Silva, M. I. R. L. (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Silva, P. (2003). *Escola-Família, Uma Relação Armadilhada*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, P. (2008). *O Contributo Da Escola Para A Actividade Parental Numa Perspetiva De Cidadania*. Em M. I. Miguéns, *Escola/Família/Comunidade (Atas De Um Seminário Realizado Em 16 De Outubro De 2007)* (Pp. 115-140). Lisboa: Editorial Do Ministério Da Educação.
- Sousa, M., & Sarmiento, T. (2010). *Escola-Família-Comunidade: Uma Relação Para O Sucesso Educativo*. Gestão E Desenvolvimento.
- Tavares, J. & Alarcão, I. (2001). *Paradigmas de Formação e Investigação no Ensino Superior para o Terceiro Milénio*. In I. Alarcão (org.), *Escola Reflexiva e Nova Racionalidade* (pp. 97-114). Porto Alegre: Artmed.
- Toggon, G.; Murillo F. J.; Cabral, I.; Roldão, M.; Formosinho, J.; Formosinho, J. O.; Tintoré, M. (2017). *Mérito E Justiça- Investigação E Intervenção Em Educação*. Vila Nova De Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Tomás C. & Gama A., (2011) *Cultura De (Não) Participação Das Crianças Em Contexto Escolar*. Escola Superior De Educação De Lisboa E CICS, Universidade Do Minho E Escola Superior De Educação De Lisboa.
- Tomás, C. (2019) *Atas Do V Encontro Do CIED - Escola E Comunidade* (P. 141). Lisboa: CIED - Centro De Interdisciplinar De Estudos Educacionais - Escola Superior De Educação De Lisboa.
- Trevisan, G. (2014). *Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós. Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade*. Universidade do Minho.
- UNICEF. (2019). *Convenção Sobre Os Direitos Da Criança*. Comité Português Para A UNICEF.



Vasconcelos, I. (2018). *A Relação Escola - Família Na Promoção Do Sucesso Educativo*. Mestrado. Escola Superior De Educação De Paula Frassinetti.

Vieira, I. M. (2013). *A Autoavaliação Como Instrumento De Regulação Da Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta - Departamento De Educação E Ensino A Distância

DECRETOS-LEI

Decreto-Lei N.º 49/2005 de 30 de agosto do Ministério Da Educação. Data de Acesso: 25.01.2020. Url:

https://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_132/Doc_1172/Anexos/LBSE%20Lei%2049%202005.pdf

Decreto-Lei N.º 115-A/98 De 4 De Maio Do Ministério Da Educação. 1998. Data De Acesso: 25.01.2020. Url: HYPERLINK "Https://Dre.Pt/Pesquisa/-</Search/155636/Details/Maximized" Htps://Dre.Pt/Pesquisa/-/Search/155636/Details/Maximized

Decreto-Lei N.º 372/90 De 27 De Novembro Do Ministério Da Educação. 1990. Data De Acesso: 25.01.2020. Url: HYPERLINK "Https://Dre.Pt/Web/Guest/Pesquisa/-/Search/564802/Details/Normal?P_P_Auth=F9nkufzo" Htps://Dre.Pt/Web/Guest/Pesquisa/-/Search/564802/Details/Normal?P_P_Auth=F9nkufzo

Decreto-Lei N.º 46/86 De 14 De Outubro Do Ministério Da Educação E Investigação Científica. 1986. Data De Acesso: 25.01.2020. Url: HYPERLINK "Http://Www.PgdLisboa.Pt/Leis/Lei_Mostra_Articulado.Php?Nid=1744&Tabela=Lei_Velhas&Nversao=1&So_Miolo" Http://Www.PgdLisboa.Pt/Leis/Lei_Mostra_Articulado.Php?Nid=1744&Tabela=Lei_Velhas&Nversao=1&So_Miolo =

Decreto-Lei N.º 51/2012 De 5 De Setembro Do Ministério Da Educação. 2012. Data De Acesso: 25.01.2020. Url: HYPERLINK "Http://Www.PgdLisboa.Pt/Leis/Lei_Mostra_Articulado.Php?Nid=1793&Tabela=Lei"



Decreto-Lei N.º 75/2008 De 22 De Abril Do Ministério Da Educação. 2008. Data De Acesso: 25.01.2020. Url: [HYPERLINK "https://dre.pt/pesquisa/-/search/249866/details/maximized"](https://dre.pt/pesquisa/-/search/249866/details/maximized) <https://dre.pt/pesquisa/-/search/249866/details/maximized>

Decreto-Lei N.º 769/A76 De 23 De Outubro Do Ministério Da Educação E Investigação Científica - Secretarias De Estado Da Administração E Do Equipamento Escolar E Da Orientação Pedagógica. 1976. Data De Acesso: 25.01.2020. Url: [HYPERLINK "https://www.lexlink.eu/conteudo/portugal/ia-serie/3375195/decreto-lei-no-769-a76/21893/por-tipo-de-documentolegal"](https://www.lexlink.eu/conteudo/portugal/ia-serie/3375195/decreto-lei-no-769-a76/21893/por-tipo-de-documentolegal) <https://www.lexlink.eu/conteudo/portugal/ia-serie/3375195/decreto-lei-no-769-a76/21893/por-tipo-de-documentolegal>

Educação, M. D. (23 De Outubro De 1976). Decreto-Lei N.º 769-A/76. Lisboa. Url: <https://dre.tretas.org/dre/29458/decreto-lei-769-a-76-de-23-de-outubro>



APÊNDICES

Apêndice 1 – Guião da Entrevista às Educadoras de Infância

Caras Educadoras,

Como sabem, estou a desenvolver o meu Relatório de Estágio sobre o tema “A Participação da Criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade”, desta forma e de modo a enriquecer a pesquisa empírica do mesmo, pretendo realizar entrevistas às educadoras cooperantes desta instituição. A entrevista incidirá primeiramente no conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade, evoluindo posteriormente para a participação da criança na mesma.

Deste modo e para facilitar o processo de transcrição desta entrevista a mesma será gravada em formato de vídeo, integrando os anexos do Relatório de Estágio. Os dados recolhidos serão alvo de análise com finalidade meramente académica. Agradeço desde já a vossa colaboração.

Dado que se trata de um Relatório de Estágio cuja defesa é de carácter público, é de referir que previamente à realização das entrevistas, ambas as educadoras concordaram com a realização das mesmas, assinando um consentimento escrito que preserva os dados e a privacidade da sua identidade.

Antes de iniciarmos a entrevista, gostaria de deixar o meu agradecimento pessoal e uma palavra de carinho pelo facto de terem aceitado responder a estas questões e por colaborarem neste estudo. Com a certeza de que trarão um contributo precioso para a conclusão desta investigação.



Bloco A – Dados de Identificação

1. Idade.
2. Qual o grau acadêmico que possui?
3. Há quantos anos exerce a profissão de Educadora de Infância?
4. Há quantos anos trabalha nesta instituição?

Bloco B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

1. No seu percurso acadêmica teve algum tipo de formação sobre a temática do envolvimento parental e/ou a Relação Escola-Famílias-Comunidade?
2. Enquanto educadora, que importância atribui à Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Bloco C – Estratégias promotoras da REFC

3. De que forma é implementada a Relação Escola-Famílias-Comunidade? - Estratégias

Bloco D – Participação das Crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

4. Qual em seu entender deve ser o papel da criança nessa relação?
5. Promove a participação ativa das crianças? Se sim, quer dar alguns exemplos? – estratégias de participação das crianças
6. Aplica as estratégias a todas as crianças da mesma forma? Diferenciação de estratégias pedagógicas
7. Sente algumas dificuldades em que a criança participe nessa dinâmica da escola-família- comunidade? Justifique a sua resposta
8. Considera importante as crianças terem consciência do direito que lhe assiste de exercerem uma cidadania ativa e não serem meros recetores das propostas dos adultos? Porquê? – consciência da cidadania ativa da criança



Bloco E – Participação das famílias na Relação Escola-Famílias-Comunidade

9. No JI onde exerce a sua atividade, como avalia a relação que se estabelece com as famílias das crianças?
10. Quais as vantagens que identifica na participação das famílias na instituição?
11. Quais as dificuldades que identifica na participação das famílias na instituição?
12. Gostaria de acrescentar algum tipo de comentário/opinião?



Apêndice 2 – Transcrição da Entrevista à Educadora de Infância 1

I.: Antes de iniciarmos a entrevista, gostaria de deixar o meu agradecimento pessoal e uma palavra de carinho pelo facto de terem aceitado responder a estas questões e por colaborarem neste estudo. Com a certeza de que trarão um contributo precioso para a conclusão desta investigação.

EI.1.: É um gosto poder participar neste trabalho.

I.: A entrevista será guiada pelo presente guião e divide-se em três categorias, sendo estas dados de identificação para contextualizar as professoras entrevistadas, seguido da perspetiva que têm acerca da Relação Escola-Famílias-Comunidade e, por fim, a importância que atribuem em relação à participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade. Poderá responder de acordo com a sua perspetiva e com a realidade que vivencia diariamente aqui no Jardim-de-Infância.

EI.1.: Ok, vamos lá então.

I.: A primeira questão é qual a sua idade?

EI.1.: 61.

I.: Muito bem, qual é grau académico que possui.

EI.1.: Licenciatura, Pós-Graduação e Mestrado.

I.: Há quantos anos exerce a profissão de educadora-de-infância?

EI.1.: 36 anos.

I.: E há quantos anos trabalha nesta instituição?

EI.1.: Trabalho neste Jardim-de-Infância há 11 anos.

I.: Muito bem, passamos agora ao segundo bloco de questões que, como mencionei, se refere à importância que atribui à Relação Escola-Famílias-Comunidade e a primeira questão é se no seu percurso académico teve algum tipo de formação sobre a temática do envolvimento parental e/ou a Relação Escola-Famílias-Comunidade?

EI.1.: Tive apenas pequenas ações e seminários alusivos a essa temática.



I.: Enquanto educadora, que importância atribui à Relação Escola-Famílias-Comunidade?

EI.1.: É uma relação de primordial importância, pois enriquece todos quantos nela se envolvem.

I.: No Jardim-de-Infância onde exerce a sua atividade, como avalia a relação que se estabelece com as famílias das crianças?

EI.1.: A relação com as famílias é uma realidade e surge em diversas situações, promovendo interações e envolvimento de todos.

I.: De que forma é implementada a Relação Escola-Famílias-Comunidade?

EI.1.: No nosso JI existe uma relação muito próxima com as famílias. Temos uma associação de pais que é um parceiro fundamental e que proporciona desde atividades pós-letivas, saídas, visitas, aquisição de materiais diferentes até melhorias nas instalações. O trabalho com as famílias passa pelo envio de trabalhos e pequenas atividades para realizarem para e com as crianças. Existem atividades, como por exemplo a feira de outono, abertas a toda a comunidade envolvente. As crianças elaboram painéis, panfletos que são apresentados, quer às famílias, quer à comunidade. Às famílias é solicitada a participação nos diversos projetos em que a escola está envolvida: Eco escolas; Leitura em vai e vem, entre outros.

I.: Quais as vantagens e inconvenientes que identifica na participação das famílias na instituição?

EI.1.: As dificuldades, normalmente, prendem-se com a falta de tempo dos pais. Há inclusive a preocupação de ambas as educadoras em reunir, sempre que necessário, com os pais fora das horas de atendimento, precisamente porque os seus trabalhos os impedem de vir à escola dentro do horário convencionado. Há por vezes trabalhos que tardam em aparecer devido a este problema de tempo.

Quando podem e se lhes é solicitada alguma intervenção manifestam interesse em colaborar e procuram dar o seu contributo. A presença e interação das famílias com a escola é sempre importante, ainda que possa ser mais ou menos ínfima e cria nas crianças e pais um maior sentido de pertença a um grupo mais alargado.



I.: Muito bem, obrigada mais uma vez, passando ao terceiro e último bloco, que se refere à importância que atribuem à participação das crianças nesta dinâmica que é a Relação Escola-Famílias-Comunidade. A primeira questão é, qual, no seu entender, deve ser o papel da criança nesta relação?

EI.1.: A relação com as famílias só tem um real sentido se a criança tiver um papel preponderante em todo o processo.

I.: Promove a participação ativa das crianças? Se sim, quer dar alguns exemplos?

EI.: Tendo em conta a importância deste binómio escola/família procuro que as crianças participem nele ativamente, quer através do envio de atividades para serem realizadas em família e enviadas para a escola, quer solicitando as famílias para as mais diversas intervenções nas vivências do grupo, sendo que as crianças são os intermediários nesta relação. Em diversos momentos temos a presença de familiares para costurarem, pentearem, falarem de hábitos saudáveis, contarem histórias. E a partir do Jardim-de-Infância enviamos desafios, pesquisas para casa.

I.: Aplica as estratégias a todas as crianças da mesma forma?

EI.1.: Nem sempre, uma vez que a presença das famílias nas dinâmicas é um pouco díspar.... Há famílias muito empenhadas em tudo o que se realiza e há outras que, por diferentes razões, não têm um desempenho tão acentuado, pelo que para que as crianças não se sintam frustradas e considerem o trabalho da sua família igualmente importante é necessário recorrer a estratégias diversificadas.

I.: Sente algumas dificuldades em que a criança participe nessa dinâmica da escola-família- comunidade? Justifique a sua resposta.

EI.1.: Não. Talvez porque esta relação é uma constante no trabalho que realizamos. As crianças sentem gosto em participar e apreciam o contributo familiar e a relação da escola com eles.

I.: Considera importante as crianças terem consciência do direito que lhe assiste de exercerem uma cidadania ativa e não serem meros recetores das propostas dos adultos? Porquê?



EI.1.: A cidadania é um direito que deve ser exercido desde muito pequenos. Só assim a criança conseguirá interiorizar os valores e regras da boa convivência na sociedade à qual pertence.

I.: Gostaria de acrescentar algum tipo de comentário ou opinião?

EI.1.: Não me ocorre nenhum comentário.

I.: Mais uma vez, muito obrigada pela sua colaboração.

EI.1.: De nada e boa sorte.



Apêndice 3 – Transcrição da Entrevista à Educadora de Infância 2

I.: Antes de iniciarmos a entrevista, gostaria de deixar o meu agradecimento pessoal e uma palavra de carinho pelo facto de terem aceitado responder a estas questões e por colaborarem neste estudo. Com a certeza de que trarão um contributo precioso para a conclusão desta investigação.

EI.2.: É uma alegria poder ajudá-la neste projeto. Espero que corra tudo pelo melhor.

I.: A entrevista será guiada pelo presente guião e divide-se em três categorias, sendo estas dados de identificação para contextualizar as professoras entrevistadas, seguido da perspetiva que têm acerca da Relação Escola-Famílias-Comunidade e, por fim, a importância que atribuem em relação à participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade. Poderá responder de acordo com a sua perspetiva e com a realidade que vivencia diariamente aqui no Jardim-de-Infância.

EI.2.: Muito bem.

I.: A primeira questão é, qual a sua idade?

EI.2.: 61 anos.

I.: Muito bem, qual é grau académico que possui.

EI.2.: Mestrado em Educação de Infância.

I.: Há quantos anos exerce a profissão de educadora-de-infância?

EI.2.: 41 anos.

I.: E há quantos anos trabalha nesta instituição?

EI.2.: Trabalho neste Jardim-de-Infância há aproximadamente 20 anos.

I.: Muito bem, passamos agora ao segundo bloco de questões que, como mencionei, se refere à importância que atribui à Relação Escola-Famílias-Comunidade e a primeira questão é se no seu percurso académico teve algum tipo de formação sobre a temática do envolvimento parental e/ou a Relação Escola-Famílias-Comunidade?

EI.2.: Sim. Mas nunca unidades curriculares, sempre pequenas formações nas quais me inscrevia.



I.: Enquanto educadora, que importância atribui à Relação Escola-Famílias-Comunidade?

EI.2.: A maior importância. Pela circunstância de que o indivíduo, e como tal a criança é um ser em relação, em interação permanente com toda a realidade que a circunscreve. Não apenas os ambientes, os contextos de vida, os materiais e os objetos que começa a utilizar, os próprios alimentos, todos os seres à sua volta, e fundamentalmente as pessoas que com ela estabelecem laços, afetos através de várias formas de comunicação. A criança, como o adulto é um interser, ou seja, um ser em interação constante. É fundamental que ela comece a desenvolver a sua capacidade de comunicar desde logo, com ela própria, mas também com os outros e com o mundo. É por esta relação que começa a formar-se enquanto pessoa, mas também como ser social.

I.: Ótimo, a próxima questão é, no Jardim-de-Infância onde exerce a sua atividade, como avalia a relação que se estabelece com as famílias das crianças?

EI.2.: É uma relação próxima e aberta, favorecendo o contexto de troca de comunicação e partilha de forma corrente, frequente, tornando-se habitual e normalizada.

I.: E de que forma é implementada a Relação Escola-Famílias-Comunidade?

EI.2.: Desde logo através de atendimentos que podem ser agendados pelas famílias ou pela educadora, favorecendo uma grande flexibilidade nos tempos de atendimento de forma a permitir o diálogo em qualquer situação. Também as partilhas realizadas com as famílias (sugestões, atividades, textos, vídeos, etc.) e também os convites aos pais/famílias para assistir a várias divulgações/iniciativas (projetos, teatros, exploração de histórias, normalmente em período de avaliações intercalares, mas também feiras, festa do final do ano, entre outros). É importante a consulta dos Portefólios das crianças e a participação na elaboração e partilha das suas realizações. Também a participação ativa nos momentos de avaliação (reuniões ou outras iniciativas).

Destaco também a relação com a Associação de Pais do JI, cuja maioria dos elementos se manifesta sempre disponível para contribuir de forma particular.

I.: Quais as vantagens e inconvenientes que identifica na participação das famílias na instituição?

EI.2.: Existem muitas vantagens que podem resumir-se, em primeiro lugar, ao facto da criação de um contexto de relação muito segura e de bem-estar para a criança que



compreende as circunstâncias que facilitam um encontro de interesses comuns e uma certa osmose dos ambientes onde a criança se movimenta. A tomada de consciência disto mesmo, facilita o conforto da criança e favorece o surgimento de um conjunto de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, por exemplo da sua autoestima e confiança. Por outro lado, as famílias ficam com acesso ao que se passa no JI e à forma como as suas crianças passam o seu tempo. Podem partilhar interesses e dúvidas, desmistificar preocupações, reforçar atitudes, etc.

Existem, no entanto, algumas dificuldades que passam sobretudo, e em casos mais raros, por uma certa desconsideração pelo trabalho da equipa educativa, explicado por vezes por alguma ignorância sobre as questões relacionadas com a educação, mas também por ansiedades/expectativas algo desproporcionadas que ocultam a consciência e consequente clareza na interpretação da realidade observada e experimentada, na qual as crianças se movem.

I.: Muito bem, obrigada mais uma vez, passando ao terceiro e último bloco, que se refere à importância que atribuí à participação das crianças nesta dinâmica que é a Relação Escola-Famílias-Comunidade. A primeira questão é, qual, no seu entender, deve ser o papel da criança nesta relação?

EI.2.: O papel da criança, pensando num ambiente ideal seria o de ator e autor de uma imensidão de laços de comunicação que favoreceriam em primeira instância a ela própria. Neste caso pais e educadores agiriam de forma que a criança, desenvolvesse ela própria uma relação baseada fundamentalmente nos seus interesses, necessidades e desejos. No entanto nem sempre é assim. Sabemos que a relação entre a casa e o Jardim-de-Infância, e vice-versa, utiliza, ou pode utilizar e manipular a criança, no sentido de enviesar a comunicação de acordo com interesses particulares. Não quer isto dizer que é o que se passa neste Jardim-de-Infância. No entanto é sempre necessário estar alerta e perceber, como refere Philippe Perrenoud, que a criança se torna, mensageira e mensagem e que ela própria faz a gestão do go-between entre a escola e a casa.

I.: Promove a participação ativa das crianças? Se sim, quer dar alguns exemplos?

EI.2.: Posso dizer que sim. Posso dar o exemplo das sugestões que as crianças às vezes levam para casa, dando lugar a uma oportunidade de continuação, valorização e sustentação das experiências vividas. Por exemplo observamos as flores, fazemos uma jarra na sala, podemos sugerir aos pais um passeio pelo campo no fim de semana,



recolhendo flores e outros elementos para enfeitar a casa; podemos, por exemplo, à sexta-feira, em casa, juntarmo-nos em família, comendo umas bolachinhas ou um bolo, como fazemos na sala na “hora do chá” no faz-de-conta; podemos levar cidreira do nosso “Cantinho de Aromáticas” para fazermos em casa; podemos representar a história que ouvimos no JI, e jogar um jogo de cartões relacionados com as personagens... Depois podemos jogar também no JI partilhando com os colegas; podemos ainda pesquisar com a família uma questão ou assunto que nos deixa curiosos, e realizar um registo para partilhar/divulgar junto do grupo de pares; podemos trabalhar o plano de uma experiência científica para apresentar aos colegas, entre tantas outras oportunidades. Volto a reforçar a elaboração do Portefólio Individual, que reúne grande parte das produções de cada criança, e que exhibe de forma clara o empenho de cada uma na sua própria evolução.

I.: Aplica as estratégias a todas as crianças da mesma forma?

EI.2.: Muitas vezes são decididas em grande grupo as sugestões que chegarão a casa, e todos querem aderir, claro que cada criança fará à sua maneira e o resultado da partilha será ele próprio singular. Outras vezes alguma criança quer partilhar algo com a família e não é necessário envolver o grupo. Por exemplo, o T. disse que queria pesquisar em casa “O que comem as baleias?” Como pesquisou? É da sua iniciativa e/ou da família. Depois pode partilhar com o grupo, como o fez. Como divulgará os resultados ao grupo também será uma decisão sua e da sua família. Pode reunir a informação numa PEN USB, pode trazer materiais, elementos diversos reveladores da pesquisa, ou uma realização em 3D, um livro, ou simplesmente transmitir oralmente o que descobriu.

I.: Sente algumas dificuldades em que a criança participe nessa dinâmica da escola-família- comunidade? Justifique a sua resposta.

EI.2.: Normalmente não. Há sempre por parte da criança grande receptividade, e posso dizer mesmo, entusiasmo em estabelecer a comunicação entre a casa e o JI e vice-versa. A menos que haja da parte de um dos contextos alguma contrariedade face a esse tipo de interação, por exemplo, a criança chegar a casa cheia de vontade de pesquisar alguma questão e os pais manifestarem diversas reações, por exemplo:

- Sim, eu também vou gostar de aprender sobre isso.
- Se não o fizermos hoje vamos arranjar um tempinho amanhã.



Ou então apresentar uma atitude menos recetiva. A postura das famílias é favorecedora de maior ou menor participação da criança, como é óbvio.

I.: Considera importante as crianças terem consciência do direito que lhe assiste de exercerem uma cidadania ativa e não serem meros recetores das propostas dos adultos? Porquê?

EI.2.: Crucial. Essa consciência significa sabedoria acerca do seu próprio ser-criança, e pode ser desenvolvida desde o início da sua existência, começando pela família e depois no Jardim-de-Infância, na escola e em outros contextos que frequente. No âmbito da temática deste estudo, e tendo em conta o papel da criança como mediadora das relações e comunicação entre a casa e o Jardim-de-Infância, pode já verificar-se o seu poder, muitas vezes em “manipular” a seu favor, as questões que pais e educadores querem tratar entre si. Assim esta temática é um bom exemplo da importância do papel da criança em velar, desde logo, pelos seus interesses e desejos.

I.: Gostaria de acrescentar algum tipo de comentário ou opinião?

EI.2.: É de louvar o desenvolvimento e aprofundamento desta temática. Transmite uma autêntica preocupação com o real valor que as crianças têm enquanto detentoras de direitos e também deveres, interesses, vontades, desejos e opções próprias, enquanto atoras e autoras do seu próprio crescimento e desenvolvimento, à luz do que sustenta a Sociologia da Infância, fundamental na Educação de Infância.

I.: Mais uma vez, muito obrigada pela sua colaboração.

EI.1.: De nada, boa sorte e disponha sempre que precisar.



Apêndice 4 – Guião do Inquérito por Questionário

Caros Pais e Encarregados de Educação,

O meu nome é Maria Beatriz Bernardes e sou estagiária no Jardim de Infância de Baguim do Monte, na sala 1. Frequento o Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Neste momento encontro-me a desenvolver um estudo sobre a temática “A participação da criança na relação escola-famílias-comunidade”, no âmbito do meu relatório de estágio.

Deste modo, solicito a vossa colaboração enquanto Pais e Encarregados de Educação das crianças da Sala 1, preenchendo o inquérito que será enviado para o vosso e-mail. Será garantida a privacidade e confidencialidade de todos os dados e respostas, que se destinam apenas ao estudo que desenvolvo. Peço, assim, que o inquérito seja devolvido preenchido até ao dia 15 de dezembro de 2020.

Para o esclarecimento de qualquer questão relacionada com o presente questionário, não hesite em contactar-me via e-mail, para beatriz5bernardes91@gmail.com ou presencialmente no JI de Baguim comigo ou com a Professora Luísa.

Grata pela colaboração!

A estagiária,

Beatriz Bernardes

11.12.2020



A. Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculino Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: _____

Mãe: _____

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos 4 anos 5 anos 6 anos



5. Género do seu educando:

Masculin

Feminino

B. Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

8.1. Justifique a sua resposta.



9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

12. Como avalia estas atividades?



13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões? Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

C. A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D. Importância da cidadania da criança



17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

19.1. Se sim, de que forma?

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?



21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Grata pela colaboração!

Por favor preencher até 15.12.2020

*A estagiária,
Beatriz Bernardes.*



Apêndice 5 – Guião do Focus Group

1. Gostam que os pais venham à jardim-de-infância? O que gostam mais que os pais façam?
2. Levam atividades para casa para fazer com os pais?
3. As professoras ouvem as vossas sugestões para as atividades na sala?
4. E em casa? Os pais ouvem as vossas sugestões?
5. Como acham que podem participar mais em casa e aqui no jardim-de-infância?



Apêndice 6 – Transcrição do Focus Group

I.: Olá amigos. Obrigada por me ajudarem neste trabalho que é muito importante para mim! Vai ser muito importante o que vocês vão dizer, por isso vamos ter de estar com as nossas orelhas bem abertas e com muito juízo para pensar bem nas respostas. Já sabem que não podem falar todos ao mesmo tempo e que têm de por o dedo no ar para falar. Boa?

C1.: Está bem, Beatriz. São muitas perguntas?

I.: Não, são pouquinhas.

C5.: E achas que são muito difíceis?

I.: Não, tenho a certeza que para vocês vai ser muito fácil! Querem ver? A primeira pergunta é: Gostam que os pais venham aqui à escola?

C1.: Sim! Eu gosto muito!

C2.: Eu adoro!

C5.: Sim.

C3.: Eu gosto sempre que a mamã venha à escola e o papá também.

C4.: Sim, eu também gosto.

C5.: Eu gosto muito também.

I.: Boa, muito bem. Olhem, e o que gostam mais que os pais façam?

C1.: Eu gosto muito que eles brinquem comigo na sala e lá fora.

C2.: Eu gosto que os pais “construem” coisas comigo.

I.: Construam coisas contigo? Nos legos, é?

C2.: Sim, é isso.

C3.: Eu gosto quando fazem uma corrida comigo.

I.: E tu T.?

C4.: Eu gosto quando os pais vêm ver um teatro aqui na escola. E os irmãos também.



I.: Também gostas que os teus irmãos venham cá?

C4.: Sim, eu adoro!

I.: E tu, Lu.?

C5.: Eu gosto que eles “vêm” cá e brinquem comigo e com os meus amigos.

C6.: Eu gostei daquele dia no ano passado em que a minha mãe viu um teatro na outra sala onde eu estava. E ela gostou muito.

I.: E tu gostaste que a mãe viesse à escola ver-te fazer o teatro?

C6.: *acena positivamente com a cabeça.*

I.: Muito bem. L., e tu?

C7.: Eu gosto que os pais venham dar amor aos meninos.

(ouvem-se risos das restantes crianças)

I.: Então, não tem piada, é a opinião da L. Vamos estar caladinhos e ver o que ela tem para dizer.

C7.: É só isto.

I.: Então tu gostas que os pais venham cá à escola, não é?

C7.: Sim, eu gosto muito!

I.: Muito bem, a segunda pergunta é: Costumam levar atividades para casa para fazer com os pais?

(silêncio)

C1.: Eu gosto de fazer desafios com os pais.

C3.: Pois foi, o desafio do duende!

C6.: Pois é, tem muitos jogos, um à frente e um atrás.

I.: Muito bem, e esse desafio levaram aqui da escola, foi?

Todas as crianças: Sim!

(todas as crianças começam a falar em simultâneo)



I.: Olhem, amigos, assim eu depois na gravação não vou perceber nada. Shhh, vamos falar um de cada vez. Então é a caixa dos duendes, é isso?

C6.: No dia em que eu levei, a minha madrinha foi lá a casa ajudar-me a montar.

C2.: Eu lembro-me de quando nós trouxemos livros para a professora contar, mas agora já não podemos trazer nada para a escola por causa do vírus.

I.: Ah que giro, trouxeram livros para a professora contar a história. Mas não foi isso que eu perguntei. Eu perguntei se daqui da nossa escola, vocês já levaram alguma atividade para fazer em casa. Eu estou aqui a lembrar-me que este ano já levamos algumas atividades para casa. Vamos pensar um bocadinho.

C2.: Eu lembro-me! Nós levamos uma história para fazer com os pais e eu trouxe num frasco.

C1.: Ah pois foi, tipo a história do natal que está na sala.

C5.: Eu não me lembro e não fiz isso.

I.: Pois é levaram todos os meninos para casa e muitos meninos trouxeram e está ali afixado na sala, não é?

C3.: Pois, eu lembro-me.

C6.: Eu também já me lembro e eu fiz.

I.: E mais, lembram-se de mais atividades que tenham feito em casa?

(todas as crianças acenam negativamente com a cabeça)

I.: Então vamos à próxima pergunta. As professoras ouvem as vossas sugestões para as atividades que fazemos? Eu e a professora ouvimos aquilo que vocês dizem para as nossas atividades na sala?

C1.: Vocês ligam às vezes e depois não ligam.

I.: Ai sim, e porque é que dizes isso?

C1.: Porque outras vezes a gente tá a falar todos aos outros (*uns em cima dos outros*) e não se percebe.

I.: Ok, muito bem. E mais?



C7.: Vocês dizem sempre que sim.

I.: Nós dizemos sempre que sim?

C4.: Dizem às vezes!

I.: E porque é que tu achas que é só às vezes, T.?

C4.: Às vezes eu (impercetível).

I.: Não percebi querido, diz lá outra vez, por favor.

C4.: (silêncio)

I.: Diz lá que eu não percebi o que disseste, não tenhas medo.

C4.: (não responde)

I.: As sugestões são aquilo que vocês dizem que querem fazer. Por exemplo, se vocês dissessem “queríamos fazer um desenho sobre o Natal” à professora, acham que a professora ia ignorar a vossa sugestão ou ia responder?

C5.: Ela ia ouvir e dizer que sim!

C4.: Ela ouve-nos sempre, a professora.

I.: Muito bem, vamos à próxima pergunta. E em casa? Os pais ouvem as vossas sugestões?

C1.: A mãe às vezes eu peço para ela brincar e ela brinca e eu peço para brincar e ela não brinca.

C2.: Fica ocupada com os trabalhos de casa.

C1.: E a fazer o almoço e o jantar.

I.: E tu, S., diz lá.

C3.: Todos os dias eu peço o telemóvel ao meu pai e o meu pai fica cabeça no ar a olhar para o telemóvel, como se eu fosse invisível.

I.: Então ele não ouve, não é?

C3.: Não.

C2.: Os nossos pais também têm de estudar, mas não são trabalhos de casa que eles fazem... Eles estudam mas para conseguirem... O seu...



C3.: Está difícil de dizer...

I.: Deixa-o falar, S. Tu já tiveste oportunidade.

C2.: É para os nossos pais conseguirem os clientes... Ganhar dinheiro e comprar coisas para as casas e para os filhos.

I.: Muito bem. Ok, vamos à próxima pergunta, como acham que podem participar aqui na escola? Como é que vocês podem ajudar os adultos aqui?

C1.: Podemos ajudar a pôr o desinfetante e a desinfetar as coisas.

C6.: Podemos ajudar a tomar conta do D. e do M.

C7.: A ir buscar as coisas que elas (*equipa educativa*) precisam.

C2.: Ajudar os amigos que estão magoados.

I.: E se for ajudar a tomar decisões? Como é que podem ajudar?

C2.: Podemos tomar as decisões de quando fazer alguma coisa para os amigos.

C1.: Ahhh já sei! A gente pode ajudar os adultos a fazer as coisas que não estão a perceber e se a gente ajudar a fazer, eles já vão perceber.

C5.: Podemos ajudar a professora a decidir o que fazemos no dia das experiências com dois meninos em vez de ser só um.

C4.: Pois é, podemos fazer experiências com dois meninos, em vez de ser só um. E podemos dizer à professora que queremos fazer assim para ela saber.

C3.: Podemos decidir o que fazer todas as semanas e ajudar a professora a não ter trabalho.

C6.: Pois é, a professora tem de decidir tudo sozinha.

I.: Muito bem, que respostas incríveis. Olhem, a última pergunta é como é que podem ajudar em casa? Ajudar os pais e a vossa família.

C7.: Podemos ajudar a fazer a comida.

C6.: Eu ajudo muitas vezes a fazer o jantar com a minha mãe e às vezes com o meu pai.

C4.: Podemos ajudar a fazer a cama e a limpar às vezes.

C1.: E também a decidir o que vamos vestir.



C2.: Olha Beatriz, eu sei o que podemos fazer. Podemos trazer os nossos pais para cá e fazer uma peça e mostramos ao mundo que gostamos deles.

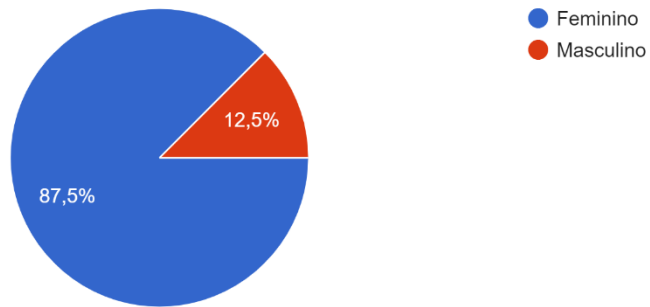
I.: Muito bem. Uma peça de teatro?

C2.: Sim, uma peça de teatro.

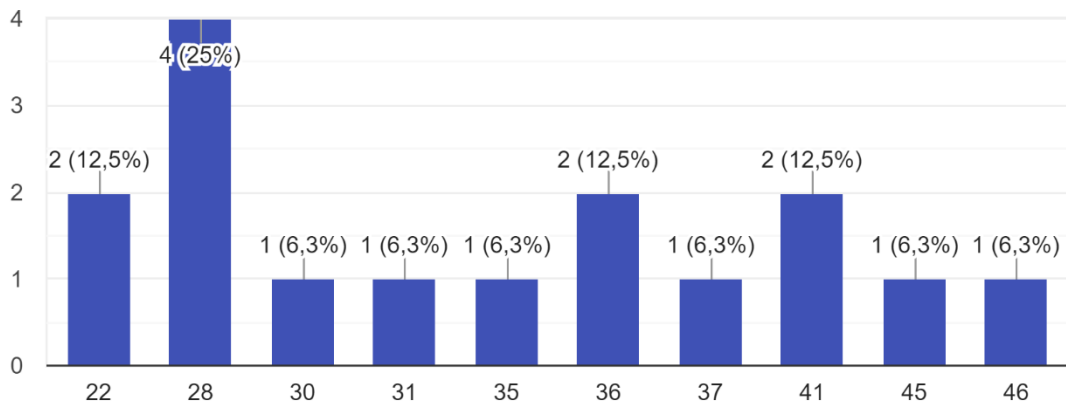
I.: Boa, que ideia bonita. Muito bem, terminamos todas as perguntas e a Beatriz está muito contente com as respostas que vocês deram. Vai ser muito importante para acabar um trabalho da escola! Obrigada por me ajudarem.



Apêndice 7 – Gráfico 1 Género dos inquiridos

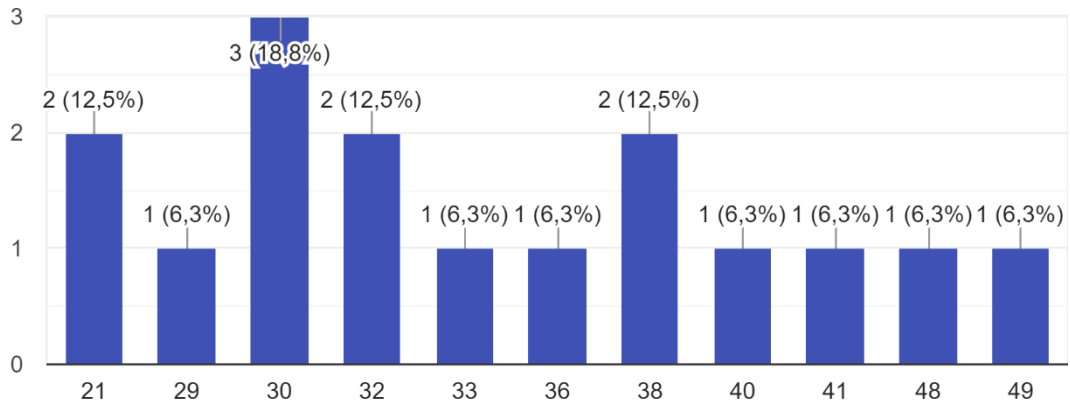


Apêndice 8 – Gráfico 2 Idade da mãe

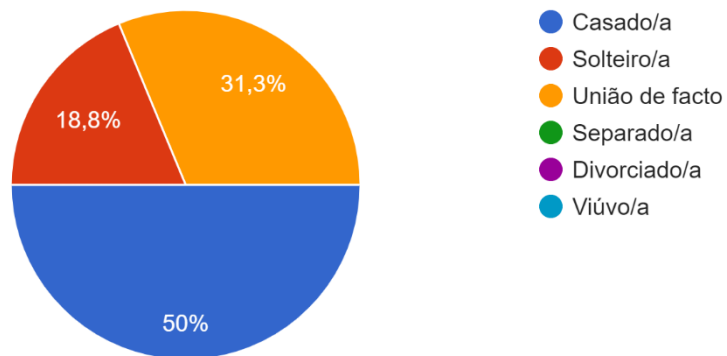




Apêndice 9 – Gráfico 3 Idade do pai

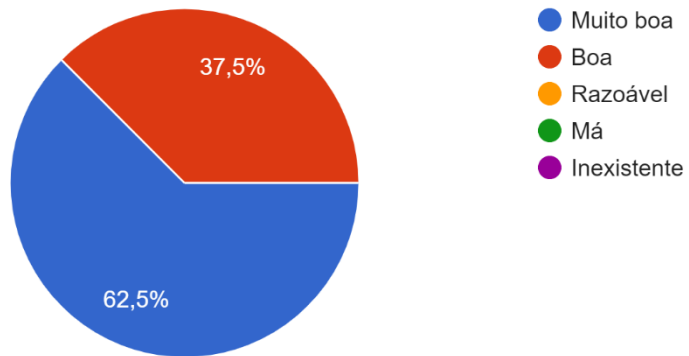


Apêndice 10 – Gráfico 4 Estado civil dos inquiridos





Apêndice 11 – Gráfico 5 Relação dos EE com a instituição





Apêndice 12 - Tabela 1 Dimensões de análise da entrevista

<i>Categories</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Evidências</i>
Formação em Relação Escola-Famílias-Comunidade	Frequência de ações de formação/seminários	-	“Tive (...) pequenas ações e seminários alusivos a essa temática.” (EI.1. – 16.12.2020); “Sim. Mas nunca unidades curriculares, sempre pequenas formações nas quais me inscrevia.” (EI.2. – 16.12.2020);
Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade	Primordial;	-	“É uma relação de primordial importância (...)” (EI.1. – 16.12.2020);
	Enriquecimento dos intervenientes	-	“(...) enriquece todos quantos nela se envolvem.” (EI.1. – 16.12.2020);
Formas de participação das famílias	Intervenção da Associação de Pais	Dinamização de atividades pós letivas;	“Temos uma associação de pais que é um parceiro fundamental e que proporciona desde atividades pós-letivas (...)” (EI.1. – 16.12.2020); até melhorias nas instalações.” (EI.1. – 16.12.2020);
		Visitas de estudo;	“(...) saídas, visitas (...)” (EI.1. – 16.12.2020);
		Aquisição de material;	“(...) aquisição de materiais diferentes (...)” (EI.1. – 16.12.2020);
		Melhoria nas aprendizagens;	“(...) através de atendimentos que podem ser agendados pelas famílias ou pela educadora (...)” (EI.2. – 16.12.2020);
	Envio de trabalhos para casa com as crianças	Continuidade do trabalho realizado em casa;	“Posso dar o exemplo das sugestões que as crianças às vezes levam para casa, dando lugar a uma oportunidade de continuação, valorização e sustentação das experiências vividas.” (EI.2. – 16.12.2020);



	Atividades abertas à comunidade	Feira de outono;	“Existem atividades, como por exemplo a feira de outono, abertas a toda a comunidade envolvente.” (EI.1. – 16.12.2020);
		Elaboração de painéis e panfletos pelas crianças;	“As crianças elaboram painéis, panfletos que são apresentados, quer às famílias, quer à comunidade.” (EI.1. – 16.12.2020);
	Participação das famílias em projetos do JI	Eco-Escolas;	“Às famílias é solicitada a participação nos diversos projetos em que a escola está envolvida: Eco escolas (...)” (EI.1. – 16.12.2020);
		Leitura vai e vem;	“(…) leitura vai e vem (...)” (EI.1. – 16.12.2020);
		Divulgações e iniciativas;	“(…) também os convites aos pais/famílias para assistir a várias divulgações/iniciativas.” (EI.2. – 16.12.2020);
	Vantagens	Sentido de pertença;	“(…) cria nas crianças e pais um maior sentido de pertença a um grupo mais alargado.” (EI.1 – 16.12.2020)
		Ambiente seguro;	“(…) criação de um contexto de relação muito segura e de bem-estar para a criança (...)” (EI.2 – 16.12.2020)
		Criação de oportunidades de aprendizagem;	“(…) favorece o surgimento de um conjunto de oportunidades (...)” (EI.2 – 16.12.2020)
	Inconvenientes	Pouca disponibilidade dos pais;	“(…) normalmente, prendem-se com a falta de tempo dos pais.” (EI.1 – 16.12.2020)
		Demora na entrega de trabalhos;	“Há por vezes trabalhos que tardam em aparecer devido a este problema de tempo.” (EI.1 – 16.12.2020)



		Desconsideração pelo trabalho da equipa educativa;	“(...) em casos mais raros (...) uma certa desconsideração pelo trabalho da equipa educativa (...)” (EI.2 – 16.12.2020)
<i>Papel da criança na Relação Escola- Famílias-Comunidade</i>	Preponderante;	-	“A relação com as famílias só tem um real sentido se a criança tiver um papel preponderante em todo o processo.” (EI.1. – 16.12.2020);
	Protagonista na comunicação	-	“O papel da criança (...) seria o de ator e autor de uma imensidão de laços de comunicação que favoreceriam em primeira instância a ela própria.” (EI.2. – 16.12.2020);
	Mensageira entre a escola e a família;	-	“No entanto é sempre necessário (...) perceber (...) que a criança se torna, mensageira e mensagem e que ela própria faz a gestão do go-between entre a escola e a casa.” (EI.2. – 16.12.2020);
	Direito de cidadania da criança;	-	<p>“A cidadania é um direito que deve ser exercido desde muito pequenos.” (EI.1 – 16.12.2020)</p> <p>“Só assim a criança conseguirá interiorizar os valores e regras da boa convivência na sociedade à qual pertence.” (EI.1 – 16.12.2020)</p> <p>“(...) pode ser desenvolvida desde o início da sua existência, começando pela família e depois no Jardim-de-Infância, na escola e em outros contextos que frequente.” (EI.2 – 16.12.2020)</p>



	Formas de participação da criança;	Participação ativa na sala;	<p>“(…) procuro que as crianças participem nele ativamente (…)” (EI.1. – 16.12.2020);</p> <p>“(…) a elaboração do Portefólio Individual, que reúne grande parte das produções de cada criança, e que exhibe de forma clara o empenho de cada uma na sua própria evolução.” (EI.2 – 16.12.2020)</p>
--	------------------------------------	-----------------------------	--



Apêndice 13 - Tabela 2 Dimensões de análise do inquérito por questionário

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Evidências</i>
<i>Associação de Pais</i>	Avaliação da ação	Positiva;	<p>“Boa” (IQ. 5; IQ.8; IQ.12; IQ.13);</p> <p>“Muito boa” (IQ.6; IQ. 15; IQ.16)</p> <p>“É bastante ativa e tentam sempre com que os meninos tenham atividades diferentes.” (IQ.1)</p> <p>“Acho que é uma mais valia para a educação das crianças porque contribui para a escola e para as atividades no exterior” (IQ.4)</p> <p>“É muito importante pois, desta forma os pais podem participar com voz ativa nas decisões da escola do filho.” (IQ.11)</p>
		Razoável;	<p>“Tem um papel razoável, poderia haver era uma dinâmica maior para com os pais em geral.” (IQ.2)</p>
<i>Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade</i>	Criança;	Motivação	<p>“A própria criança sente-se mais motiva para ir para a escola, vai de forma mais positiva para e em relação à escola, a sua auto-estima aumenta e estas têm mais vontade de aprender, a interação com os seus pares melhora assim como o seu desempenho.” (IQ.11)</p>



		Qualidade de vida;	“Acho que é bastante importante pois essa relação gera melhor qualidade de vida as crianças.” (IQ.7)
		Confiança;	“Porque são estas relações que permitem um ambiente de confiança entre todos os elementos (...)” (IQ.16)
		Desenvolvimento;	“Tem de haver uma interligação de ambas, para que tenham um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento da criança (...)” (IQ.2) “É importante para o bom desenvolvimento da criança (...)” (IQ.10)
	Perceção dos Pais/ EE acerca do JI	Influencia o interesse das crianças nas atividades;	“Porque a percepção dos pais sobre as atividades escolares influencia no escalar do interesse das crianças nessas atividades, e por sua vez aumenta o sucesso.” (IQ.15)
		Acompanhamento das crianças no JI	“Para mim, como mãe, também é positivo acompanhar e vigiar as tarefas escolar. Permite-me ter uma visão mais alargada daquilo que "posso fazer" para participar no processo educativo.” (IQ.15) “Dá a conhecer aos pais o projeto que é desenvolvido na escola, (...)” (IQ.14)



			“Devemos estar sempre em sintonia, para nos ajudar mos mutuamente no processo de aprendizagem dos nossos filhos.” (IQ.6)
<i>Participação da família nas atividades do JI</i>	Atividades no JI	-	<p>“Quando há atividades que os pais necessitam de ir à escola (...)” (IQ.3)</p> <p>“Através das variadas atividades desenvolvidas durante o ano (...)” (IQ.16)</p> <p>“Permitindo que se realizem atividades em sala.” (IQ.9)</p> <p>“(…) já fomos chamados a participar em atividades e projetos da sala.” (IQ.11)</p>
	Atividades que levam para casa	.	<p>“(…) quando são enviadas tarefas para os pais em conjunto com o seu educando as realizar.” (IQ.1)</p> <p>“(…) e "trabalhos de casa" como fazer a peça decorativa para a árvore de natal ou escrever um conto de natal.” (IQ.14)</p> <p>“Nos trabalhos de casa que requerem colaboração dos pais.” (IQ.15)</p>
	Atividades do PAA	-	“A feira do outono, festa de final do ano (...)” (IQ.14)



			<p>“Nas festas de convívio (até ao ano passado) da escola (...)” (IQ.15)</p>
<p><i>Atividades com participação dos EE;</i></p>	<p>Atividades da iniciativa da escola;</p>	-	<p>“Com os trabalhos manuais, feitos em parceria com a criança, para atividades da escola.” (IQ.15)</p> <p>“Leitura vai e vem; festa de natal; feira do outono; teatros da sala; atividades temáticas a desenvolver em casa; desfile de carnaval. Iniciativa da escola” (IQ.16)</p> <p>“Já fomos à sala contar histórias e fazer atividades com o grupo da sala, a iniciativa foi por parte da escola.” (IQ.11)</p> <p>“Na elaboração de uma História. Iniciativa da escola.” (IQ.6)</p>
	<p>Atividades da iniciativa da Associação de Pais;</p>	-	<p>“Na festa de Final de ano... E foi através da associação de pais.” (IQ.4)</p> <p>“Feira de outono, a iniciativa foi por parte das educadoras em conjunto com a associação de pais.” (IQ.14)</p>



			<p>“Nas festas de final de ano, colaborando a pedido da Associação de Pais, com comida para vender e colaborando na organização e animação da festa.” (IQ.15)</p>
Avaliação das atividades em que participaram os EE	Positiva	-	<p>“Boa. Neste contexto de pandemia torna se mais difícil, mas penso que quando passar, vai haver maior proximidade com a escola.” (IQ.6)</p> <p>“Muito bem organizadas, tinham a sala desde logo preparada para atividade que iria ser realizada.” (IQ.11)</p> <p>“São importantes para a relação escola-família-comunidade, na medida em que envolve os pais” (IQ.10)</p> <p>“São formidáveis para uma maior envolvimento dos pais com a escola e seus educandos” (IQ.2)</p> <p>“Muito pedagógico e de extrema importância para as crianças.” (IQ.14)</p> <p>“Muito enriquecedoras.” (IQ.9)</p>



<i>Abertura do JI às sugestões dos EE</i>	Abertura por parte da equipa pedagógica	-	“(...) ou mesmo por contacto direto com as educadoras.” (IQ.14) “Sim pela professora e auxiliares são sempre muito prestáveis e boas ouvintes.” (IQ.2)
	Abertura por parte da Associação de Pais	-	“Sim, através das reuniões da Associação de Pais (...)” (IQ.14)
<i>Sugestões dos EE</i>	Convívios		“Sim, as instituições podem criar um convívio semanal ou mensal (...)” (IQ.11)
	Workshops/formações		(...) workshops e formações.” (IQ.11)
	Projetos de sala		“Os pais podem ser chamados a envolver-se nos projetos da sala.” (IQ.11)
	Reuniões		“Reuniões mensais para ter conhecimento ou dar conhecimento de alterações na aprendizagem ou comportamento” (IQ.8)
<i>Participação da criança na Relação Escola-Famílias-Comunidade</i>	Em casa	Trabalhos de casa	“Trabalhos de casa desenvolvidos em conjunto (...)” (IQ.14)
		Dizer uma quadra que aprendeu na escola;	“(...) incentivar a dizer uma quadra que aprendeu na escola (...)” (IQ.14)
	No JI	Festas da escola;	“(...) festas da escola em espaços públicos e jardins públicos (...)” (IQ.15)



		Peças de teatro;	“(...) peças de teatro (...)” (IQ.14)
		Reuniões em grande grupo;	“Fazer mais reuniões em grande grupo onde a criança se possa expressar (...)” (IQ.10)
	Na comunidade	Projetos culturais e sociais	“Envolver as crianças em projetos solidários e de voluntariado.” (IQ.11)
			“Sendo-lhes dada participação em mais atividades no âmbito social.” (IQ.17)
	Participação de crianças com necessidades especiais	“Projetos solidários.” (IQ.5)	
			“A cultura penso que será a área mais indicada e de futuro para as crianças passarem a ter um papel mais ativo.” (IQ.14)
			“O meu filho é um menino com autismo, o que limita actualmente a expressar-se. Ainda não fórmula frases e mal indica intenções, somente muito básicas. Por consequência a minha resposta à questão anterior (...) nem sim nem não, no JI é completamente respeitado e integrado, na sociedade fora do JI não sinto isso.” (IQ.2)



Apêndice 14 - Tabela 3 Dimensões de análise do focus group

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Evidências</i>
<i>Perceção das crianças sobre o envolvimento parental</i>	Presença dos EE no JI	-	<p>“Eu gosto muito” (C1. – 18.01.2021)</p> <p>“Eu adoro!” (C2. – 18.01.2021)</p> <p>“Eu gosto sempre que a mamã venha à escola e o papá também.” (C3. – 18.01.2021)</p>
	Atividades preferenciais das crianças com os EE no JI	Brincadeiras livres	<p>“Eu gosto muito que eles brinquem comigo na sala e lá fora.” (C1. – 18.01.2021)</p> <p>“Eu gosto que os pais “construem” coisas comigo.” (C3. – 18.01.2021)</p> <p>“Eu gosto que eles “vêm” cá e brinquem comigo e com os meus amigos.” (C5. – 18.01.2021)</p> <p>“Eu gosto que os pais venham dar amor aos meninos.” (C7. – 18.01.2021)</p>
		Atividades planificadas	“Eu gosto quando os pais vêm ver um teatro aqui na escola. E os irmãos também.” (C4. – 18.01.2021)



			“Eu gostei daquele dia no ano passado em que a minha mãe viu um teatro na outra sala onde eu estava. E ela gostou muito.” (C6. – 18.01.2021)
Estratégias de comunicação entre a escola e a família	Atividades enviadas para casa		<p>“Eu gosto de fazer desafios com os pais.” (C1. – 18.01.2021)</p> <p>“(…) o desafio do duende!” (C3. – 18.01.2021)</p> <p>“Nós levamos uma história para fazer com os pais e eu trouxe num frasco.” (C2. – 18.01.2021)</p> <p>“(…) a história do natal que está na sala.” (C1. – 18.01.2021)</p>
Recetividade dos adultos às sugestões da criança	Recetividade do educador	Por vezes escutam;	<p>“Vocês ligam às vezes e depois não ligam.” (C1. – 18.01.2021)</p> <p>“Dizem às vezes (que sim)” (C4. – 18.01.2021)</p>
		Outras vezes não;	“(…) outras vezes a gente tá a falar todos aos outros (<i>uns em cima dos outros</i>) e não se percebe.” (C1. – 18.01.2021)
		Escutam sempre	“Vocês dizem sempre que sim.” (C7. – 18.01.2021)
	Recetividade da família	Por vezes brincam	“A mãe às vezes eu peço para ela brincar e ela brinca (…)”(C1. – 18.01.2021)



		Outras vezes não brincam	“(...) e eu peço para brincar e ela não brinca.” (C1. – 18.01.2021)
Sugestões de participação das crianças	No JI	Ajudar a desinfetar a sala e os brinquedos;	“Podemos ajudar a pôr o desinfetante e a desinfetar as coisas” (C1. – 18.01.2021)
		Ajudar a tomar conta das crianças com necessidades especiais;	“Podemos ajudar a tomar conta do D. e do M.” (C6. – 18.01.2021)
		Tomar decisões;	“Podemos tomar as decisões de quando fazer alguma coisa para os amigos.” (C2. – 18.01.2021)
		Ajudar a professora a decidir o que fazer;	“A gente pode ajudar os adultos a fazer as coisas que não estão a perceber e se a gente ajudar a fazer, eles já vão perceber.” (C1. – 18.01.2021) “Podemos ajudar a professora a decidir o que fazemos no dia das experiências com dois meninos em vez de ser só um.” (C5. – 18.01.2021) “Podemos decidir o que fazer todas as semanas e ajudar a professora a não ter trabalho.” (C3. – 18.01.2021)



	Em casa	Fazer refeições	“Podemos ajudar a fazer a comida” (C7. – 18.01.2021)
		Limpar	“Podemos ajudar (...) a limpar às vezes.” (C4. – 18.01.2021)
		Decidir o que vestir	“E também a decidir o que vamos vestir.” (C1. – 18.01.2021)



ANEXOS

Quadro 1 - Atividades de Enriquecimento Curricular

<i>Nome da atividade</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Público-alvo</i>
Desfolhada	outubro	Alunos
“Dia Mundial do Animal”	outubro	Alunos
Comemoração do Mês e Dia Internacional das Bibliotecas Escolares	outubro	Alunos
Comemoração do Dia da Alimentação	outubro	Alunos
“Feira de Outono”	outubro e novembro	Alunos
Magusto	novembro	Comunidade educativa
Exposição “Os 5 mandamentos da prevenção na produção dos resíduos”	novembro	Alunos, docentes, pessoal não docente e comunidade educativa
Quinta do Passal – Teatro “A Carochinha Amiga do Ambiente”	novembro	Alunos
Viver o Natal – Festa de Natal e Natal Solidário	novembro e dezembro	Alunos, docentes, pessoal não docente e comunidade educativa
Make a Wish	novembro e dezembro	Alunos, docentes e comunidade educativa
Dia Nacional do Pijama	novembro	Alunos, docentes, pessoal não docente e comunidade educativa
Vamos cantar as janeiras	janeiro	Alunos, docentes, pessoal não docente e comunidade educativa
Europ Direct Projet	janeiro	Alunos, docentes, pessoal não docente



Cortejo de Carnaval	fevereiro	Alunos, docentes, pessoal não docente e comunidade educativa
Dia da árvore	março	Alunos, docentes, pessoal não docente e comunidade educativa
Exposição itinerante “Do Rio ao mar de plástico”	março	Alunos, docentes, pessoal não docente e comunidade educativa
Dia da Eco-Escolas	março	Comunidade educativa
Primavera	março	Alunos
Feira do Livro	março	Alunos
Páscoa	abril	Alunos
Comemoração “Dia Mundial da Criança”	junho	Alunos
Festa de final do ano	junho	Alunos, docentes, pessoal não docente e comunidade educativa
Uma manhã na EB1	junho	Alunos



Quadro 2 - Visitas de Estudo

Nome da atividade	Calendarização	Público-Alvo
Visita à “Estação Litoral da Aguda”	outubro	Alunos
Visita ao Pavilhão da Água	dezembro	Alunos, docentes, pessoal não docente
LIPOR – Teatro “Bosque Encantado”	dezembro	Alunos
Circo no Coliseu do Porto	dezembro	Alunos
Oficinas “Nouvelle Cuisine” e “Por favor, Maestro”	janeiro	Alunos
Plano 6 – Musical “Viagem pelo Corpo Humano”	março	Alunos
Viagem à Fábrica em Aveiro	maio	Alunos
Fundação de Serralves e Planetário	maio	Alunos, docentes, pessoal não docente
Viagem ao Parque Biológico de Gaia	junho	Alunos
Visita à Casa de Juventude de Rio Tinto	2º semestre	Alunos
Concertos para Crianças “A Grande Viagem” e “Floresta dos Sons”	dezembro, abril	Alunos, docentes, pessoal não docente
Visita à Casa da Música	janeiro	Alunos
Visita à Fundação de Serralves	abril	Alunos



Anexo 3 – Resposta ao Inquérito por Questionário 1

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 21

Mãe: 22

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	X
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos 4 anos 5 anos 6 anos



5. Género do seu educando:

Masculin

Feminino

B. Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

É bastante ativa e tentam sempre com que os meninos tenham atividades diferentes.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

A família é onde as crianças recebem a base dos seus princípios, na escola é onde aprofundam conhecimentos e é onde eles são confortados com outras realidades e têm que fazer opções/escolhas que eles achem corretos. A comunidade é onde as crianças vão aprender mais, onde eles são postos à “prova” todos os dias porque todos os dias lidam com pessoas diferentes, com problemas diferentes e se não tiveram a base dos seus princípios se não tiverem onde aprender, se não tiverem uma primeira “comunidade pequena” (jardim de infância) onde já começam a lidar com certos obstáculos quando



forem para a comunidade não vão conseguir lidar com tudo que é diferente nem com todos os tipos de pessoas diferentes.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim. Quando há atividades que os pais necessitam de ir à escola ou até mesmo quando são enviadas tarefas para os pais em conjunto com o seu educando as realizar.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Nenhuma por causa do covid

12. Como avalia estas atividades?

Não consigo avaliar.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Penso que sim.



C. A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Quando são enviadas tarefas que em conjuntos com os pais têm que as realiza.

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D. Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

As crianças têm direito a ter a sua opinião e de não gostar de certas coisas. Porque não é por serem pequenos que são obrigados a ter os mesmos gostos que os pais ou que qualquer outra pessoa adulta.



18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim, as crianças não são os espelhos dos adultos.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

Sim, como referi nas questões acima, a criança tem direitos a sua opinião e aos seus gostos

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Penso que as crianças já têm o papel bastante ativo na sociedade atual.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



Anexo 4 – Resposta ao Inquérito por Questionário 2

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 30

Mãe: 36

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	
União de facto	X
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos



5. Género do seu educando:

Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Tem um papel razoável, poderia haver era uma dinâmica maior para com os pais em geral.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

8.1. Justifique a sua resposta.

Tem de haver uma interligação de ambas, para que tenham um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento da criança, ambos devem de trabalhar a criança em prol dos mesmos objetivos.



9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim, desde a educadora às auxiliares todas fazem uma equipa fantástica, têm actividades muito boas e uma união que me dá a confiança necessária ao deixar o meu filho no JI, são super zelosas naquilo que fazem e promovem estímulos fantásticos aos meninos. Inclusive adoro o facto da educadora passar aos meninos o espírito de saber trabalhar em equipa, concretamente com meninos com necessidades especiais que é o caso do meu filho.

11. Em que actividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Recentemente rifas de Natal (não percebi se era esta a intenção da questão)

12. Como avalia estas actividades?

São formidáveis para uma maior envolvimento dos pais com a escola e seus educandos

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de actividades possíveis.

Sim pela professora e auxiliares são sempre muito prestáveis e boas ouvintes. Sempre preocupadas em relatar as conquistas do meu pequeno, registam suas conquistas e gostos em fotos...



C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Dentro das limitações do meu filho, conseguimos compreender o que ele pretende na grande parte das vezes.

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

O meu filho é um menino com autismo, o que limita actualmente a expressar-se. Ainda não fórmula frases e mal indica intenções, somente muito básicas. Por consequência a minha resposta à questão anterior pode ser mais um "nim", nem sim nem não, no JI é completamente respeitado e integrado, na sociedade fora do JI não sinto isso.



18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim, claro que sim. O nosso maior objectivo é mesmo esse, que o nosso filho se consiga exprimir, assim como sei que no JI uma das maiores conquistas por parte da equipa que acompanha o meu filho é também essa necessita, que se comunique, verbalize o que deseja e se faça entender.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

A nossa rotina familiar vai de acordo às necessidades do nosso pequeno, tentamos fazer as coisas que mais prazer lhe dá de modo a que se sinta realizado e por consequência o seu bem estar esteja acima de tudo.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Sim, a inclusão e a importância que dão às crianças é mínima ou só fazem uma visão geral dos "direitos", pouco ou nada o nosso país se preocupa com o bem estar psicológico das nossas crianças. A quantidade de bens materiais continua a ser a maior preocupação dos pais sem darem mais atenção aos seus filhos, tentam preencher o espaço vazio que fica de afeto com brinquedos e afins, parte deles não sabe se aproximar dos filhos nem analisar as suas verdadeiras necessidades, fruto de gerações.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Deduzindo que seja um programa no qual as crianças precisem de ser realmente ouvidas, acho que era fundamental fazer perguntas pertinentes (às que conseguem articular melhor o vocabulário, naturalmente) desde o que está a faltar em casa e na escola, quais as suas



preocupações, quais os seus pensamentos diários, etc. Acho que deveria de ser um moderador externo, a ter esse papel, um que consiga conquistar a confiança da criança para esta se abrir mais. O ser humano desde criança consegue filtrar muita coisa propositamente, tenha sido aprendido a ter essa competência ou até mesmo por inocência e não percepção da realidade (por ser muito nova). Falo como criança que fui e muito não me expressei em pequena por não me darem hipótese, ou por desvalorizar em face à tenra idade.



Anexo 5 – Resposta ao Inquérito por Questionário 3

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculino Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 21

Mãe: 22

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	X
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos



5. Género do seu educando:

Masculino

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

É bastante ativa e tentam sempre com que os meninos tenham atividades diferentes.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

8.1. Justifique a sua resposta.

A família é onde as crianças recebem a base dos seus princípios, na escola é onde aprofundam conhecimentos e é onde eles são confortados com outras realidades e têm que fazer opções/escolhas que eles achem corretos. A comunidade é onde as crianças vão aprender mais, onde eles são postos à “prova” todos os dias porque todos os dias lidam com pessoas diferentes, com problemas diferentes e se não tiveram a base dos seus princípios se não tiverem onde aprender, se não tiverem uma primeira “comunidade pequena” (jardim de infância) onde já começam a lidar com certos



obstáculos quando forem para a comunidade não vão conseguir lidar com tudo que é diferente nem com todos os tipos de pessoas diferentes.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim. Quando há atividades que os pais necessitam de ir à escola ou até mesmo quando são enviadas tarefas para os pais em conjunto com o seu educando as realizar.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Nenhuma por causa do covid.

12. Como avalia estas atividades?

Não consigo avaliar

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões? Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Penso que sim.



C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Quando são enviadas tarefas que em conjuntos com os pais têm que as realizar

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

As crianças têm direito a ter a sua opinião e de não gostar de certas coisas. Porque não é por serem pequenos que são obrigados a ter os mesmos gostos que os pais ou que qualquer outra pessoa adulta.



18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim, as crianças não são os espelhos dos adultos.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

19.1. Se sim, de que forma?

Sim, como referi nas questões acima, a criança tem direitos a sua opinião e aos seus gostos.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Penso que as crianças já têm o papel bastante ativo na sociedade atual

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



Anexo 6 – Resposta ao Inquérito por Questionário 4

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 33

Mãe: 30

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	
União de facto	X
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos 4 anos 5 anos 6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Acho que é uma mais valia para a educação das crianças porque contribui para a escola e para as atividades no exterior.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Acho que é bom para todas as crianças esse conceito.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

A participação dos pais não é diária na escola apenas em alturas de festas (festa de final de ano).

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Na festa de Final de ano... E foi através da associação de pais.

12. Como avalia estas atividades?

Boa.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões? Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Os pais têm opinião nos passeios.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?



Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

17.1. Justifique a sua resposta.

Acho que todas as crianças devem participar na sociedade e sabermos lhe dizer os direitos que têm e os deveres que devem cumprir...

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim acho que as crianças devem ser ouvidas e participar em atividades quer na escola quer em casa acho que é importante para ganharem personalidade e responsabilidades.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?



Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

Dependendo das decisões a tomar acho que é importante ouvir e as vezes fazer o que ela quer porque é também a casa dela.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

As crianças de hoje serão um futuro amanhã. Não sei bem em que ponto podem ser mais ativos na sociedade

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



Anexo 6 – Resposta ao Inquérito por Questionário 5

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 49

Mãe: 46

3. Estado civil:

Casado/a	X
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos 4 anos 5 anos 6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Boa.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

A criança está integrada na família, na escola e na comunidade, por isso as 3 vertentes são fundamentais.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim, com múltiplas atividades.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Festas de Natal, Páscoa...

12. Como avalia estas atividades?

Boas.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões? Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim. Aulas de música, aulas de inglês, aulas de dança.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade



14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Perguntamos à criança quais as atividades que gostaria de ter na escola.

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Somos todos cidadãos ativos. E devemos sê-lo e as crianças devem ser educadas para perceber que fazem parte de um todo.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim. A família/escola funciona bem, quando todos opinam, dentro das suas capacidades.



19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

A criança deve perceber o conceito de dever e de direito.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Projetos solidários.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



Anexo 7 – Resposta ao Inquérito por Questionário 6

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 40

Mãe: 41

3. Estado civil:

Casado/a	X
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Muito boa.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Devemos estar sempre em sintonia, para nos ajudar nos mutuamente no processo de aprendizagem dos nossos filhos.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim, desenvolvimento de trabalhos.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Na elaboração de uma história. Foi iniciativa da escola.

12. Como avalia estas atividades?

Boa, neste contexto de pandemia torna se mais difícil, mas penso que quando passar, vai haver maior proximidade com a escola.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões? Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?



Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Tem direitos e deveres como qualquer cidadão da nossa comunidade dentro da sua idade.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

Fazem parte do agregado familiar e em algumas decisões a opinião dele também é válida.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Por vezes serem mais ouvidos.



21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



Anexo 8 – Resposta ao Inquérito por Questionário 7

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 29

Mãe: 28

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	
União de facto	X
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos 4 anos 5 anos 6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

De maneira bastante ajustada a ajudar os educandos.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Acho que é bastante importante pois essa relação gera melhor qualidade de vida as crianças.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
	X			

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim dentro das possibilidades pois devido a pandemia é difícil haver proximidade.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Cabaz de natal por iniciativa da escola.

12. Como avalia estas atividades?

Muito interessante para o bem comum.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

A associação de pais promoveu aulas de pilates.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?



Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Através de trabalhos didáticos propostos pela mesma.

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não



D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Pois apesar de pequeno acata as regras respeita o próximo e se desenvolve na expectativa de gerar uma sociedade melhor futuramente.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim, pois são os locais onde mais convive e deve sempre se sentir seguro com ambos os lados.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

Pois é um membro da família apesar de só ser levada em conta a sua opinião quando há relevância da sua maturidade emocional para tal.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?



Neste momento considero que temos de proteger as e dessa forma dificulta a promoção de novas ações de interação na sociedade.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Reuniões que possam gerar mais ideias de conteúdos com este tema.



Anexo 9 – Resposta ao Inquérito por Questionário 8

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 30

Mãe: 28

3. Estado civil:

Casado/a	X
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Boa.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Para a ajuda à educação e ensino não ser apenas na escola.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
	X			



10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim. Somos incluídos no crescimento do educando.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Festas, auxílio de trabalhos de casa.

12. Como avalia estas atividades?

Educativas.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim. Reuniões mensais para ter conhecimento ou dar conhecimento de alterações na aprendizagem ou comportamento.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?



16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Participa em algumas atividades coletivas extracurriculares.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim. Nem sempre se deve dizer o que fazer sem por vezes ouvir a ideia da criança para o que a irá satisfazer.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?



20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Promoção do desenvolvimento ideológico.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



Anexo 10 – Resposta ao Inquérito por Questionário 9

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 30

Mãe: 31

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	
União de facto	X
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Positiva.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Através de uma educação partilhada haverá mais frutos no desenvolvimento das crianças.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Permitindo que se realizem atividades em sala. Estando disponíveis para qualquer duvida.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Todas as atividades do PAA. A iniciativa partiu da escola.

12. Como avalia estas atividades?

Muito enriquecedoras.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Os pais são sempre envolvidos nos projetos de escola.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Através de pesquisas e de trabalhos.



16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Para alcançar algo, deve responsabilizar-se pelas ações que pratica.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Uma criança com voz ativa fará a diferença na escola e na sociedade.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

Envolvendo as crianças na tomada de decisões estamos a preparar futuros cidadãos.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Através do olhar crítico.



21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Envolvendo-se em projetos educativos e sociais.



Anexo 11 – Resposta ao Inquérito por Questionário 10

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 38

Mãe: 35

3. Estado civil:

Casado/a	X
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos 4 anos 5 anos 6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Avalio de forma positiva.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

É importante para o bom desenvolvimento da criança e para que esta se sinta apoiada por todos os intervenientes.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
	X			

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim, através das associações de pais.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Atividades propostas pela escola.

12. Como avalia estas atividades?

São importantes para a relação escola-família-comunidade, na medida em que envolve os pais.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim, os pais têm a oportunidade de dar sugestões de melhoria.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não



15. Se sim, de que forma?

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Sim, todos os cidadãos possuem os seus direitos e deveres e como tal devem ser cumpridos.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim sempre. Ouvir a criança é fundamental para irmos de encontro aos seus interesses e necessidades.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não



a. Se sim, de que forma?

Considero que é importante a criança desde cedo ter a noção das suas ações e por isso deve ser dada a oportunidade de esta decidir algumas questões. Neste sentido, ouvimos também a criança e percebemos aquilo que são os seus interesses.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

As crianças deviam ser mais ouvidas.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Fazer mais reuniões em grande grupo onde a criança se possa expressar; incutir gradualmente maior responsabilidade na criança, para que possa ser um auxílio na comunicação entre a escola e as famílias.



Anexo 12 – Resposta ao Inquérito por Questionário 11

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 48

Mãe: 45

3. Estado civil:

Casado/a	X
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

É muito importante pois, desta forma os pais podem participar com voz ativa nas decisões da escola do filho.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

É essencial o envolvimento parental na vida escolar das crianças, porque é no contexto familiar que estas desenvolvem as principais competências para a vida e cidadania da criança. A própria criança sente-se mais motivada para ir para a escola, vai de forma mais positiva para e em relação à escola, a sua auto-estima aumenta e estas têm mais vontade de aprender, a interação com os seus pares melhora assim como o seu desempenho.



9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim, já fomos chamados a participar em atividades e projetos da sala.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Já fomos à sala contar histórias e fazer atividades com o grupo da sala, a iniciativa foi por parte da escola.

12. Como avalia estas atividades?

Muito bem organizadas, tinham a sala desde logo preparada para atividade que iria ser realizada.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?

Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim, as instituições podem criar um convívio semanal ou mensal, workshops e formações. Os pais podem ser chamados a envolver-se nos projetos da sala. As instituições podem criar associações de pais para que estas possam ter uma voz mais ativa. Os encarregados de educação podem ser chamados a participar também no Conselho Pedagógico, no Conselho de Turma e no Conselho Geral.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade



14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Nos projetos da sala, quando é pedida a opinião da criança e quando os educadores perguntam o que elas gostariam de fazer para os presentes do dia da mãe ou do pai.

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Acredito que o meu filho seja um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres, quando na escola lhe permitem e tem o direito de dar a sua opinião sobre aquilo que quer fazer em grupo. Como dever tem de respeitar os outros.



18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim, a criança sente-se mais motivada para ir para a escola, vai de forma mais positiva para e em relação à escola, a sua auto-estima aumenta e estas têm mais vontade de aprender, a interação com os seus pares melhora assim como o seu desempenho.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

A criança se for ouvida sente-se mais motivada para ir à escola, vai de forma mais positiva para e em relação à escola.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Envolver as crianças em projetos solidários e de voluntariado.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



Anexo 13 – Resposta ao Inquérito por Questionário 12

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 32

Mãe: 28

3. Estado civil:

Casado/a	X
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Boa.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Porque mantem uma boa relação.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
	X			

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Não.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Nenhuma.

12. Como avalia estas atividades?

Sem resposta.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade



14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

P

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim.



19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

S

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.



Anexo 14 – Resposta ao Inquérito por Questionário 13

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 36

Mãe: 36

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	X
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Satisfatória.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Dá a conhecer aos pais o projeto que é desenvolvido na escola, promove o acompanhamento por parte da escola da educação e ambiente familiar, etc.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
	X			

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim. A feira do outono, festa de final do ano, e "trabalhos de casa" como fazer a peça decorativa para a árvore de natal ou escrever um conto de natal.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Feira de outono, a iniciativa foi por parte das educadoras em conjunto com a associação de pais.

12. Como avalia estas atividades?

Muito pedagógico e de extrema importância para as crianças.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim, através das reuniões da Associação de Pais ou mesmo por contacto direto com as educadoras. Não percebi muito bem os exemplos a dar, mas por forma a serem ouvidos, mantinha as reuniões e os momentos de avaliação presenciais, com os pais e encarregados de educação.



C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Para além das escritas que me chegam da escola sobre a temática a desenvolver em casa, peço-lhe sempre que me diga o que foi falado na escola de forma a podermos desenvolver o tema em casa.

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Tem clara noção do que é viver em sociedade, do que deve ou não fazer em sociedade e do que é correto e incorreto fazer socialmente.



18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim, é a única forma de sabermos o que lhe vai na cabeça, a sua capacidade de imaginação, improviso e até mesmo de comportamento em público.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

É um membro da família, logo deve ser ouvido, muitas vezes as decisões são tomadas por ele, ou no sentido de ser o melhor para ele. Através de uma simples pergunta, onde ouvimos a resposta e questionamos o porquê, ou questionamos o seu gosto pessoal.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Basta tirar o tablet e o telemóvel ou mesmo a televisão para os tornar socialmente mais ativos. A cultura penso que será a área mais indicada e de futuro para as crianças passarem a ter um papel mais ativo.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Trabalhos de casa desenvolvidos em conjunto, o que obriga a criança a comunicar quer em casa, quer na escola, peças de teatro, incentivar a dizer uma quadra que aprendeu na escola, etc. Coisas simples mas que estabelecem um ponto de contacto entre o que aprendeu na escola e o que se passa em casa.



Anexo 15 – Resposta ao Inquérito por Questionário 14

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 38

Mãe: 37

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	
União de facto	X
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Muito boa.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Porque a percepção dos pais sobre as atividades escolares influencia no escalar do interesse das crianças nessas atividades, e por sua vez aumenta o sucesso. Para mim, como mãe, também é positivo acompanhar e vigiar as tarefas escolar. Permite-me ter uma visão mais alargada daquilo que "posso fazer" para participar no processo educativo. O envolvimento da comunidade, no meu entender, ajuda a criança a perceber o seu lugar no mundo.



9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Nas festas de convívio (até ao ano passado) da escola. Nos trabalhos de casa que requerem colaboração dos pais.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Nas festas de final de ano, colaborando a pedido da Associação de Pais, com comida para vender e colaborando na organização e animação da festa. Com os trabalhos manuais, feitos em parceria com a criança, para atividades da escola.

12. Como avalia estas atividades?

Positivas.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?

Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim, a escola sempre esteve aberta a sugestões.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?



Sim

Não

15. Se sim, de que forma?

Faz tudo o que as suas capacidades permitem para executar a atividade pedida pela escola.

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

A minha educanda está muito restrita ao meio escolar e ao meio familiar. Os direitos da crianças, em minha opinião, colidem muitas vezes com a sociedade e as suas regras viradas para o adulto.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim, a criança deve ser ouvida para não se sentir colocada de parte na tomada de decisões e também para sentir que as suas opiniões/vontades não são desconsideradas.



19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

Pelo mesmo motivo referido na resposta anterior.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Quando os adultos (pais) e as instituições mudarem as mentalidades e adaptarem a sociedade cada vez mais para a inclusão das crianças no meio social. As crianças têm necessidades diferentes do adulto, e neste momento a sociedade está voltada para o consumo. Quando a criança está bem inserida no meio social (o que não acontece atualmente) ganha competências para se envolver mais naquilo que a rodeia.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

A comunidade poderia abrir-se mais para receber mais atividades promovidas pela escola, como o apoio das autarquias para passeios pedestres, festas da escola em espaços públicos e jardins públicos, com o apoio e organização das autarquias. Mais espetáculos culturais, direcionadas para toda a família



Anexo 16 – Resposta ao Inquérito por Questionário 15

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 41

Mãe: 41

3. Estado civil:

Casado/a	X
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos 4 anos 5 anos 6 anos

5. Género do seu educando:



Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Não estou completamente por dentro da ação da Associação, mas daquilo que tenho conhecimento, parece-me positiva.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Porque são estas relações que permitem um ambiente de confiança entre todos os elementos e enriquecem as experiências das crianças.

9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?



Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Completamente. Através das variadas atividades desenvolvidas durante o ano e através da permanente comunicação com todos os elementos da equipa.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Leitura vai e vem; festa de natal; feira do outono; teatros da sala; atividades temáticas a desenvolver em casa; desfile de carnaval. Iniciativa da escola.

12. Como avalia estas atividades?

Muito positivas.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim. Quando somos solicitados para uma atividade em casa, há sempre um grau elevado de liberdade de escolha mesmo que o tema seja o mesmo para todos.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não



15. Se sim, de que forma?

Sempre com trabalho de equipa. O adulto apoia mas a criança é que comanda a atividade.

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Porque neste contexto já contribui para algumas dinâmicas da sociedade e tem noção de injustiça quando vê certos direitos comprometidos.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

A 100%. Porque só desta forma é que a criança compreende o conceito de direito, dever e se torna um ser pensante.

19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não



a. Se sim, de que forma?

Principalmente na questão dos limites. Podem tomar decisões, mas nem sempre o que pensam está de acordo com a realidade, então devem repensar a decisão.

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Se as pusermos em contacto com algumas realidades da sociedade e as levarmos a agir.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.

Dar-lhes o poder de iniciativa.



Anexo 17 – Resposta ao Inquérito por Questionário 16

A – Dados de Identificação

Assinale, por favor, a resposta adequada.

1. Género:

Masculin

Feminino

2. Idade dos encarregados de educação:

Pai: 44

Mãe: 37

3. Estado civil:

Casado/a	
Solteiro/a	
União de facto	
Separado/a	
Divorciado/a	X
Viúvo/a	
Outro (qual)	

4. Idade do seu educando neste momento:

3 anos

4 anos

5 anos

6 anos



5. Género do seu educando:

Masculin

Feminino

B – Importância da Relação Escola-Famílias-Comunidade

6. Como avalia a ação da Associação de Pais da instituição do seu educando?

Muito boa.

7. Reconhece o conceito de Relação Escola-Famílias-Comunidade?

Sim

Não

8. Na sua opinião a Relação Escola-Famílias-Comunidade é:

Muito Importante	X
Importante	
Pouco Importante	
Nada Importante	
Irrelevante	

a. Justifique a sua resposta.

Todos são importantes e desempenham papéis distintos na educação da criança.



9. Como caracteriza a sua relação com a instituição do seu educando?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Não Existente
X				

10. Considera que a equipa pedagógica promove a participação da família no Jardim-de-Infância? Se sim, de que forma?

Sim, promovendo várias atividades em que também os pais estão incluídos.

11. Em que atividades já participou/colaborou no âmbito da Relação Escola-Família-Comunidade? De quem foi a iniciativa das mesmas?

Plantar árvores no dia da árvore, iniciativa da escola.

12. Como avalia estas atividades?

Muito importante.

13. Na sua opinião, os pais têm a possibilidade de serem ouvidos e darem sugestões?
Em caso afirmativo, dê exemplos de atividades possíveis.

Sim têm, ajudar a limpar praias.

C – A participação das crianças na Relação Escola-Famílias-Comunidade

14. A criança é ouvida e participa nas atividades desenvolvidas entre o Jardim-de-Infância e a família?

Sim

Não



15. Se sim, de que forma?

16. A criança dialoga em casa acerca das atividades que são desenvolvidas no Jardim-de-Infância?

Sim

Não

D – Importância da cidadania da criança

17. Considera o seu educando como um cidadão ativo na sociedade, com direitos e deveres?

Sim

Não

Justifique a sua resposta.

Não creio que haja muitas atividades nesse âmbito.

18. Entende que a criança deve ser ouvida e deve ter espaço para dar a sua opinião em casa e no Jardim-de-Infância? Justifique a sua resposta.

Sim, é muito importante as crianças perceberem que todos temos uma voz e todos temos direito a participar.



19. Considera pertinente a participação das crianças na tomada de decisões em casa?

Sim

Não

a. Se sim, de que forma?

Mais uma vez para entender que todos são importantes e devem participar. Adequando as decisões à idade da criança entendo que podem e devem ser ouvidas e também assim vão entendendo a importância de ter responsabilidades

20. De que forma considera que as crianças, em geral, podem ter um papel mais ativo na sociedade atual?

Sendo-lhes dada participação em mais atividades no âmbito social.

21. Dê algumas sugestões para que a criança possa ter uma participação mais ativa na Relação Escola-Famílias-Comunidade.
